



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS

VERA DA SILVA ROCHA

MESTIÇAGEM NA BAHIA:
um estudo sobre construção de identidades na cidade de Salvador

SALVADOR
2010

VERA DA SILVA ROCHA

MESTIÇAGEM NA BAHIA:
um estudo sobre construção de identidades na cidade de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientação: Prof. Dr. Jeferson Bacelar

SALVADOR
2010

Biblioteca CEAO-UFBA

R672 Rocha, Vera da Silva.

Mestiçagem na Bahia : um estudo sobre construção de identidades na cidade de Salvador / por Vera da Silva Rocha. - 2010.

114 f.

Orientador : Prof. Dr. Jeferson Bacelar.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

1. Mestiços - Salvador (BA). 2. Brasil - Relações raciais. 3. Miscigenação. I. Bacelar, Jeferson Afonso. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD - 305.80098142

VERA DA SILVA ROCHA

MESTIÇAGEM NA BAHIA:

um estudo sobre construção de identidades na cidade de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Aprovada em 28 de Dezembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jeferson Bacelar, UFBA
Orientador

Prof. Dra. Núbia Bento Rodrigues, UFBA
Membro Externo

Prof. Dr. Cláudio Luiz Pereira, UFBA
Membro Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Jeferson Bacelar, por acompanhar o desenvolvimento desse projeto. Amadureci muito nesse processo!

Agradeço também aos professores do mestrado Cláudio Pereira, Ângela Figueiredo e Nicolau Parés por colaborarem com a minha formação acadêmica.

Fico sem palavras para a presença constante, durante o mestrado, de Eneocy Soares e Núbia Pinto. Obrigada, meninas!

Felicito os encontros realizados nesse processo: os longos papos sobre a vida e sociedade com Simone Santos e a poesia de Marlon Marcos tornaram as minhas tardes mais coloridas nos corredores do Pós-Afro. As conversas anuais realizadas, em Manaus, com Yvonne Maggie, Peter Fry e Jean Véran me possibilitaram revigorar as ideias. Obrigada! Agradeço a todos do Movimento Pardo Mestiço Brasileiro pelo acolhimento e carinho.

Comemoro a presença constante de Fábio Freitas, meu companheiro e incentivador, na construção e finalização desse trabalho. Com certeza, os trâmites burocráticos ficaram mais digeríveis com a sua colaboração.

Meu muito obrigada a Elena Calvo-González por ser um misto de amiga, companheira e eterna orientadora. Obrigada por estar por perto sempre!

Agradeço a professora Núbia Rodrigues o carinho, a disponibilidade e as contribuições feitas ao trabalho.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por ter me concedido, por dois anos, uma bolsa de mestrado.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado tem por objetivo discutir o processo de construção da identidade de pessoas situadas nas categorias intermediárias do *continuum* de cor. Estruturei a pesquisa a partir da heteroidentificação para verificar como estes estudantes situados no *continuum* de cor se identificam “racialmente”. A partir da autodeclaração de “raça/cor” de vinte e oito estudantes de cursos de graduação de alto e baixo prestígio da Universidade Federal da Bahia, levanto questões sobre o processo de construção da identidade “racial” desses colaboradores. Essa pesquisa dialoga com as transformações no sistema de classificação “racial” brasileira e questiona como esses colaboradores constroem as suas narrativas sobre “cor/raça” a partir desse processo dinâmico de transformações.

Palavras-chave: Mestiço. Mestiçagem. Relações raciais. Identidade.

Abstract

This dissertation discusses the process of identity construction of university students classified in terms of 'race' at the middle of the colour *continuum*. I interviewed twenty-eight undergraduate students of high and low prestige courses from the Universidade Federal da Bahia, using third party classification to verify how those students identify each other in terms of 'race'. Dialoguing with the wider process of transformations of the Brazilian "racial" classification system, I explore how those interviewees build their narratives about "color/race" from within this context of change in racial classificatory systems.

Keywords: Mestizo. Miscegenation. Race relations. Identity.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 ESTUDOS SOBRE MESTIÇAGEM: RETROCESSO OU (RE)EMERGÊNCIA DE UM TEMA? | 8 |
| 1.1 “Há de Nascer, de Crescer e de se Misturar...”: a Mestiçagem como Saída para a Nação | 14 |
| 1.2 “ É Mestiça a Face do Povo Brasileiro e é Mestiça a sua Cultura ” | 19 |
| 1.3 Brasil versus EUA: uma Retomada da Visão dos Estrangeiros | 25 |
| 1.4 “ O Aspecto Humano de Nossos Dados ” | 27 |
| 1.5 Nação, Mestiçagem e os Novos Movimentos Sociais | 33 |
| 2 EM BUSCA DE “CARNE E SANGUE” NAS PESQUISAS BRASILEIRAS | 37 |
| 2.1 Antecedentes do Campo | 38 |
| 2.2 Raça, Aparência e Mestiçagem: Assumindo a Singularidade da Nação | 41 |
| 2.3 O Mestiço e o <i>Continuum</i> de Cor: Representação da Categoria Intermediária nas Ciências Sociais Brasileira | 45 |
| 2.4 A Construção da Pesquisa | 48 |
| 3 O CAMPO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | 54 |
| 3.1 A Faculdade como Espaço Socializador | 55 |
| 3.2 A Pesquisa e os Colaboradores | 57 |
| 3.3 A Faculdade de Medicina | 58 |
| 3.3.1 Os estudantes entrevistados | 59 |
| 3.4 A Faculdade de Direito | 62 |
| 3.4.1 Os estudantes entrevistados | 64 |
| 3.5 A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas | 68 |
| 3.5.1 Os estudantes entrevistados | 70 |
| 3.5.1.1 Licenciatura em História (noturno) | 70 |
| 3.5.1.2 Filosofia – licenciatura e bacharelado | 71 |
| 3.5.1.3 Ciências Sociais – licenciatura e bacharelado | 72 |
| 3.5.1.4 Geografia – licenciatura e bacharelado | 75 |
| 3.6 Discursos sobre “Cor/raça” | 75 |
| 3.7 A Autoidentificação: Motivações e Construções de Identidades | 78 |
| 3.7.1 Brancos | 78 |
| 3.7.2 Negros | 80 |
| 3.7.3 Pardos | 85 |
| 3.7.4 Outros | 90 |
| 3.8 A “ Experiência Viva ” e as Relações Raciais Brasileiras | 91 |
| 3.9 Categorias “Nativas” Revisitadas | 91 |
| 3.10 O Olhar dos Discentes: a Vivência em uma Instituição com Ações Afirmativas | 93 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 96 |
| BIBLIOGRAFIA | 98 |

INTRODUÇÃO

Durante os debates sobre ações afirmativas no Brasil, a figura do mestiço e a mestiçagem ressurgiram como centro da polêmica nacional. Nesse período, duas questões balizaram a discussão: 1) o questionamento acerca da impossibilidade de um país mestiço utilizar sistemas de classificação baseados na hipodescendência; 2) o argumento segundo o qual tanto os “pardos” quanto os “pretos” estavam sistematicamente submetidos às desigualdades duráveis. Simultaneamente a esse debate, em 2001, foi fundado o Movimento Pardo Mestiço Brasileiro. De certa forma, parecia irônica a fundação de um movimento que tem por objetivo valorizar a identidade mestiça no “país da mestiçagem”.

A partir desse panorama, comecei a pensar no meu tema de pesquisa e a participar de encontros, congressos e seminários de temas correlatos à mestiçagem, aos mestiços e a relações raciais. Assim, pude observar alguns debates sobre a temática e verificar a importância de se pesquisar empiricamente esse tema.

Apesar de a mestiçagem ser um tema secular, o mestiço não tem sido privilegiado nas pesquisas empíricas, e a relação estabelecida entre mestiçagem e embranquecimento permanece em alguns setores da sociedade. Instigada com essas questões, decidi realizar a presente pesquisa, que tem por objetivo verificar como pessoas mestiças se identificam “racialmente”, considerando os debates históricos sobre a mestiçagem e as atuais transformações ocorridas sobre a identificação “racial” da população.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, exponho as principais discussões nacionais sobre o mestiço e a mestiçagem, de forma a apresentar ao leitor a centralidade dessa temática na sociedade brasileira. Nesse capítulo, dialogo com a produção atual dos discursos acadêmicos e com a participação da sociedade civil nos debates sobre cotas raciais, bipolaridade e mestiçagem. O que se verifica é que, independentemente da abordagem utilizada no decorrer de três séculos sobre a composição “racial” da população brasileira, a mestiçagem sempre foi um tema que balizou os discursos nacionais sobre “cor/raça”.

No segundo capítulo, discuto a metodologia utilizada na pesquisa e a importância de analisar a mestiçagem para além da ideologia de “paraíso racial”. Nele, apresento as principais ideias dos autores que abordam as relações raciais no Brasil, as consequências de suas interpretações para as pesquisas atuais e discuto a complexidade do sistema taxonômico nacional. E por fim, analiso como a aparência ou o fenótipo retornou ao centro das discussões sobre identificação “racial” no país a partir da implementação das cotas “raciais”.

No terceiro e último, apresento os principais resultados da pesquisa, levando em consideração o processo de transformação ocorrido nos sistemas de classificação “racial” no país. Esse capítulo tem como perspectiva examinar como os colaboradores se autoidentificam e realizam a heteroidentificação inseridos nesse panorama de mudança. A partir da pesquisa realizada com vinte e oito estudantes de graduação da Universidade Federal da Bahia, foi possível verificar que há um aumento na assimilação das categorias utilizadas no censo demográfico, o que não significa a abolição das categorias intermediárias. Essas, são utilizadas concomitantemente para identificar familiares ou amigos, enquanto o sistema bipolar é utilizado para realizar heteroidentificações, prática que confirma a interpretação de Fry em relação ao estilo de classificação, no qual observa a utilização da combinação do “estilo múltiplo” com a “redução do tipo múltiplo ou ampliação do estilo bipolar”. Ao tratar das cotas “raciais”, questiono o caráter inclusivo dessa política nos cursos de alto prestígio da Universidade Federal da Bahia e a forma como são construídas as redes de relações entre os estudantes baseadas nas diversas formas de acesso à universidade.

Espero que a discussão desse tema, que, por um lado, esteve presente em diversos momentos nos debates nacionais e, por outro, tornou-se um “tabu” nas Ciências Sociais, traga contribuições para pensar o debate sobre as “relações raciais” no país.

1 ESTUDOS SOBRE MISTIÇAGEM: RETROCESSO OU (RE)EMERGÊNCIA DE UM TEMA?

Partimos da constatação (e não da reivindicação) do mestiço. A mistura é um fato que nada tem de circunstancial, de contingente, de acidental. A condição humana (a linguagem, a história, o ser no mundo) é encontro, nascimento de algo diferente que não estava contido nos termos em presença. Não é, pois, necessário reivindicar a miscigenação, fazer a defesa da mestiçagem como se estivéssemos confrontados com uma alternativa, porque ela não é senão o reconhecimento da pluralidade do ser no seu devir (LAPLANTINE; NOUSS, 2002: 71).

Em seu trabalho *A mestiçagem* (2002), os autores François Laplantine e Alexis Nouss fazem uma digressão histórica para compreender o processo de mestiçagem realizado em diversas culturas. Para eles, a mestiçagem não pode ser circunscrita às características biológicas, sendo o resultado do encontro de técnicas, de ideias, de modos de vida e, também, de encontros biológicos. O objetivo desses autores é transformar a mestiçagem em um conceito ou paradigma para analisar o fenômeno social.

Confrontar a realidade brasileira a essa proposta incide em pensar como seria elevar essa categoria a conceito, num país marcado por debates sobre a sua identidade “racial” e, especialmente, sobre a sua identidade mestiça. Como, então, efetivamente, elevar essa categoria a um conceito, pensando nos debates sobre identidade “racial” no país?

Nos Estados Unidos, desde a década de 1990, estudos sobre a “*mixed-race*” vêm se firmando pelo interesse em verificar o que o “mestiço” pensa sobre a sua identidade e como encara o mundo que o cerca. Em 2004, foi lançado, no país, o livro “*Mixed race*” *studies: a reader* (IFEKWUNIGWE, 2004), com o objetivo de debater o tema e as pesquisas realizadas nessa área de estudo, o que indica a maturidade desse debate e a cristalização da mestiçagem como um conceito¹.

Laplantine e Nouss são exemplos de pesquisadores franceses que também começam a se interessar por essa categoria intermediária, desenvolvendo uma reflexão sobre o tema². Entre os pesquisadores brasileiros, a mestiçagem vem sendo discutida durante séculos e se constituiu como o centro dos debates acerca da identidade. Assim, é possível afirmar que esse se tornou um tema recorrente na história da formação do pensamento social brasileiro. Atualmente, esse conceito vem perdendo prestígio nos centros acadêmicos e nos discursos

1 Ver ainda Root (1992); Tizard and Phoenix (1993); Gaskins (1999); DaCosta (2007).

2 Para maiores informações, ver também Carelli (2005); Schmidt (2003); Laplantine e Nouss (2007); e Gruzinski (2007).

sobre a identidade “racial” brasileira. Pensar a mestiçagem e o mestiço nas pesquisas sociais brasileiras pode ser significativo para compreender as mudanças e persistências ocorridas nesse campo de estudo.

O que pretendo nesse capítulo é demonstrar como a mestiçagem foi pensada e construída em uma “colônia” que se edificou com a presença da miscigenação na sua composição. Retratado como um povo miscigenado pelos viajantes curiosos que cruzaram o atlântico, a nação brasileira já era considerada singular por seu caldeamento, visível nos traços e na pele da população.

Construída de encontros, todavia nem sempre pacíficos, a constituição da nação se fez através de hierarquizações e imposições (BOXER, 1967, 1977; VIANA, 2007). Respalhada, primeiramente, na violência e, posteriormente, nos discursos científicos, a nação moldou a configuração social e “racial” da população brasileira.

Além de fato, a mestiçagem também se constituiu em ideologia, discurso que objetivou unir a população em torno de uma única identidade: o brasileiro, seja esse “embranquecido” ou, posteriormente, representante de uma nova “raça”, uma “meta-raça” (FREYRE, 1994: 72). A capoeira, a feijoada, o samba e a umbanda fizeram parte dessa construção identitária, que resultou da ideia de encontro e simbiose, da colaboração das “três raças formadoras da nação” (DaMATTA, 1987).

Foi dessa forma que a nação foi construída e pensada em verso e prosa desde a segunda década do século XX. A antropofagia brasileira dos modernistas elevou a brasilidade à tema central de suas obras. Até a década de 1980, o Brasil se pensava como resultado dessa simbiose e dessa mistura, mas, a partir do final do século XX e início do século XXI, alguns setores, como a academia e os movimentos sociais organizados, começaram a questionar essa identidade mestiça nacional e a problematizar se não haveria na sociedade brasileira um multiculturalismo ocultado sob os discursos de caldeamento. A persistente presença de debates sobre a composição “racial” brasileira, agora também respaldada pelas pesquisas genômicas, se multiplica em jornais e revistas de circulação nacional³.

Assim, pensando na constituição da nação, é possível afirmar que a grande vedete desses debates “raciais” é a própria mestiçagem, pois persiste no discurso do “senso comum” e no discurso “científico” desde o século XIX⁴. As atuais contendas, motivadas seja pela

3 Lilia Schwarcz (1993: 249) já havia indicado algo semelhante nas conclusões do seu livro, ao afirmar que “Raça permanece [...] como tema central no pensamento social brasileiro”.

4 Ainda segundo Schwarcz, na sequência da citação anterior, “No país, vez por outra, ainda é possível ouvir a utilização do argumento, seja para reafirmar certa diferença cultural entre as raças, seja para afirmar uma valorização da mestiçagem”.

implantação das cotas, seja pelos debates sobre ancestralidade, reacendem a velha questão de como definir um país miscigenado.

Para compreender a persistência desses temas na sociedade brasileira, é necessário conhecer os discursos sobre “raça”, racismo, identidade nacional e cor no Brasil. Pensando na importância desse panorama histórico e na persistência dos debates travados no seio das ciências humanas, neste capítulo são apresentados discursos, debates e ideias que vigoraram durante esses três séculos sobre as relações raciais no Brasil, para que se possa compreender a trajetória dos debates sobre a mestiçagem no país.

É importante salientar que não pretendo analisar todas as obras e todos os pensadores que contribuíram para o desenvolvimento desse campo de estudo. Nas Ciências Sociais, encontram-se muitos pesquisadores que se debruçam sobre a temática da história da antropologia e da análise do pensamento social, e fazer tal empreitada seria, como afirmara Sílvio Romero, um exercício de “pintar na água ou escrever na areia” (1888: 87). Por isso, construí esse capítulo a partir de blocos de ideias, pensando na sucessão de paradigmas. Em alguns momentos, é possível perceber uma quebra cronológica na narrativa dos fatos e isso se dá justamente devido a esse exercício de pensar como se desenvolveram os debates sobre a mestiçagem no Brasil e quais os legados deixados para o campo de estudo das relações “raciais”.

Segundo Schwarcz (1993: 47), “o termo raça é introduzido na literatura mais especializada no início do século XIX, por Georges Couvier, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos”. A partir dessa ideia, na qual os discursos eram pautados na determinação biológica, desenvolveram-se teorias para explicar as diferenças entre os povos. Baseados na ciência da época, viajantes teciam apreciações sobre o futuro do país, analisando, através dessas teorias, o homem brasileiro.

Gobineau⁵ sentenciava que o Brasil estava fadado à impossibilidade do progresso; para ele, a população estava “viciada no sangue e no espírito” (ibid.: 13), a nação já sofria a degeneração da raça e o problema era a mestiçagem em curso no país. Para Agassiz, a deterioração das espécies através da mestiçagem resultava em “um tipo indefinido, híbrido deficiente de energia física e mental” (ibid.: 13).

⁵ O francês Joseph Arthur de Gobineau publicou o *Ensaio sobre a desigualdade das raças* (entre 1853 e 1855) e exerceu o cargo de diplomata no Brasil entre 1869 e 1870.

Esses pensadores reproduziam a máxima do poligenismo⁶ em relação à mestiçagem: os mestiços personificavam a degeneração (ibid.: 56). Essa perspectiva influenciou pesquisas em várias áreas, tais como Direito, Psicologia e Antropologia. Os ecos desses debates chegaram ao Brasil e os pensadores sociais desse país desenvolveram uma teoria particular, na qual tentavam equilibrar a impossibilidade de uma nação degenerada com os interesses da manutenção hierárquica pós-escravatura (ibid.: 18). Assim, não é de se surpreender que sejam encontradas duas teorias opostas, como poligenismo e monogenismo⁷, explicando a peculiaridade da nação. Esse foi o panorama no qual inicialmente se travaram os debates sobre a mestiçagem brasileira.

Outro viajante estrangeiro que influenciou os debates sobre a composição “racial” do brasileiro foi o alemão naturalista Karl Friedrich Philipp von Martius⁸, vencedor do concurso organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1844, com um artigo exemplar para se compreender o fascínio, e porque não a estranheza, que essa nova população causava aos estrangeiros que visitavam o solo tropical. Martius discorreu em 22 páginas o tema “como se deve escrever a história do Brasil”; para ele, a história brasileira deveria ser escrita levando em consideração a mistura das três raças:

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, paiz que tanto promete, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem. São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular tres raças, a saber: a de côr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d'essas tres raças, formou-se a actual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular (MARTIUS, 1845: 381-382).

A singularidade e a formação de um “povo novo” são evocadas para demonstrar a particularidade da população brasileira. Em alguns trechos, o autor demonstra a crença na hierarquia das “raças” ao analisar os componentes negro, índio e branco, e relata com ênfase a contribuição dos portugueses. Para Martius, “o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica” (ibid.: 383). Para Vainfas (1999: 09), a proposta de Martius foi tão “inovadora” que não teve seguidores no século XIX.

6 Nessa teoria, surgida em meados do século XIX, acreditava-se na existência de vários centros de criação da humanidade, o que explicaria as diferenças raciais. Para maiores informações, ver Schwarcz, 1993.

7 O monogenismo surge no início do século XIX e acreditava na origem comum da humanidade, o que a diferenciava era a proximidade ou o distanciamento do Éden, ou seja, os mais perfeitos estariam mais próximos do Éden.

8 Realizou pesquisas sobre a flora e fauna brasileira no período de 1817 a 1820.

Já Schwarcz (1993: 247) sinaliza que Sílvio Romero retomou, em suas obras, na década 1880, a ideia cunhada por Martius da mestiçagem como singularidade no processo de construção da nação.

Outro ponto convergente entre Martius e Romero pode ser apontado: ambos proclamavam o discurso da supremacia branca na formação da sociedade brasileira, uma crença duramente criticada nas obras de Raimundo Nina Rodrigues na década de 1890⁹. Descrente de um possível branqueamento da população, Nina Rodrigues encarava a mestiçagem como um fato consumado, um “grande problema nacional”, pois os males sociais e biológicos do país advinham da mestiçagem largamente difundida (SCHWARCZ, 2009: 97).

Em seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Rodrigues dialoga com as ideias de embranquecimento presentes em seu tempo, criticando abertamente as ideias de Romero sobre a composição da sociedade nacional e a sua crença na “depuração racial” da população ([1894] 1938: 90-94). Já no seu artigo, intitulado “Mestiçagem, degenerescência e crime”, o autor apresenta um estudo de caso realizado no distrito de Serrinha no Estado da Bahia¹⁰. Consciente de todos os debates acerca da mestiçagem na América do Sul, ele se propõe a realizar uma “observação direta e imediata” para que assim possa verificar o efeito da mestiçagem (RODRIGUES, [1899] 2008: 1153).

Influenciado pela teoria poligenista, Rodrigues lastima o alto grau de reprodução da população mestiça no Brasil e relata diversos exemplos de mestiços degenerados. Surto psicóticos, crimes e deficiências físicas e mentais foram utilizados para demonstrar que o cruzamento entre tipos raciais diferentes gerava indivíduos decadentes e propensos a crimes (ibid.).

Nesse artigo, publicado cinco anos após a sua primeira obra, ele abandona a ideia presente no livro em considerar tanto a existência de mestiços degenerados quanto de misturas bem sucedidas (SKIDMORE, 1976: 76). Assim, ele cita exemplos de mestiços “notáveis” na sociedade baiana, enfatizando, todavia, distúrbios psicológicos e “taras” em

9 Enquanto Schwarcz analisa a questão “racial” no pensamento social brasileiro, Vainfas discorre sobre o tabu da mestiçagem na historiografia nacional, o que explica a pequena divergência deles sobre a continuidade do pensamento de Martius. Enquanto para Schwarcz, Sílvio Romero, no século XIX, retoma o pensamento do alemão, Vainfas aponta essa retomada no século XX com Manoel Bomfim e, principalmente, com Gilberto Freyre. Mas é fato de convergência que há um lapso entre a publicação de Martius e a retomada da mestiçagem como característica singular da nação, ponto de vista que só será retomado décadas depois para se pensar o país como uma nação viável, “depurada” “racialmente” ou assumindo a colaboração das três raças.

10 O autor justifica a escolha do distrito de Serrinha devido à composição da sua população, que, segundo ele, é composta por mestiços que não se diferenciam do “tipo médio da população mestiça do estado” (RODRIGUES, [1899] 2008: 1155).

seus comportamentos. O autor chega a afirmar que é fácil demonstrar a degenerescência ou as taras nas famílias de mestiços bem sucedidos e deduz que essa dualidade ocorre porque as características herdadas não se fundem com a mistura, e o resultado da miscigenação são produtos médios, que podem herdar a inteligência da “raça superior” e as características da “raça inferior” (RODRIGUES, [1899] 2008: 1163).

Seguindo essa mesma linha argumentativa sobre o determinismo biológico, Euclides da Cunha, em sua obra *Os sertões*, de 1902, respalda o determinismo geográfico e “racial” para analisar o homem sertanejo. Esse autor também demonstra preocupação em relação à composição “racial” brasileira, condenando a mestiçagem e avaliando os perigos da mistura “racial”. Para Euclides, a mestiçagem é um “improviso”, já que a seleção natural faz seu trabalho em “escolher” os mais aptos e a mescla de diversas raças se constitui um retrocesso (CUNHA, 2002: 267-268).

Pensando na lógica salvacionista da formação da nação, Euclides da Cunha construiu uma tipologia que se definia pelos mestiços do litoral e mestiços do sertão. Os primeiros eram caracterizados como degenerados, possuindo as piores características atávicas das “raças” geradoras, enquanto os sertanejos eram definidos como “retrógrado[s] com potencialidades”. O autor via nos sertanejos uma mescla mais acabada e afirmava que o seu modo de vida era condizente ao seu estágio evolutivo. Preocupado em resolver a tensão entre as teorias europeias e a realidade brasileira, ele encarava o mestiço do sertão como um tipo “completo”, “definido” e não descartava a possibilidade de o sertanejo vir a constituir a “raça brasileira” (LEITE, 2007: 274).

Cunha tentava se equilibrar entre as teorias deterministas, evolucionistas sociais e a realidade nacional, que se constituía em um exemplo negativo no panteão das teorias racialistas, exercício esse que marcou toda uma geração de pensadores sociais (SCHWARCZ, 1993: 18-19; LEITE, 2007: 242-249).

O olhar contemplativo desses pensadores brasileiros para os fatos sociais refletia um misto de constatação e descrença na viabilidade da nação, atitude que seria problematizada de forma muito criativa por homens que apostaram em ideias próximas ao naturalista alemão von Martius, que pensou na construção do mito de origem nacional. Esses homens acreditavam em outra saída para o país para além da degenerescência e do crime. Imbuídos na construção de uma nova narrativa sobre o Brasil, desenvolveram um pensamento voltado para a utilização da principal causa de defeito da nação: a mestiçagem.

1.1 “Há de Nascer, de Crescer e de se Misturar...”¹¹: a mestiçagem como Saída para a Nação

Da plataforma da estação Cirino Rocha, com as mãos enfiadas nos bolsos do sobretudo, contemplava regalado aquela cena erótico-policia. Estava contente, crendo que a experiência teria o melhor êxito. O seu intento era paradoxal e endiabramente patriótico. Desdenhando com toda a superioridade dos seus preconceitos de antigo senhor-moço e aristocrata a qualidade e os costumes da maioria dos conterrâneos, monologava: - Qual é o sonho destas larvas humanas? Todos eles, machos e fêmeas, têm o fraco e a volúpia de expurgar-se das suas escórias na pele de gente. E isso é o humano, convenho. É a atração dos contrários... E que faço eu? Acudo a regeneração social, à regeneração da economia e do trabalho, juntando a este propósito, único aparente, o meu desígnio secreto de propinar aos cabras excelentes eliminadores da melania (sic). Lanço-lhes isca à vaidade e à sensualidade. O tempo fará o resto, que é o principal... Atrás dessa família outras virão, numerosas, nacionais ou estrangeiras, de raça apurada e epiderme clara, bela, apetecível. Que júbilo para a cabroeira!... Tanto melhor. Os resultados me compensarão o sacrifício de praticar esta espécie de lenocínio. Afinal é o mesmo que fazem em família os parentes casamenteiros. Não são estes apenas uma modalidade decente de lançarote?... Serei de bom grado o apontador neste criatório. Os cabras são atrevidos e fogosos. Irão todos se consumindo como a hulha na própria chama. Morrerão como porcos, pela boca. Diluídos na mistura de filtração em filtração, serão reduzidos a uma borra e totalmente evacuados. Morrerão em corpo e alma. Principalmente em alma... (MARQUES, [1930] 1998: 219-220).

Esse excerto do livro *As voltas da estrada*, de Xavier Marques, lançado em 1930, é representativo do discurso destes três autores que tratarei nessa sessão. Concomitantemente aos ataques à mestiçagem brasileira, nos fins do século XIX e início do século XX, autores como João Batista de Lacerda, Couto de Magalhães e Sílvio Romero tratavam a miscigenação como um “depurador da raça”, como “a boa miscigenação”.

O ideal de embranquecimento paulatino da população era visto como uma saída ao país doente. A mestiçagem era elevada à categoria salvacionista da sociedade brasileira, pois, através dela, a população poderia passar por uma ação continuada de “depuração”, devido a processos sucessivos de miscigenação com a população branca imigrante, que resultaria, após algumas gerações, no branqueamento da nação. Diferentemente da análise de Nina Rodrigues ou de Euclides da Cunha, esses pensadores sociais viam na miscigenação a possibilidade de livrar o país de grupos indesejáveis ou, como defendia Couto de Magalhães, “aclimatar a raça branca”.

11 AMADO, 2006: 23.

Para esses autores, o imigrante possuía um papel fundamental na construção da composição “racial” do brasileiro, porque era a partir da depuração do sangue indígena e negro e através do sangue branco que a mestiçagem alcançaria seu nobre objetivo: o embranquecimento. Couto de Magalhães¹² desenvolveu o seu ideal de caldeamento, levando em consideração dois aspectos: o possível extermínio indígena e o fortalecimento da “raça branca”, que naturalmente não estava aclimatada aos trópicos. De certa forma, seria “unir o útil ao agradável”, pois, vislumbrando o desaparecimento de comunidades indígenas, preocupou-se em dissolvê-las no sangue imigrante e, por conseguinte, fortalecê-lo. O resultado da mistura de um quinto de sangue indígena ao sangue do branco possibilitaria o fortalecimento da raça branca e à sua adaptação ao clima brasileiro, essa matemática hereditária da mistura seria a mais benéfica indicada pelo autor (RODRIGUES [1899] 2008: 1163; MELATTI, 2007: 6).

A ênfase na mistura entre brancos e índios e a predileção por outras misturas se explicam justamente por o indígena ser autóctone e estar completamente aclimatado aos trópicos. Couto de Magalhães, ao tratar das várias vertentes da mestiçagem, tem, no mínimo, uma interpretação interessante sobre a mistura. Para ele, a mistura de raças com indígenas brasileiros aconteceu antes da colonização portuguesa no Brasil, em tempos pré-históricos e isso explicaria a sua tipificação das três subdivisões das raças indígenas: “índio escuro grande”, “índio mais claro de estatura mediana” e “índio mais claro de estatura pequena”, as três subdivisões de autóctones que os portugueses encontram na América do Sul (MAGALHÃES, [1876] 1935: 111-114).

O que Magalhães denomina como “misturas recentes” são os resultados entre os cruzamentos de brancos e indígenas e de negros e indígenas: cafuzo, mameluco e mulato. O que mais impressiona na sua interpretação é que, ao analisar os “phenomenos intellectuales” decorrentes da mestiçagem, ele relativiza, informando ao leitor que existem brancos inferiores “na idade da pedra” e negros em estágios superiores:

[...] pode-se porventura afirmar que as raças mestiças no Brasil apresentam inferioridade de caracteres intellectuales e Moraes aos da raça branca? Creio que não. A Bahia é das províncias do Império aquella em que a raça branca mais intimamente se cruzou com a negra; o desenvolvimento intelectual nessa província é um dos mais intensos do Império (ibid.: 139).

12 José Vieira Couto de Magalhães seguiu a carreira militar e foi presidente da província do Grão-Pará (1864-1866). Para maiores informações, conferir Henrique (2003) e Melatti (2007).

A complexidade em transformar a mestiçagem de perigosa a redentora é verificada à medida que se avança na leitura de *O selvagem*¹³. Mesmo relativizando quando é questionado sobre a inferioridade intelectual do mestiço, o autor demonstra o peso das teorias raciais enquanto apresenta um tipo definido de mistura como a mais bem sucedida, a mais benéfica para a aclimação do homem branco. É interessante pontuar que essa fórmula benéfica é resultado da contribuição do indígena, e não do negro.

A interpretação do sergipano Sílvio Romero sobre a “depuração” se distancia das interpretações românticas, nas quais se valorava o indígena, ou seja, se distancia dos ideais rousseauianos da perfectibilidade do primitivo para celebrar uma “cultura mestiça” na qual o branco predominaria (LEITE, 2007: 243-249). Inserido no paradigma do branqueamento e influenciado pelo evolucionismo, Romero pensava a mestiçagem como um processo que resultaria na predominância dos mais aptos: nesse caso, a predominância branca na sociedade (SOUZA, 2004: 23). Ao afirmar que “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias”, Romero, S. ([1988] 1953: 56) está afirmando que existe um “tipo novo” que seria resultado da hibridiz cultural e biológica, e assim sendo, os brasileiros deveriam assumir essa característica como a singularidade do país. Para ele, a história brasileira não seria “a história exclusiva dos portugueses”, nem o romantismo tupi ou “o sonho de algum representante do africanismo” (ibid.: 56).

Não é à toa que Romero identifica a obra de Martius como a mais “interessante” escrita sobre o Brasil por um estrangeiro. A crítica que Romero faz a Martius é que ele se esqueceu de trabalhar o “ponto fundamental do problema: o mestiço, sobre o qual peculiarmente se deve insistir, estudando amplamente o especial quinhão de cada fator e definindo o caráter do resultado” (ibid.: 66). Ao se reportar, em seu texto, à imigração, o autor demonstra toda a sua indignação por não haver um planejamento de distribuição dos imigrantes em todas as regiões do Brasil, principalmente no norte e no “grande oeste”:

E por que não quererão eles ocupar o resto do país? O plano é o mais liberal possível: em vez de três ou quatro províncias, damos-lhes vinte. O Brasil todo aí está; espalhem-se, tenham o mesmo trabalho que tiveram outrora os portugueses. Espalhem-se e misturem-se às populações nacionais. Não vejo motivos para não aceitarem este sistema. Nada de privilégio de zonas; o clima do país é todo apto à colonização (ibid.: 45).

13 Um fato curioso na biografia de Couto de Magalhães é que, como presidente do Grão-Pará, apoiou a expedição de Louis Agassiz ao norte do país, mas pessoalmente divergia, como se pode notar, da interpretação dos males deletérios da mestiçagem para a construção da nação. (cf. HENRIQUE, 2003).

A preocupação de Romero com uma distribuição igualitária dos imigrantes no território nacional era reflexo do seu temor de que eles se concentrassem no sul do país, criando grupos culturais fechados que não se integrassem à nação. É interessante pontuar que, para o autor, o oposto a esse comportamento era representado pelos portugueses, que, segundo ele, “espalharam-se” pelo país e se “misturaram”. Esse ponto, a miscibilidade, era fundamental para alcançar a “depuração racial”, pois, a partir da mistura do branco com o mestiço, se alcançaria a “boa miscigenação”.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, João Batista de Lacerda não só defendia o embranquecimento, como profetizava o branqueamento completo da nação em 2011. Em sua participação no I Congresso Universal das Raças, Lacerda exibiu o quadro “A redenção de Cam”, de Marcelo Broccos, para demonstrar à assistência a possibilidade da transformação de uma nação doente, cheia de vícios, em uma nação branca e saudável¹⁴ (SKIDMORE, 1976: 82-83; SCHWARCZ, 1993: 12).

Munido de iconografia e dados estatísticos, Lacerda discorreu sobre a situação do negro e do índio no país. Sobre a projeção étnica brasileira, afirmava que os negros e indígenas praticamente desapareceriam no período de um século. A sua justificativa para essa “extinção” em massa estava pautada no desenvolvimento civilizatório do país, já que considerava que o desenvolvimento é proporcionalmente inverso à existência do indígena na sociedade brasileira e argumentava que os negros brasileiros, ao contrário dos negros norte-americanos, não possuíam nenhum laço de união ou iniciativa, vivendo após a abolição da escravidão, “perdidos por ínvios caminhos como animaes extraviados de um rebanho” (LACERDA, 1912: 98). Para o autor, a própria precarização da vida levaria o negro à ruína.

No projeto de Batista de Lacerda para o país, os imigrantes português, espanhol e italiano teriam um papel preponderante, pois, a partir deles, a população branca aumentaria e, aliado ao decréscimo da população não branca, haveria um paulatino embranquecimento na sociedade. O autor, auxiliado por Roquette-Pinto, desenvolveu a seguinte projeção estatística que embasaria o seu discurso sobre o embranquecimento: “Tomando para base do cálculo os algarismos correspondentes aos diagrammas (sic), daqui a um século, a população do Brasil será composta de: Brancos 80:100, Mestiços negroides 3:100, Indigenas 17:100 e Negros: 0” (ibid.: 97).

¹⁴ Segundo Seyferth (1985: 87), o quadro “A Redenção de Cam” não foi encomendado especialmente para o Congresso e pertencia à Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Para a autora, esse fato demonstra que a ideia do branqueamento já era popular e Lacerda só fez dar-lhe o “estatuto científico”.

A participação de Lacerda no I Congresso Universal das Raças é bem representativa do pensamento do “homem da ciência” no início do século XX. Ele foi o único representante da América Latina, o que, segundo Seyferth (1985: 82), mostra a relevância desse tema à nação.

Esse Congresso aconteceu em Londres, no ano de 1911, tendo sido organizado em oito sessões temáticas, subdivididas nos seguintes temas: “Considerations fondamentales”, “Conditions du progrès (problèmes generaux)”, “Conditions du progres (problèmes spéciaux)”, “Contact pacifique entre les civilisations”, “Problemes speciaux d’economie politique entre les races”, “La conscience moderne par rapport aux questions de race”, “La conscience moderne par rapport aux questions de race (lê nègre et l’indien d’Amerique)”, “Sugestions positives pour encourager l’amitié entre les races”, “Sugestions positives”. Essas sessões estavam de acordo com o seu objetivo geral:

The object of the Congress will be to discuss, in the light of modern knowledge and the modern conscience, the general relations subsisting between the peoples of the West and those of the East, between so-called white and so-called coloured peoples, with a view to encouraging between them a fuller understanding, the most friendly feelings, and a heartier co-operation. Political issues of the hour will be subordinated to this comprehensive end, in the hour will be subordinated to this comprehensive end, in the firm belief that, when once mutual respect is established, difficulties of every type will be sympathetically approached and readily solved (First Congress, 1911: 08).

Assim, foi possível a presença, na mesma mesa, de um defensor da inferioridade dos negros e da mestiçagem como processo de embranquecimento, e do historiador, economista e ativista social W. E. B. Du Bois. A fala de Du Bois impressionou Lacerda, por sua inteligência e pelo relato das péssimas condições de vida dos negros norte-americanos¹⁵. O autor caracteriza Du Bois como um “recomendavel descendente dessa raça, um mestiço ao qual conferira a Natureza o dom de uma intelligencia vivaz e as circunstancias do meio social os recursos de apural-a e educal-a nos bancos da escola e da Academia”. (LACERDA, 1912: 17-22)¹⁶.

Talvez, para Lacerda, Du Bois seria a sintetização da “raça transitória”, mestiça, idealizada por ele, que posteriormente se diluiria pelo embranquecimento. Ao ler os

15 Na programação do Congresso consta a participação de Franz Boas, mas em nenhum momento Lacerda cita a sua presença ou a sua exposição, o que pode ter ocorrido pelo desinteresse pelo tema abordado: “*L’instabilité des types humains*” ou pela ausência de Boas no Congresso.

16 É interessante pontuar que o autor identificava Du Bois como mestiço, o que só corrobora a identificação “de marca”, através do fenótipo, da sociedade brasileira.

comentários de Lacerda sobre o Congresso, percebe-se a tensão entre os objetivos do evento e as posturas individuais dos pesquisadores. Em um caso, ele cita o posicionamento contrário de um inglês ao abordar o casamento inter-racial de mulheres brancas inglesas e homens negros, qualificando-o como “monstruosidade” (ibid.: 09). A própria ideia de hierarquia “racial” presente em *Les races métisses du Brésil* se contrapõe à “opinião geral do Congresso que não há raças superiores e inferiores, sim raças adiantadas e atrasadas” (ibid.: 07), sendo essa a tônica do Congresso, substituir o determinismo biológico por desenvolvimento e a inferioridade “racial” por atraso.

Os três autores apresentam ideias semelhantes sobre a mestiçagem no Brasil, elevada à salvadora da nação. Eles enxergaram à luz no fim do túnel para toda impossibilidade do país em se tornar “desenvolvido”. A abordagem hierárquica foi recorrente, oscilando entre a predileção do índio ou do negro, mas o desaparecimento desses dois grupos étnicos era o ponto convergente no pensamento do branqueamento social. Para Costa (2006: 156), durante esse período, foi no domínio do natural que se buscou explicação para as diferenças “raciais”, busca essa centrada em três principais questões: “hierarquia racial”, “união de diferentes raças humanas” e “evolução biológica”.

1.2 “É Mestiça a Face do Povo Brasileiro e é Mestiça a sua Cultura”¹⁷

É horrível o que o naturalista [Agassiz] da ‘imutabilidade das espécies’ observou dos mulatos e mestiços brasileiros; certamente estas coisas ele as viu como viu, por aqui, os traços do período glaciário... Não há razão para que nos impressionemos com os conceitos do sábio reacionário, ele andava por estes mundos com o propósito determinado de achar provas de que foi o Padre Eterno quem fez, bem separadamente, em momentos diferentes, cada uma das espécies, e que elas são hoje o que eram quando saíram das mãos do obreiro lá dos céus; e sustentava que não há nenhum parentesco entre as raças... (BOMFIM, [1905] 2002: 812-813).

Independentemente de a mestiçagem ser encarada como um processo de degenerescência ou como salvadora da nação, os discursos deterministas ainda estavam presentes e atrelados ao pensamento social brasileiro. A partir da primeira década do século XX, a análise de alguns pesquisadores se desloca da influência geográfica e biológica para as condições sociais as quais o homem brasileiro estava submetido.

A obra de Bomfim, *A América Latina: males de origem*, publicada em 1905, é exemplar para compreender a mudança de discurso no ambiente intelectual brasileiro.

¹⁷ AMADO, 2006: 132.

Influenciado pelo marxismo e pelo nacionalismo, Bomfim tece críticas às teses biologizantes e explica o desenvolvimento nacional através da história da colonização da América Latina. Para esse autor, a mestiçagem era um fato e não gerava indivíduos doentes, sendo a colonização e não a “raça” a causa da “doença” brasileira. Por apresentar ideias muito à frente do seu tempo, Bomfim foi incompreendido pela crítica e por seus pares¹⁸, vivendo o ostracismo do pensamento social brasileiro (LEITE, 2007: 330).

Alguns comentaristas pontuam que esse esquecimento foi decorrente do seu pensamento inovador e progressista em um período no qual imperavam as interpretações biológicas para explicar o social (ibid.; BOTELHO, 2009: 120). Nas últimas décadas do século XX, o autor de *América Latina: males de origem* tem sido resgatado do ostracismo de quase um século e reincorporado ao panteão dos pensadores sociais brasileiros (COSTA, 2008: 425). Dissertações de mestrado, teses de doutorado e recentes lançamentos de livros sobre a vida e obra desse autor inovador marcam a retomada de uma fase importante para a compreensão do desenvolvimento do pensamento social brasileiro.

Os novos ares advindos das ideias de Bomfim não foram suficientes para realizar uma mudança de paradigma no início do século XX, e dois fatores foram importantes para isso. O primeiro, foi a aceitação da composição étnica brasileira e do Brasil como um país miscigenado, e o segundo, foi a crítica ferina de Sílvio Romero à interpretação de Bomfim, sendo importante lembrar que, em 1906, Romero era muito influente nos meios intelectuais. Só a partir de 1911, com o crescimento do Movimento Sanitarista, as interpretações enfatizando a primazia do social em detrimento do biológico ganham espaço e voz nos debates sobre a composição “racial” brasileira.

Os debates em torno do discurso sanitariares cresceram, principalmente a partir da década de 10 do século XX, retirando a culpa da composição “racial” da população por supostamente causar as péssimas condições de saúde do brasileiro. Segundo Lima e Hochman (2000: 320), o impacto causado pelas ideias sanitarias no pensamento social brasileiro superou os resultados institucionais propostos por esse movimento. O exemplo mais emblemático é a utilização do Jeca Tatu como símbolo desse movimento. O personagem que fora criado por Monteiro Lobato para representar a indolência do caboclo paulista se converteu em exemplo de que a população poderia se tornar produtiva a partir da melhoria na saúde pública: tratamentos simples como a vacinação ou a cura de parasitoses trariam vitalidade ao cidadão (ibid.: 321; 2006: 23):

¹⁸ Em 1906, um ano após o lançamento de *A América Latina: males de origem*, Sílvio Romero dirige duras críticas a Manoel Bomfim.

Pensar o caráter nacional para além da mistura das raças foi um exercício realizado tanto pelo Movimento Sanitarista quanto por Manoel Bomfim, mas, a análise de Bomfim padecia no ostracismo do pensamento social brasileiro, enquanto o Movimento Sanitarista só fez crescer, além de influenciar a nova geração de pensadores sociais.

O que garantiu a aceitação e ampla divulgação das ideias sanitárias na sociedade brasileira foi a descoberta, por Carlos Chagas, em 1910, da *tripanossomíase americana*, atualmente conhecida como “doença de Chagas”. A partir dessa descoberta, as implicações para a saúde: o impaludismo¹⁹, o desânimo e o cansaço se apresentavam por outras causas que não a mestiçagem.

Segundo Kropf (2009: 208), o resultado das pesquisas de Chagas foi apresentado para a comunidade médica como a “glória da ciência nacional” e logo comentada por políticos, intelectuais e jornalistas. O caráter científico dessa descoberta foi definitivo para a repercussão nacional e internacional, e para o desenvolvimento de uma política voltada para o combate de doenças e endemias. Essa nova pauta foi definitiva para a participação de diversos estratos da sociedade no Movimento Sanitarista²⁰.

É relevante pontuar que as ideias deterministas continuaram a vigorar na sociedade, mesmo com o surgimento dos discursos sanitária ou culturalista. Exemplo dessa coexistência é dado por Thomas Skidmore ao analisar a obra de Oliveira Vianna. Nessa análise, Skidmore chega a considerar anacrônicos os termos utilizados, tais como “inferior-superior”, “ariano” e “raças primitivas”, mas explica a receptividade da obra devido à interpretação positiva da composição “racial” brasileira (SKIDMORE, 1976: 221), na qual a “redução dos elementos bárbaros” da sociedade por meio de “seleções favoráveis” levaria o país ao embranquecimento (VIANNA, [1923] 1933: 183).

De fato, Oliveira Vianna poderia ser categorizado juntamente a Batista de Lacerda, Sílvio Romero ou Couto de Magalhães, por retomar, na década de 20, a temática de embranquecimento e a hierarquização das três “raças” formadoras da nação. A argumentação de Vianna retoma a pauta recorrente dos finais do século XIX e da primeira década do século XX, quando a diminuição da população negra e indígena e a imigração de “italianos, franceses, portugueses, espanhóis, etc.” levariam ao embranquecimento da nação (ibid.: 170-171).

¹⁹ Em 1915, na Argentina, foi descoberto que não há relação entre o bócio e a *tripanossomíase americana* (KROPF, 2009: 212).

²⁰ Nos primeiros anos de descoberta da *tripanossomíase americana*, as audiências e os artigos de Carlos Chagas se direcionavam para a comunidade médica e científica, só a partir de 1916 que ela se estabeleceu como pauta política. Para maiores informações, ver Kropf (ibid.).

É interessante pontuar que, no início da década de 1920, tramitaram projetos de lei de políticos brasileiros com o objetivo de proibir ou dificultar a entrada de imigrantes negros e japoneses no país²¹, o que reforça a aceitação da teoria de Oliveira Vianna, na qual a mestiçagem seria realizada “através de seleções favoráveis”. Durante a tramitação do projeto do Deputado Federal Fidélis Reis em 1923, no qual definia restrições parciais para imigrantes japoneses, restrições totais para imigrantes negros e incentivos à imigração europeia, Oliveira Vianna participou como uma espécie de consultor, apoiando a iniciativa do Deputado mineiro (RAMOS, 2006: 67). O que distingue Vianna de seus colegas da teoria da “depuração racial” é a utilização dessas ideias como pauta política, fato que atualizou os seus “termos anacrônicos” no pensamento social e político nacional.

Diferentemente de Oliveira Vianna, Roquette-Pinto estava voltado para os ideais do seu tempo. Influenciado pelo Movimento Sanitarista e pelas ideias do antropólogo Franz Boas, se posicionou contra o ideal de embranquecimento e contra os determinismos biológicos e geográficos presentes no seu campo de estudo (SANTOS, 1998). Na primeira década de 1910, foi enviado a Londres, como representante do governo brasileiro, juntamente a Batista de Lacerda para participar do I Congresso Universal das Raças. Apesar de construir o diagrama estatístico que respaldou a tese de Lacerda sobre o embranquecimento (LACERDA: 1912; FARIA, 1959: 05), Roquette-Pinto se posicionou com firmeza a respeito do embranquecimento e da degenerescência nacional, afirmando que a “doença” do país era uma “questão de higiene” e não de “degeneração racial” (SCHWARCZ, 1993: 96).

Em *Ensaio brasileiro*, Roquette-Pinto dedica uma sessão a Manoel Bomfim, reconhecendo a sua contribuição para a transformação do pensamento sobre o determinismo biológico: “O livro de Manoel Bomfim surgiu no momento próprio, quando o país inteiro começa a pensar na raça e procura verificar se são verdadeiras as doutrinas dos derrotistas que caluniam (sic) os seus patrícios atrasados” (ROQUETTE-PINTO, [19--]: 91). É recorrente em suas obras a crítica à teoria da degenerescência decorrente da mistura de raças e do determinismo geográfico, em compensação, elas estão repletas de interpretações voltadas para análises culturalistas e sanitaristas.

As visões sobre o Brasil estavam mudando e essa transformação aconteceu não só entre os intelectuais, cientistas, médicos e políticos. A maior repercussão desses novos ares, ou talvez a que causou um maior impacto na sociedade, foi o Movimento Modernista de 1922, movimento de valorização da nação, que trazia um novo elemento para os debates sobre

21 Para maiores informações, ver Ramos, 2006.

o destino do país. Para Maggie (2005a: 9), “era preciso transformar o país do pesadelo do conde Gobineau, que só via um fim trágico para tanta mistura, em uma utopia que nos colocaria em pé de igualdade com a Europa de Descartes”.

Nesse mesmo caminho, é lançado *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933. Nesse livro, Freyre desloca o debate de raça para cultura e valoriza a contribuição das três “raças” formadoras da nação. Nas suas análises, o povo brasileiro deixa de ser um povo mestiço doente e as causas das doenças da população se originam nas péssimas condições de higiene e alimentação que possui (FREYRE, 2002a: 180). No prefácio à primeira edição de *Casa-grande & senzala*, Freyre expõe os motivos que o levaram a escrever o livro, citando a influência de Franz Boas e da sua estada nos Estados Unidos da América. Esses são pontos importantes para compreender o que gerou essa mudança significativa no pensamento social brasileiro:

Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação (FREYRE, 2002a: 127).

Ao trazer a miscigenação para o centro das suas preocupações, Freyre também realiza um resgate aos ideais de Martius, para quem a própria miscigenação deve ser assumida, valorizada e resgatada para explicar o Brasil (VAINFAS, 1999: 08). Ao olhar para o seu país a partir da lente americana, ele realiza o exercício, tão caro aos antropólogos, de “estranhar o familiar”. A viagem ao sul dos Estados Unidos e as experiências em solo americano influenciaram a sua interpretação sobre a própria nação, e significaram um exercício semelhante ao utilizado por pesquisadores estrangeiros que aportaram no Brasil. Nesse caso, há dois tipos de comparação: a que acontece devido à experiência na sociedade de origem e que acaba influenciando a interpretação dos dados, atitude que fica clara em Donald Pierson, ou a realização de estudos comparativos, como é o caso de Carl Degler. A partir de Freyre, a comparação entre os Estados Unidos da América e o Brasil será recorrente nas pesquisas sobre relações raciais.

Em *Sobrados e mucambos*, Freyre critica abertamente as teorias racialistas. Para ele, as ideias de superioridade e inferioridade “racial” “se acham consagradas apenas, umas pelo bom senso popular, outras só pela meia-ciência, sempre tão enfática, dos psicólogos de segunda e dos sociólogos de terceira ordem” (ibid., 2002b: 1290). Dessa forma, o teor negativo da mestiçagem, visto através das lentes da biologia, passa a ser analisado pelo culturalismo, e a explicação das hierarquias se desloca para as relações sociais.

Como visto, as ideias novas não sepultam imediatamente as estabelecidas, e é possível perceber essa coexistência no pensamento de Freyre: seu discurso culturalista e de valorização das três raças formadoras da nação não impede que haja uma espécie de hierarquização “racial” da contribuição das três raças, no qual é visível a prevalência do português na construção da brasilidade. A primazia do homem português se dá por sua miscibilidade, sua capacidade de se adaptar e se misturar a outras populações, ao contrário de outros povos europeus, fato que caracterizou o sucesso da colonização brasileira (FREYRE, 2002a: 159; 328).

Outro ponto importante do pensamento de Freyre é a ideia de que a miscigenação “corrigiu a distância social” (ibid.: 128), argumento esse que gerou críticas, principalmente a partir de 1950. A junção de seu argumento e a sua proximidade a grupos políticos conservadores, no Brasil e em Portugal, foram definidoras para a execração de sua obra pela nova geração de intelectuais que se formavam no Brasil a partir da década de 1950²² (LEITE, 2007: 359-360), fato que persiste até o momento.

Freyre, ao mesmo tempo em que trouxe contribuições importantes para o avanço nos debates das “relações raciais” no Brasil, se tornou um personagem maldito. A sua interpretação do Brasil influenciou inúmeros trabalhos de pesquisadores estrangeiros e nacionais da década de 1930 até a década de 1970, e o Brasil começou a ser visto através da lente de *Casa-grande & Senzala*. A singularidade que ele reputava ao país, a mestiçagem, até então não havia alcançado o *status* de referência positiva. A partir dessa publicação, há uma mudança de paradigma em relação à abordagem determinista e negativa que se tinha em relação à mestiçagem, e o Brasil torna-se um exemplo a ser seguido por outras nações.

Acompanhando os debates sobre a formação do Brasil nas décadas de 1910 e 1930, percebe-se a mudança de paradigma das ideias deterministas para os discursos que levavam em consideração a análise social, seja através da interpretação marxista, vide Manoel Bomfim, seja através da interpretação sanitária, vide os exemplos dos médicos cariocas na década de 1910, ou, ainda, através da interpretação culturalista, vide os exemplos de Gilberto Freyre e Roquete-Pinto.

22 Vainfas (1999: 07-08) argumenta que, mesmo mantendo um posicionamento marxista, Caio Prado demonstrou, em *Formação do Brasil contemporâneo*, um “racismo virulento”, digno do século XIX, tendo sido poupado de críticas por essa nova geração devido aos seus posicionamentos políticos. Os posicionamentos políticos de Freyre, por sua vez, foi um fato definidor para que sua obra fosse execrada apesar das suas contribuições ao pensamento social.

1.3 Brasil *versus* EUA: uma Retomada da Visão dos Estrangeiros

Em seu trabalho realizado na Bahia na década de 1930, Pierson já utilizava largamente a referência a Gilberto Freyre. O interessante é que também foi influenciado pelo “anacrônico” Oliveira Vianna, resultando em uma “criativa” combinação, interpretada por Bacelar (2001: 97) como o contato com a “matriz tradicional” e com a “vanguarda”.

A influência da “matriz tradicional” é possível de ser encontrada nas conclusões de Pierson, quando afirma que os “africanos” e indígenas estavam sendo “absorvidos pela população predominantemente européia” e que os mestiços mais claros absorviam os pretos, sendo, por fim, absorvidos pela população de ascendência europeia (PIERSON, [1939] 1971: 362), ou seja, para o autor, a população baiana estava embranquecendo.

Como visto anteriormente, o embranquecimento foi defendido por Oliveira Vianna nas instâncias políticas e acadêmicas. Em *Casa-grande & senzala*, Freyre criticou o que ele chamava de “arianismo quase místico” de Oliveira Vianna, devido a sua crença na colonização por “dólico-louros” portugueses e no embranquecimento da nação (FREYRE, 2002a: 340).

O que se verifica na obra de Pierson é como a mestiçagem deixa de ser retratada como o mal da nação passando a ser valorizada, e será essa característica tão peculiar que levará Pierson a acreditar que o preconceito no Brasil se caracteriza como um preconceito social. Para ele, a sociedade brasileira não era racista, pois o que existia no país era uma discriminação racial em situações isoladas, que, em muitos casos, significava preconceito de classe²³: “Se acontece de a discriminação ser única ou principalmente consequência da côr, na maior parte dos casos, isso sucederá porque a côr é, como já indicamos, um dos critérios da posição social” (ibid.: 370). É importante chamar a atenção para a interpretação desse autor, uma vez que os estudos posteriores e o debate sobre o papel da mestiçagem serão balizados pelas interpretações de Freyre e de Pierson.

Outro fator digno de atenção para o desenvolvimento desse campo do saber é a mudança ocorrida na formação do pesquisador. Enquanto no século XIX o cientista estava personificado na figura do naturalista, aquele que quantificava e classificava, e,

23 Na introdução da segunda edição, Pierson reforça seu argumento ao se posicionar sobre um caso de grande repercussão na sociedade, no qual uma atriz negra americana foi impedida de se hospedar num hotel tradicional de São Paulo. Para ele, esse ato estava ligado ao preconceito da sociedade a mulheres do ramo da arte, já que em outra ocasião jantou nesse mesmo hotel com um casal de amigos “de côr” que estava hospedado, cuja aparência e maneiras finas “indicava, claramente pertencerem êles à classe média superior”, que não havia sido discriminado (ibid.: 42).

posteriormente, na figura do médico ou jurista, o marco a partir da década de 1930 é o desenvolvimento de pesquisas no Brasil realizadas por cientistas sociais, ocasionando uma especialização nos debates sobre a sociedade brasileira.

A consolidação do Brasil como campo de pesquisa possibilitou o desenvolvimento e a formação de futuros pesquisadores e a criação de centros de formação de cientistas sociais. O próprio Donald Pierson contribuiu pessoalmente para a formação das novas gerações de pesquisadores brasileiros, pois, em 1939, foi convidado a trabalhar como docente na recém-criada Escola de Sociologia e Política de São Paulo, cargo que exerceu durante dezesseis anos (PIERSON, [1939] 1971: 25).

Assim, a partir da década de 1930, o Brasil foi representado de forma positiva, aceitando a sua condição e valorizando-a. É essa imagem que chega aos olhos dos leitores americanos e dos cientistas sociais que se interessavam pela situação brasileira. Foi a partir dessa nova interpretação do país que o Brasil retorna à pauta internacional. A mestiçagem continua retratada como uma característica singular, mas dessa vez é vista como uma característica singular positiva.

Num período no qual a racionalidade parecia ter chegado ao ápice, o mundo se estarrece com os resultados da Segunda Guerra Mundial: a perseguição e o extermínio de vários grupos, devido à crença da superioridade “racial” do povo germânico. A intolerância às diferentes “raças” se torna ponto crucial a ser debatido e tratado em todo o mundo (MAIO, 1999: 144) e a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), apenas dois meses após o término da Segunda Guerra Mundial, vem suprir essa demanda.

A partir do final da década de 1940, a UNESCO instituiu como pauta de pesquisa a intolerância racial no mundo e definiu o Brasil como “laboratório racial”. O objetivo dessa pesquisa era fazer o país ensinar ao mundo, devastado pelas imagens do holocausto, a convivência pacífica entre as “raças” (ibid.: 143-144).

Um grande incentivador e idealizador da pesquisa do Projeto UNESCO no Brasil foi Arthur Ramos, que, devido ao seu falecimento, não chegou a participar da elaboração do Projeto. Ramos já pensava o Brasil como modelo para o mundo e, em 1949, a pedido de Josué de Castro, escreveu *A mestiçagem no Brasil*.

Em *A mestiçagem no Brasil*, Ramos apresenta ao leitor europeu o pensamento social sobre a mestiçagem no país. Esse livro é o resultado do esforço do autor em deslocar as ideias do campo da biologia para o campo da cultura e demonstrar para os europeus que as discussões voltadas para o determinismo racial já estavam superadas no Brasil (RAMOS,

[1949] 2004). O impacto do holocausto, do esforço de Arthur Ramos e da visão positiva do Brasil como o “paraíso racial” definiu a escolha do país para servir de contraponto às barbáries da Alemanha nazista e a todas as formas de intolerância racial no mundo moderno.

1.4 “O Aspecto Humano de Nossos Dados”

A partir do século XX, houve o desenvolvimento de pesquisas empíricas, balizadas por métodos próprios das Ciências Sociais. O período que se estende dos anos 30 aos anos 50 do século XX já não suscitava, nos trabalhos, discussões biologizantes sobre a mestiçagem; os temas tratados se concentravam em torno da assimilação dos negros e mestiços, da existência de preconceitos raciais na sociedade e das relações raciais em ambiente de mudança social e econômica.

As pesquisas realizadas com o apoio do Projeto UNESCO, na década de 1950, já refletiam essa nova concepção das pesquisas sociais. Na introdução do seu livro, *O negro no Rio de Janeiro*, Costa Pinto deixa claro que não aborda a questão biológica: “essa questão ficou de lado porque a consideramos já sobejamente resolvida pela história e exaustivamente esclarecida pela ciência” (COSTA PINTO, 1998: 63).

A realização do Projeto UNESCO²⁴ foi decisiva para descentralizar as pesquisas relacionadas às “relações raciais”. Tradicionalmente, esse tipo de investigação era realizado na cidade de Salvador, na Bahia.

Outro ponto importante para o avanço das pesquisas sobre “relações raciais” foi a constatação da existência do preconceito e da discriminação “racial” (MAIO, 1999). As interpretações resultantes dessas pesquisas foram definidoras para uma nova agenda do pensamento do “estudo das relações raciais” no país.

As interpretações de Florestan Fernandes, Roger Bastide e L. A. Costa Pinto sobre a herança escravista e mudança social possibilitaram analisar as relações raciais para além do preconceito de classe. Durante esse período, a discussão entre classe e “raça” figurava nos debates desses autores, e o exemplo mais recordado na literatura é o resultado da pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide, na qual eles argumentavam que o preconceito de cor permaneceu na sociedade mesmo após o fim do regime escravista, constituindo-se como uma

24 Os cientistas sociais que participaram do Projeto UNESCO foram: Charles Wagley, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Marvin Harris, Thales de Azevedo, Harry William Hutchinson, Virginia Bicudo, Luiz de Aguiar Costa Pinto, René Ribeiro, Aniela Ginsberg, Benjamin Zimmerman. Para maiores informações, conferir Maio (1999).

“persistência do passado”. Eles acreditavam que, com o sistema capitalista de livre concorrência, estava

se constituindo uma nova constelação das relações raciais, na qual a integração social não sofrerá, provavelmente, uma influência tão intensa de determinações socioculturais ligadas com as diferenças raciais e com as gradações da cor de pele, como ocorreu no passado (BASTIDE; FERNANDES, [1955] 2008: 151).

Nas décadas de 1960 e 1970, Florestan Fernandes publica dois livros que irão revolucionar os debates sobre “relações raciais” no país: *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) e *O negro no mundo dos brancos* (1972), e a partir dessas duas obras questiona o argumento freyreano, no qual a mestiçagem seria resultado da ausência de preconceito racial na sociedade brasileira, o que Fernandes denominou de o “mito da democracia racial” (ARRUDA, 2006; 2009; SCHWARCZ, 2007).

Também preocupado com o processo de modernização brasileira, Costa Pinto (1998) acreditava que, com o desenvolvimento econômico do país, aumentariam as disputas raciais, pois os grupos dominantes não aceitariam perder suas posições sociais (MAIO, 2009). A mobilidade negra se torna objeto de investigação e é nesse período que as “elites negras”, ou seja, os “grupos de cor” que conseguem ascensão social, se tornam pauta de pesquisa. Os trabalhos de L. A. Costa Pinto (ibid.), analisando o Teatro Experimental do Negro (TEN), e de Thales de Azevedo ([1953], 1996), analisando “as elites de cor” em Salvador, são seminais para as pesquisas com a classe média negra brasileira.

Esses resultados são recuperados nos debates sobre racismo e preconceito racial para compreender quais foram as mudanças efetivas do processo capitalista, o que corrobora a afirmação de Sérgio Costa de que os trabalhos iniciados com Freyre e os trabalhos realizados na década de 1950, incluindo as pesquisas de Pierson e as pesquisas do Projeto UNESCO, “lançaram bases duradouras para a reflexão sociológica sobre o tema” (COSTA, 2006: 153-154).

Nesse mesmo período, Oracy Nogueira realiza a sua pesquisa na cidade de Itapetininga. O resultado do seu trabalho demonstra que a população brasileira classifica fenotipicamente de acordo com a combinação da pigmentação da pele e do cabelo, da textura do cabelo, do formato do nariz e da boca, assim, os indivíduos são situados no “continuum de cor” entre os extremos branco e negro (1998: 199).

Em *Tanto preto quanto branco*, Oracy Nogueira discorre sobre a característica do preconceito brasileiro, utilizando os Estados Unidos como contraponto para tecer ideias sobre

a “singularidade nacional”. Em sua tese “preconceito de marca e preconceito de origem”, Nogueira demonstra a importância da aparência na sociedade brasileira, discutindo como as classificações “raciais” são feitas relacionalmente, o que implica que o reconhecimento cromático e fenotípico depende da posição do observador: região, classe e aparência. (1985: 79-80). Em contrapartida, na realidade norte-americana, os indivíduos são identificados através da sua origem, sendo a ascendência de fundamental importância para essa demarcação “racial”, o que Harris denominou de regra de hipodescendência (GUIMARÃES, 2004: 4-5). A análise de Nogueira apontou dois aspectos importantes que serão resgatados no século XXI: como se caracteriza o preconceito “racial” brasileiro e as características relacionais da identificação “racial” devido à presença do *continuum* de cor na classificação nacional.

Como se pode observar, as mudanças iniciadas na década de 1930 foram sedimentadas nas pesquisas realizadas na década de 1950. Nesse período, foram instaurados dois paradigmas: que havia preconceito racial no país e que o país possuía uma característica singular em relação à sua taxonomia “racial”. Mesmo não mais suscitando debates sobre determinismo biológico, o processo de mestiçagem ocorrido no país continuava presente nas análises de muitos pesquisadores, e a análise social recaía na denúncia da “democracia racial” e na instrumentalização das categorias intermediárias.

Carl Degler publicou, em 1976, o livro *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Em sua análise, parte do contraponto do Brasil e dos Estados Unidos em relação ao processo histórico de cada país, e discorre sobre as maneiras como foram constituídas as “relações raciais” nessas nações. Degler chega à conclusão de que o elemento que “suaviza a linha entre o preto e o branco” (1976: 233) no Brasil é o mulato, e acredita também que, por consequência, o que diferencia cada país é a “saída de emergência do mulato”, elemento inexistente nos Estados Unidos.

Apesar de analisar o resultado do processo da mestiçagem como um elemento que abrange as relações no país, Degler argumenta que a “saída de emergência do mulato” não foi uma ação consciente. Para exemplificar isso, ele cita Karl Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a estão fazendo” (ibid.: 234).

Autores como Abdias do Nascimento e Carlos Hasenbalg também analisam a sociedade brasileira através do seu processo de formação, e, apesar de terem pontos em comum com a análise de Degler, principalmente a respeito de a categoria intermediária dirimir a solidariedade das organizações negras, eles discordavam da afirmação de Degler em relação à consciência histórica desse processo de miscigenação.

No livro *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias do Nascimento discute as formas utilizadas na sociedade para “exterminar” o negro. Para Abdias, o genocídio inicialmente se deu através do “estupro da mulher negra” pelo homem branco, “originando produtos de sangue misto: o pardo, o moreno, o pardavasco” (NASCIMENTO, 1978: 69), e é justamente o resultado da violência que será considerado o “símbolo da democracia racial”. Além disso, o autor denuncia o processo de embranquecimento da nação e tece algumas propostas ao Estado brasileiro para adotar ações compensatórias ao povo negro (ibid., 138-141).

Carlos Hasenbalg também questiona a “democracia racial”: para o autor, a ideia do “contínuo de cor” favoreceu a fragmentação da identidade “racial” dos não brancos e desarticulou a luta coletiva em detrimento da busca individual da mobilidade social ascendente (HASENBALG, 2005: 247). Ao realizar análises estatísticas a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o autor agrega o *continuum* de cor (pardos, mulatos, morenos...) à categoria “não brancos”. Hasenbalg argumenta que, por não haver diferença significativa da situação social e econômica entre os pardos e pretos, há a possibilidade de agregá-los para realizar uma análise mais eficaz, e, assim, passa a analisar os dados estatísticos a partir de duas categorias: brancos e não brancos²⁵.

A junção estatística promovida por Hasenbalg e a denúncia da mestiçagem como estratégia para subjugação dos negros influenciaram os trabalhos realizados posteriormente. Em diversas áreas de pesquisa, como educação, sociologia e antropologia, cresceram consideravelmente os debates sobre “discriminação racial” no Brasil. Na literatura das relações raciais, a mestiçagem, outrora símbolo da nacionalidade brasileira, passa a ser questionada.

Em seu trabalho de dissertação de mestrado, Fabiano Monteiro dedica um capítulo para a análise das mudanças ocorridas nos estudos das relações raciais no país. Segundo ele:

[...] este foi também um período [década de 70] particularmente importante para as relações raciais no Brasil, sobretudo, pela nova postura do discurso racial promovido pela militância negra. Entre as principais mudanças do discurso racial podemos destacar (a) a substituição da identidade brasileira/miscigenada por uma identidade *afro*, (b) o reconhecimento da preeminência da componente “raça” nas desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade brasileira e (c) na denúncia da democracia racial brasileira como uma farsa (mito é o termo mais recorrente) que possibilitara às elites brancas e ao Estado sustentar a subalternidade dos negros durante o século XX (2003: 68).

25 É interessante pontuar que Florestan Fernandes já realizava a junção de mulatos e negros em suas análises (FERNANDES, [1965] 1978; [1972] 2007).

Essa denúncia da mestiçagem como estratégia para subjugação dos negros também influenciou os trabalhos realizados posteriormente. Atualmente, as discussões sobre a mestiçagem brasileira e/ou a existência do mestiço se devem, majoritariamente, à implementação de políticas públicas financiadas pelo Governo Federal. Com a adoção das políticas de ações afirmativas nos âmbitos da saúde e da educação, o debate sobre a classificação “racial” no Brasil se tornou premente.

A classificação bipolar²⁶ utilizada nos discursos e nas práticas de alguns setores da sociedade, como movimento negro e segmentos do Governo Federal, remete a sociedade brasileira a repensar a existência de um Brasil mestiço. Entre acadêmicos, o debate está em torno do “etnocídio”, como indica Kabengele Munanga (2004: 121); a identidade étnica e “racial” dos grupos subjugados, na sociedade brasileira, foi destruída, tanto pela mestiçagem biológica como cultural. Sob esse prisma, a construção ideológica da mestiçagem serviu para o aniquilamento da identidade negra.

Consonante com as interpretações de Munanga e de Nascimento, Carlos Moore (2007: 259) descreve “os modelos tipológicos de relações raciais pré-modernos” e argumenta que a mestiçagem se caracteriza como “uma política eugênica” que objetiva eliminar o fenótipo do elemento subalternizado. Analisando o sistema “pigmentocrático” das relações raciais ibero-americanas, Moore as caracteriza como as mais duradouras da história devido a sua conformação “racial” ser baseada no fenótipo, ou seja, nos caracteres como cabelo, pele e traços faciais. Assim, a mestiçagem na América do Sul, além de enfraquecer a “solidariedade da raça oprimida”, possibilita a manutenção de hierarquias devido à existência dessa categoria intermediária que anseia em se aproximar “racial” e socialmente dos dominantes. Em contrapartida, há uma linha de pensamento que enxerga a bipolaridade como uma forma de reforço de uma identidade negra no país – o que, até então, não havia se concretizado.

Para Peter Fry (2005a: 199), mesmo com a implementação dessa política racializadora bipolar, a sociedade brasileira, de forma geral, ainda se pensa universalista e usa, no cotidiano, categorias de cor diversas.

Em artigo publicado no Jornal O Globo (27 de dezembro de 2004), José Murilo de Carvalho argumenta que está em curso o “genocídio racial estatístico” da população brasileira.

26 O sistema bipolar caracteriza-se por classificar a população em duas categorias, “branco” ou “negro”. No caso brasileiro, a categoria “pardo” estaria contida na categoria “negro”. Conforme visto, essa classificação tem influência direta na abordagem dos estudos das “relações raciais” a partir da década de 1970.

Seguindo essa linha de pensamento, Ali Kamel (2006) considera que a manipulação de dados estatísticos com a integração de pardos e pretos na mesma categoria “negro” acarreta um aumento da população “negra”, o que embasaria as políticas racializantes.

Motivado pelos debates sobre cotas raciais, o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (2005) questiona a seus pares se os “mestiços” deixaram de ser uma questão para a antropologia brasileira, chamando atenção para um possível silenciamento dessa categoria.

Percebe-se que entre essas duas linhas argumentativas, de “aniquilamento da identidade negra” e “sumiço dos pardos”, a mestiçagem ainda figura, na literatura do país, como ponto central do debate. Nesses debates, há uma grande polarização em relação à mestiçagem ocorrida no Brasil.

Um pólo encara a mestiçagem como uma estratégia eficaz de desarticulação dos grupos subjugados no processo de expansão das colônias no século XV, tornando-se mais agressiva por se caracterizar como uma eliminação contínua, biológica e cultural dos grupos submetidos ao colonialismo. Outro aspecto discutido é a alienação da categoria intermediária em relação à hierarquização racial na sociedade, pois a possibilidade de aproximação “racial” e social desses mestiços à categoria dominante “branco” implica em relações interpessoais individualistas. A luta contra a desigualdade se configura na luta solitária e individual, impossibilitando a formação de uma comunidade ou de um grupo que mantenha pautas e reivindicações comuns.

A outra linha argumentativa se opõe à classificação bipolar, pois a considera uma imposição à realidade brasileira; para esses pensadores sociais, mesmo com as desigualdades e o racismo presentes na sociedade brasileira, o governo não poderia impor uma classificação taxonômica que não representasse a conformação social nacional. Para eles, a miscigenação seria uma característica e um fato que se construiu desde a colônia; além disso, não encaram a mestiçagem como um problema para a dissolução de outros grupos subalternizados e acreditam que, devido à presença mestiça na sociedade, o Estado deveria pensar formas de combate ao racismo e as desigualdades de acordo com o panorama brasileiro.

Percorrendo os caminhos dos debates sobre as “relações raciais” no Brasil, pode-se afirmar que existe preconceito racial no país, e as pesquisas atuais só reverberam essa premissa, além de outra: que há uma complexidade no sistema taxonômico brasileiro, principalmente quando se compara com a realidade norte-americana. A atualidade da complexidade das relações raciais no país vem novamente à tona quando se discute cotas e classificação “racial”. De um lado, ecoa a acusação, que poderia ser resgatada da interpretação de Costa Pinto, de que “os grupos dominantes não aceitariam perder as suas

posições sociais”. De outro, acusa-se da introdução de um processo de “racialização” crescente na sociedade, questionando a utilização da bipolaridade para identificar o brasileiro, resgatando o discurso da singularidade “racial” da nação, na qual prevaleceria o “triângulo das raças” de Roberto DaMatta.

Parafraseando Laplantine e Nouss (2007: 23), é possível afirmar que a mestiçagem está na moda. Todavia, como visto no caso brasileiro, ela sempre esteve presente nos grandes debates sobre a nação. Caracterizada positiva ou negativamente, a mestiçagem gerou e ainda gera grandes contendas na história dos debates sobre a composição da nação.

A pergunta “O que faz o Brasil, Brasil?” está presente na literatura do país desde o século XIX, e se tornou uma verdadeira obsessão para explicar o que o caracteriza. Mesmo no século XXI, esse grande tema retorna à pauta dos debates juntamente à mestiçagem, ainda vista sobre dois pilares: como vilã ou como redentora da sociedade brasileira.

1.5 Nação, Mestiçagem e Novos Movimentos Sociais

Há uma estreita relação entre a ascensão dos “novos movimentos sociais” e a crítica à mestiçagem. No caso brasileiro, essa crítica também se faz ao próprio nacionalismo, que se constituiu através da valorização e do incentivo ao caldeamento. Nascido na década de 1960, os chamados “novos movimentos sociais” se caracterizam por trazer novas demandas de lutas (HALL, 2006: 43-46; WOODWARD, 2009: 35-37), afastando-se, principalmente, dos ideais dos movimentos marxistas.

Para esses novos movimentos, as pautas de reivindicação não poderiam se ater apenas ao discurso do proletariado, no qual as diferenças se localizavam na posse dos meios de produção. As diferenças de “gênero”, “sexualidade” e “etnia” começaram a ser questionadas para além das diferenças de classe. Além da crítica à simplificação da distinção de classe, os “novos movimentos sociais” condenavam a concepção da nação, já que o pertencimento a uma nação simplifica o pertencimento do indivíduo e, conseqüentemente, reduz o seu campo de ação.

O reconhecimento das diferenças, no Brasil, se deu a partir da década de 1980, sendo importante enfatizar que, nesse período, a ditadura militar chegava ao fim no país, com o gradual processo de abertura política que culminou com a promulgação da Constituição em 1988. O processo de abertura política possibilitou a participação da população em lutas populares que não seriam possíveis nas duas décadas anteriores, e a partir desse período vê-se a reivindicação de demandas sociais em diversas áreas da sociedade, tais como: movimentos

sociais voltados para a preocupação com o meio ambiente, movimentos negros, movimentos feministas e trabalhistas²⁷.

Aliada à ascensão desses “novos movimentos sociais”, a crescente problematização da categoria “nação” e dos processos de sua formação suscitou debates sobre o processo da unificação de individualidades em uma identidade única e homogênea. Esse processo, entretanto, se desenvolveu em meados do século XX.

No Brasil, o discurso nacionalista ganha força durante o Estado Novo através de práticas assimilacionistas evocadas no período de 1937 a 1945, que objetivavam nacionalizar os imigrantes. O processo de construção dessa identidade também perpassa pelos debates sobre a “composição racial” do brasileiro. A proibição de grupos de imigrantes de alfabetizarem suas crianças na sua língua de origem demonstra o esforço em construir um país unido pelos mesmos ideais. Estratégias como o fechamento de escolas de imigrantes, a proibição da utilização da sua língua natal em locais públicos e a educação através da assimilação dos “valores patrióticos” faziam parte dessa política nacionalista. Também estão presentes, nesse período, os discursos sobre caldeamento nacional, uma vez que o projeto assimilacionista pretendia que esses imigrantes se misturassem “racialmente” à população brasileira (SEYFERTH, 1997). Para Costa (2002: 137-138), os discursos de caldeamento, integração e assimilação, reverberados a partir da década de 1930 nos textos de Freyre e nos discursos de Getúlio Vargas, se transformaram, a partir da construção do nacionalismo moderno, em ideologia nacional, fato que não amenizou as desigualdades brasileiras.

Outros elementos que foram utilizados para representar a nacionalidade brasileira: o futebol, o samba, a capoeira e a feijoada terminaram por se transformar em ícones da brasilidade, e, ainda hoje, são explorados pelos meios de comunicação e pelas agências de viagens com esse mesmo intuito.

A mestiçagem não só se caracterizou como tema central nos debates do pensamento social brasileiro, como também, em diversas vezes na história do país, extrapolou os muros da academia para ser objeto de debates políticos e sociais. Apesar de intimamente atada ao pensamento social nacional e discutida à exaustão por gerações, a mestiçagem está longe de

27 Segundo Kinzo (2001: 4-5), o processo de transição democrática ocorrido no Brasil foi o mais longo da história, totalizando onze anos “para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular”. A autora divide em três fases esse processo de transição: a primeira (1974 a 1982) corresponde a fase de total controle dos militares; a segunda (1982 a 1985) corresponde ao período de controle militar e da participação de alguns atores civis; e a terceira (1985 a 1989) caracteriza o momento de participação de militares, atores civis e grupos organizados da sociedade civil.

se tornar um tema esgotado. Internalizada e esquecida, ressurgiu nos discursos do século XXI em diversas instâncias: na população civil, nas chamadas jornalísticas e nos debates políticos.

O reconhecimento desse processo histórico nacional possibilita a compreensão dos atuais embates na sociedade brasileira sobre a identidade nacional e das estratégias para dirimir as desigualdades construídas historicamente.

Retornando ao ponto de partida dessa digressão histórica, questiono como os debates sobre a mestiçagem e os processos identitários das categorias intermediárias podem contribuir para as discussões sobre a construção de identidades no pensamento social brasileiro. Extrapolando as fronteiras nacionais, a mestiçagem está se firmando como um campo de pesquisa, e sociedades que tradicionalmente não discutiam essa categoria estão se interessando pelo tema, devido aos debates pós-coloniais, no qual temas como a diáspora, o hibridismo e a construção de identidades se tornaram centrais para o desenvolvimento dessa temática, e devido também ao distanciamento dos discursos sobre pureza cultural ou “racial” nas Ciências Sociais.

Como visto, a mestiçagem sempre esteve presente nos debates sobre identidade nacional no Brasil; diferentemente do que acontece em países como a França e os Estados Unidos da América, essa categoria não pode ser separada dos grandes debates em relação à nação e à composição “racial” nacional. Sendo assim, o projeto de Laplantine e Nouss já está concretizado aqui nos trópicos: pode-se considerar que a mestiçagem no Brasil já se configura como um conceito presente no pensamento social brasileiro.

A lição que se pode extrair desses debates sobre a mestiçagem no Brasil e além das suas fronteiras é que é necessário que os cientistas sociais abandonem seus gabinetes e realizem pesquisas empíricas com essa categoria intermediária²⁸. Historicamente presente nos debates sociais desde o século XIX, a mestiçagem foi representada ora como degenerada, ora como salvadora da nação, ora como desarticuladora dos elementos subalternizados da sociedade. Independentemente do processo utilizado na construção da nação e da carga ideológica que carrega nos estudos nacionais, ela é um fato, por isso a realização de pesquisas empíricas possibilitará explorar a complexidade das “relações raciais” brasileira.

Peter Wade, em seu artigo “Repensando el mestizaje” (2003), alerta para a complexidade do assunto, uma vez que a mestiçagem possui várias nuances. E acreditando nessa interpretação da mestiçagem, que não se encerra na ideologia pós-colonial, realizei um estudo empírico para verificar como pessoas situadas nesse *continuum* de cor, tão

28 Livio Sansone (2004) já alertava, em *Negritude sem etnicidade*, para a importância de serem realizadas pesquisas com mestiços no Brasil.

característico das relações raciais brasileiras, pensam e vivem a sua identidade. Longe de esperar solucionar ou trazer respostas para os debates atuais, acredito que o resultado desse trabalho suscitará questões para se pensar as “relações raciais” no Brasil.

2 EM BUSCA DE “CARNE E SANGUE” NAS PESQUISAS BRASILEIRAS

No capítulo anterior, apresentei o desenvolvimento do pensamento social no Brasil em relação à mestiçagem, analisando como a mestiçagem foi interpretada no país, oscilando entre detratora, salvadora ou como característica positiva da nação. A realização de uma revisão do pensamento nacional sobre a mestiçagem é importante, uma vez que ela auxilia na compreensão de como se constituíram os discursos sobre hierarquias “raciais”, no exame do alcance dos discursos sobre mestiçagem e das suas persistências, e no entendimento de como se caracterizam as “relações raciais” no país.

Nesse capítulo, sobretudo em sua última sessão, pretendo lançar as bases para uma análise da mestiçagem para além da ideologia, priorizando o contexto nacional e as “experiências vividas e sentidas” (WADE, 2002, 2005).

Quanto aos temas, [a antropologia] sempre revelou uma afinidade particular por aqueles que eram claramente periféricos à grande arena das lutas políticas: dedicou-se muito mais ao estudo da família, da religião, do folclore, da medicina popular, das festas do que à análise do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sindicais, das relações de classe, do desenvolvimento econômico (DURHAM, 2004: 18).

Essa afirmativa não só demonstra o interesse da antropologia por temas “periféricos”, ela evidencia a própria essência dessa disciplina. A incessante busca por uma etnografia de “carne e sangue” (MALINOWSKI, 1976) ou pela compreensão do significado de uma “piscadela” (GEERTZ, 1989) remete os antropólogos às investigações de temas que se apresentam como triviais.

Foi com esse espírito inquisidor, característico das pesquisas antropológicas, que nasceu o presente trabalho. A escolha por investigar um tema tão estigmatizado, como a mestiçagem, na academia brasileira se impõe nacional e internacionalmente pelo crescente interesse sobre o tema.

Como visto no capítulo anterior, a mestiçagem vem ganhando espaço nos países onde não havia tradição de estudos sobre o assunto, o que se diferencia muito do Brasil e dos países da América Latina, por ser um tema que moldou a construção da nacionalidade (WADE, 2003; 2005). Considerado tema assente no decorrer da história, a mestiçagem, ao mesmo tempo em que possui uma posição reconhecida e aceita na sociedade brasileira, se tornou um tema maldito nas atuais pesquisas sociais.

No final da década de 1990, a mestiçagem já era uma questão suscitada na historiografia nacional, como é possível ver em Vainfas (1999: 20), por exemplo, que questionava sobre o predomínio do silêncio em relação a essa temática nas pesquisas historiográficas. Essa reflexão cuidadosa resultou em certa tradição de trabalhos historiográficos acerca da mestiçagem no Brasil²⁹, enquanto na área das Ciências Sociais ainda persiste este tabu, devido ao peso das interpretações freyreanas.

No Brasil e na América Latina, a mestiçagem é vista como uma perniciosa ideologia, que utiliza o discurso de integradora da nação para ocultar as desigualdades e os preconceitos “raciais” (BOLÍVAR et al., 2008: 334-335; CASTILLO; ABRIL, 2008: 159-160; GUERRERO; IZQUIERDO; PINEDA, 2008: 251; ZAVALA; ZARIQUIEY, 2008: 302-303).

Com os estudos pós-coloniais, temas como migrações, identidade e hibridismo atualizam os debates sobre mestiçagem na América Latina. Alguns autores já começaram a problematizar o sistema de relações raciais locais e a necessidade de pensá-los à luz da sua própria constituição (WADE, 2003, 2005; SANSONE, 2004; FRY, 2005a). Para isso, faz-se necessário compreender que a mestiçagem não se encerra na ideologia de um “paraíso racial”, ela alcança o dia a dia das pessoas, as suas redes de relações, se constituindo em uma “experiência vivida e sentida” (WADE, 2005).

E longe de se fazer uma apologia à mestiçagem, ou abordá-la como a melhor saída para as desigualdades existentes no país, esse exercício antropológico não exclui a vertente que acredita na utilização da mestiçagem como uma ideologia nacional para ocultar as diferenças³⁰, o que possibilita ter a plena consciência da complexidade do sistema taxonômico brasileiro e compreender como é possível a persistência de discursos que poderiam ser considerados excludentes. Ao assumir essas premissas, é possível encarar o campo de pesquisa da forma que aprendi nas minhas primeiras aulas da formação antropológica, como uma aventura que possibilita novas descobertas.

2.1 Antecedentes do Campo

Nos anos de 2007 a 2008, trabalhei como assistente de pesquisa da professora Dra. Elena Calvo-González, fato que me possibilitou uma experiência empírica e a observação de narrativas sobre a mestiçagem. Durante as entrevistas, os colaboradores faziam uso

29 Conferir: Paiva e Anastásia (2002); Lima (2003); Viana (2007).

30 Essa discussão pode ser vista no primeiro capítulo desta dissertação.

concomitante de discursos sobre a bipolaridade e sobre a mestiçagem, o que chamava a atenção devido à utilização de dois discursos que atualmente se apresentam como excludentes na literatura sobre a temática.

Essas narrativas mostraram a centralidade da ancestralidade e da aparência para situar o indivíduo na escala cromática da sociedade brasileira. Nesse sentido, a ancestralidade sempre era invocada quando o discurso da mestiçagem se fazia presente para demonstrar a característica “misturada” da família.

O discurso de ancestralidade desses colaboradores me remontou à “fábula das três raças” de Roberto DaMatta (1987). DaMatta argumenta que a classificação “racial” brasileira se faz através de um sistema triangular, resultado do encontro das três raças: branco, negro e índio. Outro fator importante que opera na sociedade é a classificação “racial” através da aparência, o que demonstra a centralidade e importância da interpretação de Oracy Nogueira (1985; 1998) para o campo de estudo das relações raciais.

Esses dois discursos – sobre a bipolaridade e sobre a mestiçagem – caminham juntos nas narrativas sobre “cor/raça” da população, sem que se tornem excludentes ou destituídos de sentido³¹. Ao se referirem à cor e à identificação “racial”, os entrevistados utilizavam uma diversidade de adjetivos, dignos da pesquisa de Marvin Harris (1970):

Pardo... Achocolatado... Eu chamo de achocolatado, né? [...] Eu me acho achocolatado, eu me acho um chocolate com creme de leite em cima, entendeu? Um chocolate cremoso.

É possível ainda destacar o uso da minha aparência pelos entrevistados para realizar comparações, o que gerava uma diversidade de identificações que iam desde “negra”, “misturada”, “branca misturada”, “morena” a “branca”, o que evidencia uma vez mais o caráter relacional da identificação “racial”.

Durante a realização da pesquisa de campo, outros pontos chamaram a minha atenção: os debates sobre cotas raciais, nesse período entre 2007 e 2008, se tornaram publicizados, o que possibilitou acompanhá-los em diversas instâncias, tanto as acadêmicas, quanto as da população civil e as dos movimentos sociais organizados³².

31 Atitude verificada na presente pesquisa de mestrado. Mesmo acusando a mestiçagem de escamoteadora da realidade, o discurso do encontro das três raças sempre vem à tona, seja para identificar algum parente ou para falar da identidade “racial” do país.

32 No ano de 2001 foi fundado, na cidade de Manaus, o Movimento Pardo – Mestiço Brasileiro. Esse movimento se identifica como uma organização não governamental “dedicada, entre outras, à valorização do processo de miscigenação (mistura) entre os diversos grupos étnicos que deram origem à nacionalidade brasileira, à promoção e defesa da identidade pardo-mestiça e ao reconhecimento dos pardos-mestiços como

Nesses debates, o ponto mais questionado em relação à adoção das cotas foi a invisibilidade da linha de cor na sociedade brasileira, ou seja, argumentava-se que a sociedade brasileira, devido à presença do “continuum de cor”³³, não poderia estipular quem é negro ou branco, já que não operava através da lógica bipolar. Por outro lado, verifica-se que, durante o período de implementação das “cotas”, houve diversos casos de candidatos que foram desclassificados do processo seletivo ou desligados da instituição de ensino por não serem considerados negros, mesmo se identificando como tal, dilema que gerou novas discussões sobre a comparação Brasil *versus* Estados Unidos.

Consultando a literatura sobre os “estudos das relações raciais”³⁴, verifiquei que o mestiço e a mestiçagem sempre foram temas recorrentes ou abordados, mas que, mesmo com a centralidade que esses temas mantinham nos debates sobre as relações raciais, o mestiço não tem sido privilegiado como objeto de pesquisas empíricas no campo de estudos das Ciências Sociais³⁵, o que talvez possa ser explicado pelo estigma da própria mestiçagem nas pesquisas sociais.

Assim, pensando em todos esses fatores, verifica-se a necessidade de questionar como se processa a construção da identidade “racial” de indivíduos situados nas categorias intermediárias do *continuum* de cor brasileiro, já que a indagação sobre a identificação “racial” desses indivíduos sempre se colocou como um tema a ser pesquisado. Questões como a relação entre ascensão e embranquecimento, os discursos sobre mestiçagem e nação, assim como o distanciamento do mestiço das organizações negras, a sua crise da identidade, e a postura dual que adota serão verificadas nesse trabalho, numa tentativa de contribuir para o debate sobre as relações raciais no país e estabelecer outras perspectivas para o campo da pesquisa antropológica.

herdeiros dos legados povos dos quais descendam”. No mês de junho, organiza uma grande festa e o Seminário da Identidade Mestiça para comemorar o dia do mestiço e do caboclo. Nos anos de 2008, 2009 e 2010, participei desses eventos comemorativos. Para maiores informações sobre o Movimento, conferir: Véran (2010).

33 Por continuum de cor se entende todas as variações fenotípicas da sociedade brasileira. É o resultado da combinação da cor de pele e textura de cabelo que vai de uma gradação do branco ao preto.

34 Termo utilizado por Sérgio Costa (2006).

35 Em 2002, Reis publicou o livro *Mulato: negro – não negro e/ou branco – não branco*, tendo por objetivo “discutir a identidade do mulato” (25) na área da Psicologia. Há também a pesquisa de mestrado realizada por Ângela Brito (2004), no ano de 2004, que objetivava analisar como casais inter-raciais educavam os seus filhos mestiços para possíveis situações de discriminação racial.

2.2 “Raça”, Aparência e Mestiçagem: Assumindo a Singularidade da Nação

É útil, portanto, enfocarmos os sistemas étnicos menos polarizados, como as sociedades mistas ou até “ambíguas” da América Latina. Sem dúvida, é chegada a hora de se fazer um estudo mais rigoroso dos mestiços, categoria demográfica em rápida expansão, em vez de descartá-los como um grupo residual (SANSONE, 2004: 35).

Para realizar essa pesquisa, centrei-me em três eixos analíticos. Primeiro, a necessidade de assumir a complexidade das relações raciais locais; depois, a de reconhecer a centralidade do “preconceito de marca” e, conseqüentemente, a importância da aparência na sociedade brasileira; e, por último, a de interpretar a mestiçagem levando em consideração a sua construção ideológica e os seus impactos para a sociedade, analisando-a como uma “experiência vivida e sentida”.

No primeiro capítulo, apresentei o dilema nacional em torno da mestiçagem e a transformação do exemplo de “convivência harmônica” para o de “racismo mascarado”. Dessa forma, analisei a transformação de uma comparação positiva, que tinha a mestiçagem como uma grande contribuição para o mundo, para uma comparação negativa (SANSONE, 2002: 06; RIBEIRO, 2005: 230-31), na qual as relações raciais brasileiras são interpretadas como mais violentas do que as norte-americanas por se esconderem no discurso da inclusão e mistura “racial”.

A busca pela compreensão do sistema brasileiro foi definidora para a realização de pesquisas comparativas entre os dois países ao longo desses cinquenta anos. A partir dessa nova agenda de pesquisa no país, há um crescente abandono das categorias intermediárias e a utilização analítica de categorias bipolares (branco e negro) para analisar as desigualdades³⁶, além da identificação “racial”, em algumas esferas da sociedade. A junção das diversas categorias intermediárias é encarada como um avanço analítico, mas alguns autores argumentam que a agregação das diversas categorias raciais em apenas cinco³⁷ não reflete a característica multifacetada das relações raciais do país (KOTTAK, 1967; HARRIS et al., 1993; BYRNE et al., 1995; SANSONE, 2004: 66).

A discussão entre a utilização de termos étnicos e étnicos respalda o dilema em torno dos interstícios do sistema taxonômico brasileiro, e é justamente essa complexidade que se

36 Análise iniciada por Hasenbalg (2005). Conferir essa discussão no primeiro capítulo desta dissertação. Bourdieu e Wacquant (2002) criticaram a “imposição” norte-americana na pauta das pesquisas sobre relações raciais no Brasil, crítica essa que gerou uma edição da *Revista Estudos Afro-Asiáticos* no ano de 2002.

37 Branco, índio, preto, pardo e amarelo.

tornou objeto de discussão de alguns cientistas sociais. Sansone (2004: 18) assevera que há uma tendência dos pesquisadores de não enfrentar a complexidade da “identidade social multiestratificada”, “descartando o sincretismo e a mestiçagem”.

Fry (2005a: 174), por sua vez, assegura que muitos estudos contemporâneos realizados por estrangeiros “subestimam a especificidade” brasileira. Para ele, “entender a democracia racial e seus corolários não mais como ‘impedimentos’ à consciência racial, mas como fundamento do que de fato significa a raça no Brasil, leva a uma radical mudança de ênfase” (ibid.: 175) e, mesmo com a globalização de ideias e sistemas analíticos, o Brasil continua “*sui generis* no contexto do mundo moderno” (ibid.: 183).

Sansone (2004: 297) chama a atenção dos pesquisadores argumentando que é preciso encontrar um meio termo entre a celebração da mestiçagem e a celebração da etnicidade. Para ele, essa estratégia pode “contrabalancear o relativo insucesso dos remédios alopáticos na luta contra as desigualdades raciais brasileiras”.

Acredito que esse “meio termo” é encontrado por Wade ao refletir sobre a mestiçagem em países latino-americanos. Esse autor realiza uma análise engenhosa que privilegia as experiências individuais em relação à mescla, sem descartar a construção ideológica e as suas consequências. Wade vai além da simples “celebração” e passa a questionar “como as pessoas vivem o processo de mistura racial e cultural” (tradução minha) (2005: 240). Para ele, o estigma da mestiçagem, nesses países, se tornou predominante na academia, o que contrasta com as novas pesquisas realizadas sobre mestiçagem nos países anglófonos, que priorizam “a experiência vivida”³⁸.

Esse contraste reforça o argumento do primeiro capítulo, no qual questiono se a mestiçagem é um retrocesso ou a (re)emergência de um tema. Enquanto no Brasil esse tipo de pesquisa é vista como uma heresia ao campo de estudos das “relações raciais”, em países que não têm uma história ligada à mestiçagem não existem barreiras ou tabus em relação ao tema, o que explica a diversidade e a liberdade na realização de trabalhos empíricos sobre a construção de identidade de pessoas mestiças. Nessa perspectiva, Wade privilegia um campo de estudo carente de análise empírica e, ao mesmo tempo, assume a complexidade das sociedades latino-americanas, afastando-se da busca de explicações que adotem modelos bipolares:

38 É possível verificar essa abordagem nos estudos da *mixed-race* nos Estados Unidos, conforme consta na indicação bibliográfica sobre o assunto.

[...] The existence of mestizos, of racial ambiguity, of interracial marriages, of the absence of clearly defined radicalized groups in many contexts – all these things are real aspects of people's lived experience, alongside the experience of both practicing and being the target of racism (WADE, 2009: 159).

Outro ponto importante nesse complexo emaranhado das relações raciais no Brasil é a persistência do “preconceito de marca”, que resiste às atuais mudanças da taxonomia racial brasileira. Ou seja, a aparência ainda mantém, no país, um lugar preponderante nos debates sobre relações raciais, mesmo com o crescimento da autoidentificação a partir do sistema bipolar, que poderia aludir a um decréscimo das identificações baseadas na aparência, e esse sistema que privilegia o fenótipo permanece no discurso da população.

A combinação da cor e textura do cabelo, cor de pele e traços fisionômicos, apontada por Nogueira, permanece presente nas identificações “raciais”, análise que foi reforçada pela pesquisa de Harris (1970). Essa pesquisa foi realizada em seis Estados brasileiros utilizando ilustrações de faces que combinavam três variedades de cabelo, dois tipos de boca, dois tipos de nariz e três tipos de cor de pele, ilustrações que traziam uma variedade de combinações. O autor apresentou 72 cartas a 100 informantes localizados em seis Estados brasileiros (Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Brasília e São Paulo) e o resultado dessa experiência foi a constatação da utilização de 492 categorias para identificar essas imagens.

As pesquisas recentes demonstram que a aparência é utilizada para identificar “racialmente” e, em alguns casos, a identificação “de marca” é utilizada concomitante ou alternadamente com a identificação “de origem” (FRY, 2005a: 193-195; OLIVEIRA FILHO, 2005: 252-253; MAGGIE, 2005-2006: 126; BARAN, 2007; CALVO-GONZÁLEZ; ROCHA, 2010).

A identificação pela “marca”, ou melhor, pela aparência persiste no sistema das relações raciais brasileiras, tendo sido flagrada nos casos envolvendo Instituições de Ensino Superior que adotaram as cotas raciais e em toda polêmica sobre o questionamento da autoidentificação dos candidatos como negros³⁹. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) adotou, em 2004, o sistema de cotas sociais e raciais, e, no ano seguinte, foi lançado o livro *Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA*. Os seus autores (ALMEIDA FILHO et al., 2005: 09) reconhecem que “[...] o Brasil é um país geneticamente mestiço e existirão sempre dúvidas sobre a definição da cor de uma parcela dos brasileiros”, e

39 Para maiores informações sobre essa polêmica nas ciências sociais, cf.: *Horiz. Antropol.*, v. 11, n. 23, 2005. Vale ressaltar que a categoria negra contém a categoria preta e a parda.

complementam que essa característica não pode ser usada para desqualificar as políticas de ações afirmativas.

É interessante observar que o sistema de cotas da UFBA é baseado em critérios raciais através de autodeclaração e de critérios socioeconômicos. Ao afirmarem que sempre existirão dúvidas sobre a identificação “da cor de uma parcela dos brasileiros”, esses autores estão conscientes do sistema triangular das relações raciais na sociedade e de todas as implicações do sistema múltiplo de classificação.

Não há como negar a centralidade que a aparência ainda ocupa no sistema de identificação “racial” da sociedade, constituindo um sistema complexo de hierarquizações, identificado como um *continuum* de cor que vai do branco ao preto, passando pelas categorias intermediárias de identificação (DaMATTA, 1987: 83-84). Em contrapartida, algumas universidades utilizam a heteroidentificação para definir qual candidato inscrito como negro deve concorrer ao vestibular pelo sistema de cotas.

José Jorge de Carvalho explica como foi pensada a implementação das cotas raciais da Universidade de Brasília (UNB) pela Comissão de Implementação de cotas:

Para evitar as fraudes, a Comissão decidiu utilizar o mesmo sistema que acabava de ser implantado no Vestibular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: o teste das fotos. Todos os candidatos que optaram pelas cotas tiveram que posar para uma foto. Uma comissão secreta foi então formada para avaliar as fotos e validar ou rejeitar a inscrição pelas cotas dos candidatos, a partir da análise dos seus fenótipos⁴⁰. Os candidatos reprovados nas fotos tiveram direito a um recurso e foram entrevistados pela Comissão, que procurou indícios contextuais de negritude em cada um (CARVALHO, 2005a: 182).

Esse trecho serve para respaldar a persistência da primazia da aparência (o fenótipo) para identificar “racialmente” os indivíduos, mesmo se tratando de um ambiente onde o discurso está intrinsecamente voltado para o uso de categorias bipolares: brancos e não brancos⁴¹.

40 Grifo meu.

41 Segundo a Universidade de Brasília, “O Sistema de Cotas para Negros existe porque a universidade brasileira é um espaço de formação de profissionais de maioria esmagadoramente branca. Ao manter apenas um segmento étnico na construção do pensamento dos problemas nacionais, a oferta de soluções se torna limitada. As políticas de ação afirmativa direcionadas à população negra têm como objetivo o enfrentamento de um quadro de desigualdades raciais, reconhecido pelo Estado brasileiro e observado na UnB”. Ao explicar ao candidato como concorrer às cotas, a Instituição indica que “o candidato deverá ser negro, de cor preta ou parda (mestiço de negros)”. Mesmo adotando a categoria oficial “pardo”, o discurso da Universidade é marcadamente bipolar (Disponível em: <http://www.unb.br/estude_na_unb/sistema_de_cotas>. Já a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul faz a seguinte advertência: “Muito cuidado quanto à escolha por disputar no sistema de cotas.

Wade (2002) argumenta que o corpo físico é racializado, ou seja, alguns de seus aspectos são escolhidos como marcas de raça em detrimento de outros, o que demonstra o peso das escolhas sociais. Para esse autor, a racialização do corpo físico é ligada a uma história particular e contextualizada, e, dessa forma, a racialização da aparência é construída de forma diferente em regiões distintas.

Refletindo sobre a racialização do corpo, percebe-se que, no Brasil, houve uma grande clivagem, expressa nas diferentes combinações de textura do cabelo, cor e traços faciais que se apoiam mutuamente num jogo de comparação baseado em diferenças e igualdades, num sistema visto como ambíguo (HARRIS, 1970), que ainda é objeto de pesquisas devido a sua complexidade e persistência (SHERIFF, 2001; BARAN, 2007).

Se se considerar que o corpo é racializado de acordo com a história particular de cada lugar, deve-se retornar à interpretação de Roberto DaMatta, na qual a presença da hierarquização é a base do sistema “racial” brasileiro. A capacidade de hierarquizar, em diversos segmentos, possibilita uma identificação relativa, devido ao seu caráter relacional. Em diferentes situações, uma pessoa pode ser identificada como “branca”, “morena” ou “negra”, o que não significa que não haja desigualdades raciais no país, e é essa complexidade baseada na aparência que possibilita a manutenção de que “cada coisa fique em seu lugar” (DaMATTA, 1987: 84).

A política de cotas é um termômetro social que restabelece alguns debates e ideias que aparentemente haviam sido sepultados das discussões nacionais, e a constatação da centralidade da aparência na sociedade brasileira é uma delas.

Não é por acaso que a interpretação de Oracy Nogueira sobre preconceito de marca *VERSUS* preconceito de origem foi resgatada para se discutir o país. A retirada do peso do método comparativo do sistema brasileiro com o norte-americano e admissão da complexidade nacional no que se refere a “relações raciais”, possibilitam a realização de uma interpretação contextualizada, distante dos discursos que têm como base a busca de um ideal norte-americano.

2.3 O Mestiço e o *Continuum* de Cor: Representação da Categoria Intermediária nas Ciências Sociais Brasileira

A representação do mestiço durante esses três séculos de debates sobre a mestiçagem no Brasil foi definidora para cristalizar algumas ideias sobre as práticas sociais desse grupo situado no *continuum* de cor da sociedade brasileira. Algumas representações perduraram por mais tempo, sendo revisitadas na literatura e nas pesquisas sociais.

Em *Tenda dos milagres*, de Jorge Amado, o personagem Tadeu Canhoto, um mulato que se forma em Engenharia e se casa com uma moça branca de família tradicional, faz a última visita à sua família.

- Adeus, Tadeu Canhoto.

Da porta, Archanjo e Lídio viram-no subir a ladeira, o passo firme, girando a bengala na mão, um senhor importante, bem vestido, anel no dedo, circunspecto e distante, o doutor Tadeu Canhoto. Desta vez a despedida era para sempre. Perturbado, Lídio Corró retomou a pintura do milagre:

- Nem parece o mesmo.

Para que lutamos nós, compadre Lídio, meu bom, meu camarado? Por que estamos aqui, dois velhos sem vintém no bolso? Por que fui preso, por que acabaram com a tipografia? Por quê? Porque nós dissemos que todos devem ter direito a estudar, a ir avante. Você se lembra, compadre, do professor Oswaldo Fontes, do artigo na gazeta? A negralhada, a mulataria está invadindo as faculdades, preenchendo as vagas, é preciso um freio, pôr cobro, proibir essa desgraça. Recorda a carta que escrevemos e mandamos a redação? Virou artigo de fundo e as páginas do jornal foram colocadas nos muros do Terreiro. Tadeu partiu daqui, aqui começou sua escalada, subiu e já não é daqui, meu bom, é do Corredor da Vitória, da família Gomes, é o doutor Tadeu Canhoto (AMADO, 2006: 293).

Nesse trecho, percebe-se o distanciamento dos personagens e a mudança do mulato bacharel, que se distancia de sua origem na mesma proporção que se assimila à família branca da esposa.

Nas Ciências Sociais, a representação mais contundente do bacharel mulato é apresentada por Gilberto Freyre. Em *Sobrados e mucambos*, o mulato torna-se símbolo das transformações econômicas e sociais no processo de modernização do Brasil (FREYRE, 2002b: 1214). O exemplo paradigmático dessas transformações é a inserção de “mulatos” no bacharelado, doutorando-se e ascendendo socialmente através da educação.

A relação entre a ascensão social e o embranquecimento, pontuada por Freyre, foi retomada por Pierson ([1939], 1971: 225) e Azevedo ([1953], 1964: 11-12; 1996: 47). Além

dessa característica, o mestiço é representado como resultado da violência e imposição dos colonizadores, assumindo o posto de delator ou traidor na sociedade. A figura do capitão do mato é representativa dessa interpretação (NASCIMENTO, 1978). Em *Elites de cor*, Thales de Azevedo aponta “certo antagonismo entre pretos e mulatos”, e afirma:

Numerosos informantes são de opinião que ‘os mulatos’, sobretudo os mais claros, são os piores inimigos dos outros mestiços e dos pretos. São eles os mais preconceituosos e os que oferecem mais forte resistência à ascensão social das pessoas de cor (AZEVEDO, [1953], 1996: 47).

A recente pesquisa de Eneida Reis (2002), na área de psicologia, “Mulato: negro – não negro e/ou branco – não branco”, dialoga com essas representações ambíguas sobre o mestiço. No próprio título do trabalho, a autora demonstra a sua linha de interpretação sobre a posição do mestiço na sociedade brasileira. Para Reis, o mestiço, que não é branco e nem negro, está situado em um não lugar na sociedade. Apesar de ter realizado dez entrevistas, a autora optou por analisar uma única informante, porque, segundo ela, “abarcava o que os outros sujeitos contavam” (2002: 36).

O resultado da sua pesquisa me suscitou um questionamento: o que a autora encontraria se realizasse essa pesquisa em diversas classes sociais e com faixas etárias diferentes? O seu trabalho me instigou a pensar sobre a temática, mas não poderia considerá-lo representativo sobre o mestiço na sociedade brasileira.

Ângela de Brito (2004), ao analisar como duas famílias inter-raciais (de brancos e negros), do interior de São Paulo, preparavam seus filhos para possíveis situações de discriminação racial, questiona a representação ambígua e contraditória inerente ao mestiço. Os resultados de sua pesquisa mostram que os jovens dessas famílias se identificam como negros. Ao analisar o resultado da pesquisa, a autora problematiza:

Não é possível imaginar que durante cinco séculos de coexistência de idéias raciais e discriminatórias esses mesmos mestiços, influenciados por inúmeras idéias racistas, estiveram (e estão até hoje) aprisionados à idéia de ser branco (ibid.: 124).

A questão suscitada por Brito é pertinente, pois ainda persiste a representação do mestiço vinculada a uma interpretação datada que, muitas vezes, não é correspondente à realidade e diversidade social.

Atualmente, a questão suscitada com a adoção das cotas “raciais” é se esses indivíduos situados na categoria intermediária não iriam se aproveitar das benesses das ações

afirmativas, identificando-se como negros de forma instrumental⁴². A “válvula de escape” é sempre colocada à prova, e a característica ambígua assinalada nessas duas interpretações sobre o mestiço demonstra que, dependendo do contexto social, ele realizará o *passing*, buscando embranquecer ou, atualmente, enegrecer de acordo com as vantagens advindas.

As interpretações clássicas da categoria intermediária na sociedade brasileira vinculam a prática do mestiço a sistemas individualistas de ascensão social e ao distanciamento das suas origens para garantir essa ascensão. A nova visão, pós ações afirmativas, é que esses mesmos mestiços, que outrora se distanciavam das suas origens, assumam discursos de vinculação a uma ascendência negra, anteriormente negada ou escondida. Mas a questão que deve ser levantada é: como esses mestiços se identificam na sociedade e quais os motivos ou as disposições que geram essas identificações?

Seria o embranquecimento ainda um objetivo perseguido? Haveria a negação da ascendência por parte do mestiço? Eles se consideram destinados a um não lugar na sociedade? Como os discursos sobre “novas etnicidades” e ações afirmativas têm impactado na construção das suas narrativas? Essas são algumas das indagações que esse trabalho se propõe a responder, levando em consideração que a pesquisa foi realizada em um ambiente diretamente influenciado pelos debates sobre ações afirmativas e, conseqüentemente, tanto pelos discursos novos quanto pelos clássicos sobre a identidade “racial” dos indivíduos situados na categoria intermediária.

2.4 A Construção da Pesquisa

O pequeno interesse dispensado, das Ciências Humanas, à realização de pesquisas sobre o mestiço se dá, justamente, pela naturalização do discurso da mestiçagem na construção da nação. A máxima “todos somos mestiços” indica que toda a população brasileira, em última instância, é mestiça. Essa crença na mestiçagem “racial” e cultural brasileira também construiu a sua invisibilidade, pois acima de tudo seríamos brasileiros.

42 As Universidades que utilizam a heteroidentificação para cancelar os candidatos cotistas ao vestibular operam com essa possibilidade. Há dois casos emblemáticos: os gêmeos da UNB, em que um foi considerado negro e outro não, e o episódio ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual uma aluna foi desligada do curso de Pedagogia após ser entrevistada por uma comissão da Universidade que não a considerou parda. (Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2009/04/11/estudante-se-diz-parda-mas-universidade-do-rio-grande-do-sul-discorda-cancela-vaga-755235606.asp>>. A recomendação da UEMS aos candidatos cotistas de que, se não forem comprovadas as suas características negras, serão desligados do processo de seleção só corrobora essa interpretação.

A centralidade dessa temática só se fez presente a partir do momento em que se questionam as desigualdades raciais e as formas de combatê-las. Com a discussão do Estatuto Racial e a implementação das ações afirmativas, o mestiço e a mestiçagem voltam a ser questionados em sua definição.

Quem é pardo? Quem é negro? Quem é mestiço? Quem pode ser beneficiário do sistema de ações afirmativas? Esses questionamentos remetem a outra discussão, sobre a característica ambígua do mestiço na sociedade brasileira.

Alguns discursos, durante os debates sobre cotas raciais, apontavam para a possibilidade de os mestiços se beneficiarem das ações afirmativas ao se identificar como negros. A crença era que, devido à sua ambiguidade, o mestiço utilizaria a posição intermediária para embranquecer ou enegrecer, de acordo com as benesses possibilitadas por essa “nova” posição no *continuum* de cor. Dessa forma, a construção da identidade “racial” do mestiço estaria sempre vinculada a interesses econômicos e à busca de *status* social.

O objetivo dessa pesquisa não é provar ou mostrar a existência de mestiços; a genética já se encarregou de fazê-lo. O que ela pretende é verificar como pessoas situadas nas categorias intermediárias do *continuum* de cor se identificam “racialmente”, levando em conta os debates históricos sobre o papel do mestiço na sociedade brasileira e considerando as atuais mudanças ocorridas sobre a identificação “racial” dessa população.

Compreender como essas pessoas constroem as suas identidades, fazem escolhas e narram as suas histórias auxiliará no entendimento da dinâmica social, além de dar voz para um grupo historicamente silenciado nas pesquisas empíricas. Além disso, pesquisas recentes têm apontado para a coexistência do sistema bipolar e múltiplo nas atuais classificações “raciais”. Essas novas descobertas possibilitam conhecer quais os sistemas (ou o sistema) de classificação presentes em um ambiente diretamente influenciado pelos debates sobre ações afirmativas, como é o caso da Universidade Federal da Bahia.

Para responder essas questões, realizei inicialmente uma heteroidentificação dos possíveis entrevistados. Essa estratégia possibilitou verificar se esses colaboradores, identificados, por mim, nas categorias intermediárias do *continuum* de cor, se identificam a partir dessa literatura clássica. Ou seja, essa estratégia me possibilitou verificar como esses colaboradores se identificam “racialmente”.

O que pretendo verificar é como esses colaboradores, situados nas categorias intermediárias do *continuum* de cor, pensam a sua própria identidade, buscando descobrir se há tendência ao branqueamento e o que motiva as suas escolhas. E, por último, descobrir se se

identificam e são identificados através das formas clássicas, ou utilizam outro sistema de identificação.

Para isso, foi necessário estabelecer critérios para quem seria identificado como situado na categoria intermediária do *continuum* de cor. Assim, utilizei dois autores clássicos que pensaram as “relações raciais” no Brasil a partir da sua contextualização e complexidade, Oracy Nogueira e Marvin Harris. O primeiro autor, por definir o que é o *continuum* de cor e quais são os critérios utilizados para se classificar e classificar outrem nesse sistema⁴³. Já Marvin Harris, por fornecer classificações “nativas” a partir desse sistema verificado por Oracy Nogueira.

A pesquisa de Harris foi realizada utilizando a combinação de várias características físicas (textura de cabelo, cor da pele, boca e nariz): seus informantes listaram 492 categorias diferentes. Ao analisar o resultado da sua pesquisa, Marvin Harris listou os termos mais utilizados e os relacionou com as figuras que mais receberam esses termos, resultando em quatro tipos femininos e quatro tipos masculinos. Os tipos femininos foram classificados em “preta”, “branca”, “sará” e “morena”, já os tipos masculinos foram classificados como “alvo”, “claro”, “cabo verde” e “mulato”.

A partir dessa classificação nativa, verifiquei quais as classificações estão situadas nas categorias intermediárias do *continuum* de cor e cheguei ao seguinte resultado. As classificações femininas são: “sará” e “morena”; e as masculinas: “alvo”, “claro”, “cabo verde” e “mulato”. De posse dessa tipologia nativa, decidi utilizar essas características para balizar a heteroidentificação da minha pesquisa. Essa escolha permite verificar se essas identificações “nativas” refletem a atual realidade social.

Além de utilizar a identificação verificada na bibliografia clássica sobre a categoria intermediária, a minha própria situação de “nativa” do *continuum* de cor foi definidora para realizar essa primeira abordagem. Durante a pesquisa com a professora Dra. Elena Calvo-González, os termos utilizados pelos colaboradores para me identificar me surpreenderam e confirmaram a situação relacional da classificação “racial”, que leva em conta classe social,

43 Segundo Nogueira (1998: 199), “o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um *continuum* que vai de extremamente ‘negróide’, de um lado, ao completamente ‘caucasóide’, de outro. Em outras palavras, os indivíduos são classificados e se classificam a si próprios como brancos, pardos ou mulatos claros, pardos ou mulatos escuros e pretos – variando, até certo ponto, os ‘tipos’ reconhecidos e as respectivas designações de uma para outra região do país – levando-se em consideração, em cada caso, a ausência ou concentração de traços negróides (densidade de pigmentação, textura e cor dos cabelos, formato do nariz e dos lábios etc.), ou seja, a aparência resultante da combinação ou fusão de traços europeus e africanos. Os indivíduos com traços de índio são encaixados, ao longo do *continuum*, numa posição variável que pode ir de branco ao pardo”.

cor da pele, tipo de cabelo e os traços fisionômicos de quem é identificado e de quem se identifica. A partir dessa experiência, comecei a observar a complexidade que ainda existia no sistema de classificação “racial”.

Essa identificação relacional também foi um traço recorrente, mesmo naqueles que possuíam um discurso bipolar. O que mostra que, mais do que um resíduo, essas classificações que levam em conta a aparência persistem e utilizam novas configurações. Até a minha experiência no campo, encarava esse sistema de classificação relacional de forma residual, acreditando na primazia do sistema bipolar: “branco e não branco”.

Talvez essa concepção seja o resultado da minha experiência como aluna de graduação no curso de Ciências Sociais, pois os discursos sobre consciência do racismo na sociedade brasileira, das desigualdades “raciais” e da necessidade de combatê-las me impulsionavam a negar as categorias intermediárias, por se tratarem de um mito que escamoteava as desigualdades.

Os poucos trabalhos encontrados sobre o mestiço trazem uma característica interessante: os seus autores se identificam como mestiços e é essa identificação (que relaciona a história de vida dos pesquisadores e as suas escolhas) que justifica o interesse pela investigação:

[...] Fui percebendo que refletir sobre a identidade do mulato era, antes de tudo, refletir também sobre a minha própria identidade, que passou por diversas transformações: da negação a consciência da negritude, levando-me à identificação de ser negra, num primeiro momento, e depois a questão ser mestiça (REIS, 2002: 26).

A partir da minha experiência pessoal, nasceu em mim o interesse por estudar o mestiço. Minha mãe é branca, baixinha, olhos azuis como o céu. Meu pai, um negro alto, usava chapéu de abas largas e sapatos bem engraxados e, olhos negros, grandes e vivos, eu o achava lindo (BRITO, 2004: 11).

Acredito que essa situação de liminaridade vista na literatura muitas vezes de forma negativa e a “experiência vivida” da mestiçagem no dia-a-dia possibilitam problematizar a vivência dos mestiços na sociedade. Essa vivência possibilita o reconhecimento da categoria intermediária e é só a partir da existência do mestiço que essas questões podem ser verificadas. Enquanto a mestiçagem e o mestiço forem encarados como questões politicamente incorretas, narrativas serão silenciadas, e se estará selecionado o que deve ser contado dessas histórias de vida e deixando adormecido um campo de estudo.

Como essa identificação relacional foi verificada em discursos da classe baixa de Salvador, a ideia de realizar a entrevista na Universidade Federal da Bahia deveu-se à

possibilidade de verificar esse discurso em diversas classes sociais. Além disso, é esse o ambiente, retratado na literatura, que possibilita a ascensão da categoria intermediária. Dessa forma, é possível verificar o sistema de classificação e examinar se esses colaboradores embranquecem ou enegrecem para obter as benesses sociais e econômicas na sociedade.

Compreendendo a complexidade da identificação no Brasil e devido ao tempo exíguo para a realização da pesquisa de mestrado, concluí que pensar a identidade de forma fluida e interpretá-la à luz das trajetórias de vida forneceria mais elementos para a compreensão da própria dinâmica das “relações raciais” no Brasil. É por esse motivo que a identificação prévia se faz importante, pois possibilita verificar questões seculares referentes à construção de identidades.

Independentemente da primeira classificação realizada, o que interessa é como ocorre a autoidentificação. O objetivo maior não é “essencializar” a identidade desses indivíduos como mestiços, mas verificar a sua pertença no sistema do *continuum* de cor e compreender como se autoidentificam e quais os motivos que os levam a essa identificação para além de tantas outras.

O interesse em realizar a pesquisa de campo na Universidade Federal da Bahia se deu por dois motivos. O primeiro, por ser atualmente um ambiente no qual o discurso sobre identidade é sistematicamente acionado, seja para questionar a entrada de cotistas na Universidade, seja para o estudante cotista reafirmar a sua própria identidade, reafirmação essa que é demonstrada principalmente pelo discurso de cor ou classe. Os debates sobre cotas raciais têm aumentado a necessidade da atualização do discurso sobre identidade e classificação “racial”.

O segundo motivo é que nesse ambiente acadêmico há a possibilidade de acessar diversas classes sociais; esse microcosmo é fundamental para compreender como o discurso sobre identidade e pertencimento se configura em diversas classes sociais, se há alguma diferença significativa ou se não há diferenças estruturais em relação à construção da identidade “racial”.

Ciente de que não esgotarei o debate e nem definirei uma abordagem nas pesquisas sobre o *continuum* de cor e as relações raciais no Brasil, e compreendendo a dimensão de uma pesquisa de mestrado, com suas limitações, optei por realizar a investigação no que considero um ponto de partida para uma discussão mais ampla sobre a temática. Para essa pesquisa, realizei observação participante em disciplinas dos cursos de Direito, Medicina, Ciências Sociais, História e Filosofia durante o ano de 2009.

Nesse período, realizei vinte e oito entrevistas semiestruturadas com os estudantes de graduação desses cursos. Durante a realização das entrevistas, não utilizei os termos mestiço, mestiçagem ou mistura. Esse cuidado foi tomado por dois motivos. Primeiro, para não induzir respostas relacionadas a essa temática ou a essas categorias, pois gostaria de verificar se o discurso da mestiçagem ainda se faz presente nas narrativas desses colaboradores e em quais momentos e de qual forma essas categorias são acionadas. Segundo, era necessário verificar as categorias étnicas utilizadas por esses estudantes no seu ambiente familiar, de trabalho, acadêmico e de lazer.

Compreendo que a construção da identidade é feita de uma forma relacional e que não há uma única identidade fixa e imutável (HALL, 2009: 108-109; SILVA, 96-97). Partindo dessa constatação inicial, recorri à técnica de trajetória de vida, com ênfase na história da família, para que pudesse compreender os elementos e as experiências que constituíram o posicionamento dos estudantes em relação aos discursos sobre “cor/raça”, bipolaridade e mestiçagem.

O interesse principal dessa identificação prévia na análise de trajetórias de vida é compreender o que motiva a identificação desses indivíduos com os discursos sobre “cor/raça” e qual é a centralidade que esse aspecto tem em suas vidas. Assim, pude realizar as entrevistas esperando a correspondência com a própria realidade brasileira, na qual não se pode afirmar (ou ter certeza de) como as pessoas se identificam nos seus espaços de socialização.

Mais do que buscar definições e respostas, essa pesquisa se enquadra num exercício de relacionar no campo uma temática polêmica, mas pouco explorada nos trabalhos empíricos, como a mestiçagem, e, por outro lado, analisar o ressurgimento da complexidade e originalidade do sistema taxonômico brasileiro. Mesmo ciente de que “o Brasil não é para iniciantes”, não poderia deixar de me aventurar num contexto tão surpreendente e criativo como o das “relações raciais” brasileiras.

3 O CAMPO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Interessada em verificar como pessoas situadas nas categorias intermediárias do *continuum* de cor constroem as suas identidades, principalmente nos contextos de debates sobre ações afirmativas, realizei essa pesquisa na Universidade Federal da Bahia. Entrevistei⁴⁴ estudantes de cursos de baixo, médio e alto prestígio⁴⁵, a saber: Ciências Sociais, História, Filosofia, Geografia, Medicina e Direito, para que pudesse acessar diversos estratos sociais. As entrevistas foram realizadas no campus da Universidade Federal da Bahia, nos intervalos das aulas.

Ciente da dificuldade da realização desse tipo de entrevista, por conter um caráter pessoal e íntimo, e por verificar a impossibilidade de abordar esses colaboradores nos corredores e pátios da Universidade, optei por acompanhar disciplinas dos referidos cursos, como aluna ouvinte, durante os dois semestres do ano de 2009. Dessa forma, poderia criar um ambiente de confiança entre os colaboradores e a pesquisadora, para que, no momento de realização das entrevistas, não houvesse restrições ou inibição aos questionamentos realizados. Essa estratégia também me possibilitou acompanhar a dinâmica de cada Faculdade e assim perceber como acontece a socialização dos discentes e docentes, e dos discentes entre si nos referidos cursos. As entrevistas foram realizadas nos intervalos das aulas no campus da faculdade, tendo uma duração de uma hora ou de uma hora e meia, sendo que, com alguns alunos, realizei dois ou três encontros.

No primeiro momento, solicitava aos professores dessas faculdades a permissão para acompanhar as suas aulas como aluna ouvinte e lhes explicava os objetivos da pesquisa. Alguns professores me apresentavam para as suas turmas como uma antropóloga que realizava pesquisa na faculdade e que iria acompanhar as suas aulas, outros professores não faziam comentário algum sobre a minha presença em sala de aula. Nesse último caso, me apresentava aos alunos nos momentos de descontração: nos pátios ou nos intervalos das aulas. Apresentava-me como aluna de mestrado que estava realizando uma pesquisa sobre construção de identidades e discursos sobre “cor/raça” no âmbito da Universidade Federal da Bahia.

44 Realizei entrevista semiestruturada com vinte e oito estudantes de graduação.

45 Para definir o prestígio dos cursos, utilizei a classificação de Delcele Queiroz (2004). Segundo a autora, os cursos de Medicina e de Direito são classificados na categoria de alto prestígio, o curso de Ciências Sociais seria de médio prestígio e os cursos de Filosofia e de História estão situados na categoria de baixo prestígio.

Nesse primeiro momento, os alunos não mostravam nem preocupação com a pesquisa ou com a minha presença em sala de aula ou nos pátios das faculdades, nem interesse por ela, assim, eu assistia às aulas e participava de algumas atividades extraclasses. Realizei as entrevistas no final dos semestres, período no qual os estudantes já estavam habituados com a minha presença e possuíam confiança suficiente para responder perguntas sobre a sua vida e a de suas famílias. Não houve nenhum caso de recusa ou restrições a responder qualquer tipo de questionamento.

No decorrer da pesquisa, as ações afirmativas se estabeleceram como tema central nas Faculdades de Direito e de Medicina. Na primeira instituição, por expor a segregação que existe entre os não cotistas e cotistas, e, em Medicina, por apontar alguns questionamentos sobre o processo seletivo dos cotistas na Universidade Federal da Bahia. No entanto, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, as ações afirmativas não são uma temática central na vivência dos alunos. Para compreender o caráter diversificado desse tema, é necessário questionar quais os impactos dessa política nessas instituições. Devido à imposição “nativa”, esse tema será abordado no presente trabalho com intuito de dialogar com os discursos sobre cor, classe e construção de identidade, pois, ao questionar as ações afirmativas ou ser questionado sobre elas, os estudantes refletem sobre a própria identidade.

3.1 A Faculdade como Espaço Socializador

Estou ciente de que esse lugar que defini como campo de estudo retrata um espaço específico da sociedade brasileira, espaço no qual pessoas têm acesso a níveis mais elevados de educação, por isso considero necessário realizar a leitura desse trabalho, observando dois pontos: que é um espaço onde os discursos sobre cor, “raça”, identidade e acesso estão interligados; que se trata de uma investigação num estrato específico da população, estudantes universitários da Universidade Federal da Bahia⁴⁶.

Iniciei a pesquisa de campo nas Faculdades de Direito e de Medicina por acreditar que encontraria certa dificuldade na abordagem dos estudantes dessas faculdades, mesmo reconhecendo que atualmente há uma maior liberdade e um maior interesse em se discutir temas como discriminação, preconceito e identificação “racial”. Como essas duas faculdades são conhecidas na UFBA por serem representativas na composição do seu corpo discente pela

46 A Universidade Federal da Bahia é a mais concorrida e mais importante da região. É interessante observar que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada recentemente, em 2005, e ainda está se estabelecendo no Estado.

classe média e classe média alta⁴⁷, oriundas das grandes escolas particulares de Salvador e de Feira de Santana⁴⁸, o meu maior temor era que se levantasse uma barreira entre a pesquisadora e o corpo discente, impossibilitando o desenvolvimento do trabalho de campo. Acreditava que, como esses estudantes não estavam acostumados com a realização de pesquisas em suas unidades de ensino, poderiam rejeitar a participação na pesquisa por se sentirem desconfortáveis em emitir suas opiniões e contar suas histórias de vida para uma desconhecida.

Outro ponto que gerava preocupação era a polêmica ocorrida no ano de 2008 na Faculdade de Medicina, quando um professor afirmou que a limitação intelectual do baiano se refletia no berimbau, pois o instrumento só possui uma corda, o que facilitava o seu manejo. Nesse mesmo período, ele afirmou, também, que as regiões sul e sudeste do Brasil eram mais desenvolvidas do que a região nordeste, devido à maciça imigração europeia e japonesa que receberam, fato que não ocorrera na Bahia⁴⁹. Essas afirmações geraram debates e críticas por todo o país, ocasionando uma crise na Faculdade de Medicina⁵⁰, finalizada com a aposentadoria do citado professor.

Pensando em todos esses fatores, iniciei a pesquisa observando os corredores das Faculdades. Durante uma semana, permaneci nesses corredores e nos ambientes de socialização dos estudantes: pátio, restaurante e lanchonetes. Nesse período, percebi que não seria possível realizar a pesquisa observando somente esses espaços e abordando os alunos, já que isso poderia gerar entrevistas sem a total cumplicidade dos colaboradores, acarretando possivelmente omissões, silêncios e recusas.

Decidi acompanhar as disciplinas desses cursos para obter uma relação mais próxima com o corpo discente. A partir do fluxograma, escolhi algumas disciplinas que não possuíam

47 Segundo o IBGE, esses estudantes da classe média e da classe média alta estariam situados, respectivamente, na faixa salarial entre cinco e dez salários mínimos, entre dez e vinte salários mínimos. Para maiores informações conferir:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mgZX7nia4JwJ:www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad98/saude/analise.shtm+faixa+salarial+10+sal%C3%A1rios+site:www.ibge.gov.br&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>

48 É a segunda cidade mais populosa e a maior cidade do interior do Estado da Bahia, situada a 107 Km de Salvador.

49 Essas afirmações foram geradas devido ao baixo rendimento dos alunos do curso de Medicina na prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado no ano de 2008. Esse resultado foi fruto do boicote do corpo discente da Universidade Federal da Bahia a essa avaliação, realizada pelo Ministério da Educação (MEC). Para maiores informações sobre a repercussão, conferir:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u397281.shtml>

50 Durante a realização das entrevistas na faculdade de Medicina, esse era um tema sempre retratado, por curiosidade da pesquisadora ou por referências dos próprios alunos.

caráter específico desses cursos, assim haveria a possibilidade de serem discutidos temas gerais da sociedade, o que proporcionava o surgimento de discussões sobre temas do interesse da pesquisa, fato que se comprovou no decorrer do campo. Entrei em contato com alguns professores por indicação dos departamentos dos cursos, e, em alguns casos, por meio dos próprios alunos que indicavam professores “mais abertos” a esse tipo de atividade. Após apresentar a proposta da pesquisa para os professores, solicitava a permissão para acompanhar as suas aulas durante o semestre, o que significava compartilhar o desenvolvimento da disciplina durante um semestre inteiro e de todas as atividades extras relacionadas com a disciplina em questão.

Ao iniciar o campo, alguns professores me apresentavam para a sua turma como uma antropóloga que estava realizando a sua pesquisa de mestrado e outros optavam pelo silêncio, cabendo a mim me apresentar a partir do momento que ia conhecendo os alunos. A partir desse contato mais próximo, foi possível realizar entrevistas, que variaram entre um a três encontros, a depender da disponibilidade e do interesse do colaborador. As entrevistas eram realizadas na própria Faculdade, durante um horário de aula vaga ou no horário oposto ao das atividades na Faculdade. Foi fato recorrente a realização das entrevistas no final dos semestres. Isso reflete a construção demorada, mas eficaz, da relação de confiança entre a pesquisadora e os alunos que aceitaram participar da entrevista.

3.2 A Pesquisa e os Colaboradores

Nos dois semestres de 2009, entrevistei vinte e oito estudantes de perfil variado: estudantes de classes sociais distintas, originários da capital e do interior do Estado da Bahia e, por fim, cotistas e não cotistas. Dessa amostra diversificada, esperava alcançar uma representação da sociedade brasileira, através do recorte de classe. Com a implementação das ações afirmativas, os cursos de alto prestígio, que se constituíam em espaços destinados às classes média e alta, começam a ser frequentados por estudantes das classes média baixa e baixa. Esse novo dado me possibilitou cruzar as informações dos estudantes de uma mesma classe social entre os cursos de alto e baixo prestígio para compreender como a vivência nesses espaços influencia os discursos sobre cor e “raça”, e a construção da identidade desses alunos.

No decorrer das entrevistas, a classe social se tornou um tema central nos cursos de alto prestígio, fato não verificado nos cursos de baixo prestígio da Universidade Federal da Bahia. Essa referência à classe é resultado de eventos nos quais os alunos são

sistematicamente confrontados, de forma indireta e de forma direta, nas atividades cotidianas das Faculdades, seja na realização de alguma atividade avaliativa ou nos momentos de lazer. Como a socialização e o espaço físico estavam altamente relacionados, pois, a depender do espaço físico, os discentes e docentes permanecem ou não na Faculdade nos horários livres e nos momentos de integração, farei uma breve apresentação das instituições pesquisadas e das histórias de vida dos estudantes dessas instituições, tornando possível a compreensão da própria dinâmica da pesquisa e da vivência dos estudantes nas suas instituições de ensino.

3.3 A Faculdade de Medicina

A Faculdade de Medicina, localizada no Vale do Canela, está situada próxima ao Hospital Universitário, ao Instituto de Ciências da Saúde e às Faculdades de Educação e de Administração, no chamado Campus do Vale do Canela da Universidade Federal da Bahia. Com uma área construída de 3.665,00 m², a Faculdade é composta por um prédio de cinco andares, com corredores escuros e com um pátio mal aproveitado, ou seja, não utilizado. Não há lanchonete, espaço de convivência ou qualquer coisa similar para a socialização do corpo discente e docente⁵¹. Os alunos são obrigados a sair da sua unidade de ensino e atravessar o estacionamento para almoçar ou comprar uma simples água na lanchonete do Instituto de Ciências da Saúde⁵².

Devido a essas características, verifiquei logo na primeira semana que seria inviável realizar alguma abordagem nessa unidade, pois as únicas opções que possuía era ficar como observadora nos bancos de cimento situados em frente à instituição e o máximo que conseguiria era observar o movimento de saída e entrada da Faculdade, ou permanecer na biblioteca, cuja própria dinâmica do espaço dificultava as aproximações, além de ser um espaço pouco frequentado, segundo os alunos, por ter um acervo defasado e incipiente.

A minha outra opção seria frequentar a lanchonete do Instituto de Ciências da Saúde. Como a cantina era um espaço de socialização de todos os estudantes da área de saúde, muitas vezes eu conversava com estudantes de Biologia, Farmácia ou Enfermagem, e não abordava nenhum estudante de Medicina. Outro fator que reduz a permanência dos estudantes na Faculdade de Medicina é que muitas de suas aulas são realizadas no Instituto de Ciências da

51 No período da realização dessa pesquisa, o Diretório Acadêmico de Medicina estava discutindo projetos para a revitalização do espaço de convivência da Faculdade. Os discentes sentiam a necessidade de um espaço comum para a socialização dos estudantes e professores.

52 Boa parte das disciplinas iniciais é ofertada nesse Instituto.

Saúde e uma parte da formação desses estudantes é realizada no Hospital Universitário da UFBA. Pensando em todos esses obstáculos, decidi procurar o docente da disciplina Medicina Social e solicitar a sua permissão para acompanhar a disciplina.

Acompanhei duas turmas dessa disciplina no primeiro semestre do ano de 2009. No meu primeiro dia de aula, o professor me apresentou à turma como uma antropóloga que estava realizando uma pesquisa de campo na Universidade com os estudantes. Nessa primeira aula, houve uma reação de constrangimento da turma, logo revertida no encontro seguinte. Mantive-me como aluna ouvinte nessa disciplina, participando também das atividades extraclases⁵³. Após o primeiro mês de campo, era tratada como aluna pelo professor da matéria e como colega de turma pelos estudantes. Durante a realização da pesquisa, não foi verificado nenhum tipo de segregação entre cotistas e não cotistas nessas duas turmas observadas. Como a disciplina exigia muitos trabalhos em grupo em sala de aula, foi possível observar o livre acesso dos estudantes a todos os grupos. O professor da disciplina também nunca fez qualquer alusão às cotas para justificar o desempenho dos alunos, e se colocava favorável às ações afirmativas e às lutas políticas do Diretório Acadêmico.

3.3.1 Os estudantes entrevistados

Diogo⁵⁴ tem 19 anos, seu pai é médico do Exército e a sua mãe é psicóloga. Embora a sua família seja originária do Rio de Janeiro, Diogo morou em Goiânia por seis anos, mudando-se para Salvador no ano de 1998. Ele estudou no Colégio Militar da quinta série ao terceiro ano do segundo grau, e, no último ano, matriculou-se num curso preparatório intensivo para o vestibular, mas acredita que passaria no vestibular mesmo sem esse complemento, tendo sido aprovado na sua primeira tentativa. Seus irmãos estudam nessa mesma escola. Os seus avós trabalhavam na CEASA do Rio de Janeiro como comerciantes e seus pais fazem parte da primeira geração a cursar o ensino superior. Atualmente, ele e sua família moram no bairro de Brotas.

53 Essa atividade consistia na organização de oficinas e palestras sobre prevenção e promoção de saúde em uma escola pública. A escola estava localizada num bairro periférico e com altos índices de violência. Os temas eram escolhidos pelos próprios alunos, a partir de temas previamente acordados com os estudantes de Medicina. Depois de um mês, os estudantes de Medicina retornavam à escola para desenvolverem as atividades. Temas como Doenças Sexualmente Transmissíveis, pressão arterial, meningite, diabetes e dengue foram abordados em formato de oficinas para a comunidade escolar. Registre o resultado das oficinas, fotografando todas as atividades realizadas, fato que foi definitivo para a minha aproximação com as turmas.

54 Utilizo nomes fictícios para identificar os colaboradores.

Bento tem 23 anos e é originário do interior do Estado da Bahia, estudou em colégio particular, fez um ano de curso preparatório na sua cidade e dois anos em Salvador. O seu pai é funcionário público do Ministério da Agricultura e a sua mãe é despachante de documentos de carro, desenvolvendo atividade como autônoma. Bento prestou vestibular para Medicina por três anos consecutivos e na sua quarta tentativa foi aprovado. Segundo ele, essa seria a sua última tentativa, e caso não fosse aprovado tentaria classificação para o curso de Psicologia ou de Filosofia, já que estava cansado da rotina de curso pré-vestibular. O seu irmão é casado e tem uma filha de três anos, iniciou a faculdade de comunicação, mas a abandonou, e atualmente trabalha, pensando em fazer Administração. Seus pais cursaram até o ensino médio. Na família de Bento, tem um médico formado e outro está cursando os últimos semestres do curso de Medicina. Faz parte da primeira geração de médicos da família. Bento não trabalha e se dedica exclusivamente ao curso de graduação, mora no bairro da Pituba e divide o apartamento com um amigo da sua cidade de origem.

Flávia, de 25 anos, estudou no Colégio Militar do Exército da quinta ao terceiro ano do segundo grau. Como não queria se submeter ao regime dessa escola, fez o concurso sem estudar e, para a sua surpresa, foi aprovada aos dez anos de idade. As suas duas irmãs mais novas também fizeram a seleção e estudaram no Colégio. A irmã do meio estuda Direito na UFBA e a irmã mais nova está cursando o ensino médio. A mãe estudou até o ensino médio e não ingressou no ensino superior devido ao nascimento das filhas, e o pai é oficial da Polícia Militar, possuindo a Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia, equivalente ao curso superior. Antes de passar em Medicina, Flávia cursou distintos cursos em outras faculdades públicas e particulares: Direito, Biologia, Psicologia e Relações Internacionais. Como estava infeliz com as suas escolhas, decidiu estudar mais um ano para Medicina. Flávia se dedica integralmente à graduação, pois seus pais não permitem que desenvolva nenhum tipo de trabalho para que se dedique totalmente a sua formação. Há mais de um ano desenvolve atividades no Movimento Estudantil da Universidade. Mora no bairro da Federação com a sua família, em uma rua de classe média alta.

Leandro tem 17 anos e está cursando o terceiro semestre de Medicina. Estudou no Colégio da Polícia Militar, tendo ingressado nessa escola graças a uma amiga da família que lhe conseguiu uma vaga. Como os seus pais não tinham condições de pagar uma boa escola, a Escola da Polícia Militar foi a sua única opção. Tem dois irmãos, a irmã estuda no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e o irmão estuda no Serviço Social da Indústria (SESI). Os seus pais são comerciantes de um pequeno negócio em uma área degradada do centro da cidade, onde também residem. O seu pai estudou até a quinta série do ensino

fundamental e a sua mãe possui o ensino médio completo. Leandro escolheu Medicina por influência dos pais e será o primeiro médico da família.

Nicole, de 19 anos, sempre estudou em colégio particular e, em paralelo ao terceiro ano, fez matérias isoladas. Foi aprovada na sua primeira tentativa para o vestibular de Medicina. Durante o segundo grau, fez curso de línguas, pilates e piano. A sua mãe é médica e o seu pai é engenheiro civil. Nicole não conheceu os avós paternos. A família materna, segundo Nicole contou, é originária do interior do Rio de Janeiro, sendo sua avó costureira e o avô motorista de trem, cujo nível de escolaridade ela não soube informar. Nicole contou também que sua mãe, sem condições de pagar a mensalidade de uma faculdade particular, cursou a faculdade com uma bolsa do governo e, depois de formada, pagou o financiamento. Nicole mora no bairro do Itaigara e dedica-se integralmente ao curso de Medicina.

Tatiana tem 20 anos. Estudou no Colégio Militar do Exército desde a quinta série, ingressando ali por meio de concurso, pois não tem nenhum militar na família. Da primeira a quarta série, estudou em colégio particular de pequeno porte no bairro em que morava. Durante o terceiro ano, fez quatro meses de curso pré-vestibular e foi aprovada na sua primeira tentativa. O pai dela, um gerente comercial, e a mãe, auxiliar de enfermagem, estudaram até o ensino médio. A avó paterna foi auxiliar de enfermagem e a avó materna foi costureira, o avô materno foi motorista e o avô paterno, ela não soube informar. Também não tinha informações sobre a escolaridade dos avós. Tem três irmãos, mas não mora com eles. Seus pais são separados e ela mora com a avó, por residir em um bairro próximo à Universidade. No momento da pesquisa, não trabalhava e participava da militância estudantil da Universidade.

Raquel tem 20 anos e é natural de Feira de Santana, cidade do interior da Bahia. Tem dois irmãos: a irmã mais velha, filha do primeiro casamento da mãe, é graduada em Comunicação por uma faculdade particular da sua cidade, e o irmão mais novo está se preparando para prestar vestibular para o curso de Direito na UFBA. Raquel estudou em um colégio tradicional na sua cidade com grandes índices de aprovações nos principais vestibulares do Estado da Bahia. Depois que terminou o terceiro ano, foi aprovada no vestibular de Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana, continuou estudando em cursinho e, no ano posterior, fez seleção nessa mesma instituição para o curso de Direito, tendo sido aprovada em primeiro lugar. Cursou um semestre de Direito e, no semestre posterior, fez a seleção na UFBA e na UEFS para Medicina. Tendo sido aprovada para as duas faculdades, escolheu cursar a Universidade Federal da Bahia. A sua mãe, hoje aposentada, trabalhou como vendedora em uma loja de decoração e o seu pai é funcionário

federal da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão em que trabalha há 20 anos. Os pais cursaram até o ensino médio. Os seus pais alugaram um apartamento próximo à Faculdade de Medicina para que ela tenha segurança no deslocamento de casa à Faculdade. Dedicar-se integralmente às atividades do curso de Medicina.

3.4 A Faculdade de Direito

A Faculdade de Direito da UFBA possui uma estrutura diferente da Faculdade de Medicina: prédio imponente, corredores claros, ventilados e grandes salas sinalizadas e climatizadas. Além disso, há uma grande cantina, uma mesa de totó – que, por sinal, passa boa parte da manhã cheia de alunos –, caixa eletrônico do Banco do Brasil e bancas de vendedores de livros de Direito, além de uma biblioteca com grande acervo e espaço adequado para os alunos pesquisarem, estudarem e realizarem trabalhos em grupo. A Faculdade está situada na Graça, bairro nobre da cidade de Salvador, e possui 10.954,00 m² de área construída. Os corredores e o pátio estão sempre cheios de estudantes. Como a maioria das disciplinas é ofertada no turno matutino, a partir das quinze horas só se percebe o movimento dos grupos de pesquisa e do Diretório Acadêmico da Faculdade.

Durante a primeira semana de pesquisa, no primeiro semestre de 2009, segui a mesma estratégia usada para as pesquisas que realizei na Faculdade de Medicina, e alternei minha presença entre os corredores da Faculdade e a cantina. Nessa primeira semana, já percebia a diferença entre a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito.

Em Medicina, a socialização entre os estudantes se dava de modo mais democrático, ou seja, nas atividades de classe e extraclasse todos se relacionavam, saíam juntos para bares e realizavam as atividades em grupo sem questionar os membros da equipe.

Em Direito, por outro lado, durante as observações iniciais, percebia a formação de pequenos grupos endógenos, ou seja, havia um padrão, os grupos eram formados por classes sociais próximas. Verificava também a existência de grupos de cotistas, de grupos de estudantes do Colégio Militar do Exército, de grupos de estudantes advindos de cidades do interior do Estado da Bahia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e de Colégios Estaduais de Salvador, e, por fim, do grupo dos estudantes dos colégios particulares. Posteriormente, durante a observação em sala e nas narrativas dos alunos, essa observação prévia se confirmou.

Iniciei a pesquisa em período eleitoral do Diretório Acadêmico e encontrei três chapas concorrentes: a primeira, a chapa da situação, estava tentando a re-eleição, era ligada a um partido de direita; a segunda era uma chapa de esquerda ligada a um partido político; e, por fim, a terceira, que se posicionava de forma irreverente durante a campanha e nos debates políticos⁵⁵. Iniciar a pesquisa durante o processo eleitoral contribuiu para a minha socialização entre os estudantes, pois as façanhas da terceira chapa eram motivo de assunto nos corredores.

Como em Direito havia um espaço de socialização dos estudantes, optei por assistir uma disciplina no semestre 2009.1 e circular nesses espaços de convivência. A disciplina que acompanhei no primeiro semestre foi marcada por muitas faltas do docente. O ponto positivo nesse processo é que, como nunca éramos avisados das suas ausências com antecedência, sempre íamos para as aulas e conversávamos à espera da sua chegada. Assim, conheci muitos alunos dessa disciplina e pude observá-los em sala de aula e nos horários vagos. Em 2009.2, acompanhei uma disciplina do terceiro semestre, o que possibilitou conhecer outros alunos e vivenciar as discussões em sala de aula.

A diferença de classe fica mais evidente na Faculdade de Direito. Durante a primeira semana de observação pelos corredores e pelo pátio, consegui identificar visualmente muitos estudantes cotistas, sendo que isso não se deu pela cor ou por sinais diacríticos de negritude e sim pelo comportamento: roupa, postura corporal, timidez, pertença a alguns grupos, etc.

Outro ponto divergente da Faculdade de Medicina é que há uma separação clara entre cotistas e não cotistas, ou seja, os grupos são organizados da seguinte forma: alunos de colégios particulares e alunos do Colégio Militar do Exército, alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e de escola pública do interior e da capital. No decorrer das entrevistas, o fosso que existe entre esses grupos foi um tema recorrente entre os estudantes da Faculdade de Direito. Essa característica da sociabilidade desses grupos também impactou no desenvolvimento do campo. Como os grupos eram endógenos, em muitos momentos foi impossível estabelecer um elo com os grupos de classe alta, e dentre os sete alunos de Direito entrevistados, só uma aluna se situava na classe A⁵⁶.

Enquanto na Faculdade de Medicina realizei o campo com facilidade, acessando todos os grupos e todas as classes sociais, na Faculdade de Direito não obtive o mesmo feito, pois a

55 Durante um debate eleitoral, os componentes dessa chapa bebiam e ofereciam à assistência uísque. Os alunos explicaram a postura irreverente adotada pelos membros dessa terceira chapa, que se justificava como uma brincadeira de final de curso, uma ironia ao processo eleitoral da faculdade, pois boa parte da chapa era composta por formandos.

56 Levo em consideração que a classe A é a de faixa salarial entre dez e vinte salários mínimos.

demarcação de classe é definidora dos ambientes a que cada grupo acessa. Há dois eventos que ilustram bem a diferença entre as duas faculdades. Durante a aula, o professor de Medicina estava discutindo com os alunos a melhor data para realizar uma atividade em sala. Alguns alunos informaram que estava programada para aquele mesmo período a paralisação dos rodoviários na cidade de Salvador, e um aluno cotista falou alto e com um tom jocoso para a turma e para o professor: “Não dá pra ser amanhã, não. Vocês querem que eu venha andando até aqui?”. Todos riram e foi decidido que a atividade seria realizada em outra data. É bom salientar que muitos alunos possuíam carro ou a possibilidade dos pais ou de algum membro da família buscá-los e levá-los à Faculdade.

Nesse mesmo período, primeiro semestre de 2009, enquanto aguardava a chegada do professor em frente à sala de aula na Faculdade de Direito, conheci um aluno dessa disciplina. Ao notar o seu sotaque do interior, perguntei-lhe qual era a sua cidade de origem e, em seguida, indaguei onde morava. Extremamente constrangido, ele respondeu de forma inaudível. Ao perceber o seu constrangimento, relatei que também nasci numa cidade do interior e que morei na Residência Universitária durante a minha graduação. Logo após, ele afirmou claramente, sem nenhum constrangimento, que morava na Residência Universitária e conversou sobre a sua realidade e sobre a faculdade por longas horas. Em diversas ocasiões, conversei com esse aluno na Faculdade de Direito.

No decorrer da pesquisa, ao realizar a entrevista semiestruturada ou durante as conversas no corredor, os alunos cotistas e não cotistas das respectivas faculdades reafirmavam as observações feitas no campo. Enquanto na Faculdade de Direito impera a consciência da divisão entre os grupos e o constrangimento de muitos cotistas, principalmente por serem sistematicamente confrontados com uma realidade excludente, na Faculdade de Medicina não se reverberam no seu dia a dia nem um discurso excludente nem uma prática hierárquica entre os estudantes. Mesmo com alguns discentes posicionando-se contra, ou a favor delas com ressalvas, a política de ações afirmativas, não era possível verificar nas suas práticas alguma atitude preconceituosa ou segregatória com os colegas cotistas.

3.4.1 Os estudantes entrevistados

Tânia tem 22 anos, é originária do interior do Estado da Bahia, de uma cidade que fica a 36 km do município de Feira de Santana. Sempre estudou em escolas públicas e é a única pessoa da família a cursar uma Faculdade. Sua mãe cursou o segundo grau completo, e o seu pai, ela não soube informar, pois seus pais se separaram quando ela era muito pequena e ele

mudou-se para São Paulo e formou outra família. A única informação que tem sobre o seu pai é que ele trabalhou como segurança, mas não sabe o que faz atualmente. A sua mãe trabalha no comércio da cidade, casou-se novamente e teve outra filha. Na adolescência, Tânia engravidou e, para ajudar a família, começou a trabalhar no mesmo estabelecimento comercial em que a mãe trabalhava. Cansada da vida de privações, decidiu estudar para prestar o vestibular, e credita essa mudança ao seu antigo namorado que cursava Enfermagem e a auxiliava nos estudos. Após terminar o relacionamento com o namorado, conheceu um estudante de Direito da UFBA que morava numa cidade próxima, começaram a namorar e ele se tornou o seu maior incentivador e referencial. No primeiro ano que prestou o vestibular, Tânia trabalhava durante oito horas por dia e fazia cursinho à noite. Nessa primeira tentativa, foi aprovada na primeira fase, mas não logrou êxito na segunda. Ao constatar que poderia ser aprovada, solicitou a saída do emprego, mas a família não apoiou a sua decisão por acreditar que ela não seria aprovada. Com o dinheiro do seguro desemprego, pagou seis meses de curso preparatório para o vestibular. Nesse período, estudava oito horas por dia em casa, frequentava o curso preparatório e trabalhava como cabeleireira, realizando pequenos serviços nas casas das clientes. Por não concordar com a sua decisão, sua mãe não a ajudava financeiramente nesse período, limitando-se a cuidar do seu filho. Para Tânia, “estudar por prazer é coisa de rico”, pobre quando quer estudar “é porque quer ascender”. A sua escolha profissional reflete a sua visão pragmática da educação: ela diz que escolheu Direito por eliminação, gosta de Teatro, mas por não trazer retorno financeiro, desistiu do curso. No período da realização da pesquisa, não estava trabalhando e, no segundo semestre de 2009, foi contemplada com a bolsa de auxílio moradia⁵⁷ da Universidade, o que possibilitou pagar as suas despesas na cidade e se alimentar no restaurante universitário sem nenhum custo. Atualmente, reside numa república estudantil e, no período de férias e feriados prolongados, retorna à sua cidade natal para encontrar a sua família.

Carla tem 28 anos e está cursando o seu segundo curso superior. A sua opção por Direito já estava definida ao concluir o terceiro ano do colegial, mas foi aprovada para a sua segunda opção: Museologia. No decorrer da sua formação, se identificou com o curso de Museologia e participou ativamente das atividades do Diretório Acadêmico. Ao se formar, inseriu-se no mercado de trabalho, mas se sentia insatisfeita com a falta de valorização do

⁵⁷ Devido à grande procura dos estudantes pela bolsa de moradia na Residência Universitária e a impossibilidade de atender à demanda, foi criada a modalidade de bolsa auxílio moradia. Assim, os estudantes provenientes de outras cidades do interior ou de outros estados que não têm condições de se manter na cidade e não foram contemplados com a bolsa moradia recebem 250 reais por mês para auxílio nas despesas de moradia na cidade.

profissional e os baixos salários do mercado. Trabalhando 40 horas e ganhando pouco, decidiu se preparar para prestar vestibular para Direito. Tem quatro irmãos e todos estudaram na Universidade Federal da Bahia. O irmão mais velho é médico, a segunda é formada em Letras, a outra é psicóloga e a irmã mais nova está cursando Medicina Veterinária. Os seus pais se conheceram na Faculdade, a sua mãe é socióloga e professora do Estado, e seu pai é petroquímico aposentado. Devido ao casamento e ao nascimento dos filhos, o seu pai abandonou o curso de Medicina e não houve outra oportunidade de retornar ao curso, pois a empresa em que trabalhava o transferiu para Salvador. Ele é sergipano e, no início da carreira como petroquímico, foi contratado no Rio Grande do Sul, onde conheceu a sua mãe, se casaram e mudaram para a Bahia. A sua mãe, filha de imigrantes alemães, morava numa tradicional colônia no sul do país e toda a família trabalhava com agricultura. Insatisfeita com as possibilidades de trabalho, decidiu se mudar para uma cidade maior e cursar Sociologia. Atualmente, Carla e seus pais moram no bairro da Pituba. Até o término do primeiro ano do colegial, Carla estudou em uma escola particular e tradicional de Salvador, mas devido a problemas financeiros, ela e a irmã mais nova foram matriculadas em uma escola estadual próxima à sua residência. Ela se refere a essa experiência como “traumática” e “importante” para a sua formação como ser humano. Carla sempre recebeu o incentivo dos pais para estudar e a prova da primazia da educação em sua família é que hoje não trabalha para se dedicar integralmente aos estudos, sendo seus pais os maiores apoiadores.

Danilo tem 17 anos. Ao completar nove anos de idade, a família se mudou para o interior de São Paulo em busca de emprego, destino esse, segundo ele, de muitos moradores de sua cidade. O seu pai trabalhou no corte de cana na cidade de Taboão da Serra e, depois, trabalhou numa fábrica de sacolas plásticas. Como o padrão de vida era muito alto nessa cidade, retornaram para a cidade de origem, a 83 km de Feira de Santana. Tem um irmão que cursa o segundo ano do segundo grau e também pretende prestar vestibular. A sua mãe é dona de casa e estudou, assim como o pai de Danilo, até o ensino básico. Ele relata que em sua família tem um advogado que é primo de seu pai, e as suas tias se formaram em cursos de licenciatura. Sempre estudou em escolas públicas e decidiu cursar Direito devido à possibilidade de ascensão social. Muitos moradores da sua cidade natal cursam Direito na UFBA, fato que alimentou o desejo de realizar a sua inscrição no processo seletivo. Atualmente, mora em uma república estudantil, dividindo uma casa com mais cinco pessoas e, nos períodos de férias, retorna para a sua cidade natal.

Maria tem 18 anos e sempre estudou em colégios particulares. A sua mãe é tabeliã de uma cidade do interior do Estado da Bahia e seu pai é Juiz Federal. Os pais têm origem

humilde. A sua mãe cursou o segundo grau e o seu pai estudou na Faculdade de Direito na UFBA. Antes de cursar Direito, ele trabalhou como operário da construção civil no Rio de Janeiro e em Brasília. O fato que motivou o seu retorno à Bahia para estudar aconteceu durante um evento no Rio de Janeiro. Ao vê-lo se aproximar do Presidente da República, o assessor lhe questionou com espanto como ele havia conseguido chegar, sem paletó, tão perto do Presidente, argumentando que um homem que se respeitava tinha que comprar um paletó. Após esse incidente, resolveu que “tinha que ser alguém na vida e retornou pra estudar”. Maria tem uma irmã formada em Direito, um irmão formado em Jornalismo e outro irmão que cursa Publicidade. Seu pai critica a escolha dos cursos de seus irmãos por achar que não trará retorno financeiro. Maria prestou o vestibular sem certeza da sua escolha, pois sempre gostou do curso de Psicologia, mas diz que concluirá o curso de Direito. No semestre de 2009.2, também se matriculou em uma disciplina da Faculdade de Psicologia. Maria tem um comportamento diferenciado dos estudantes de classe média alta e alta, transitando em todos os ambientes da Faculdade e possuindo uma visão crítica da segregação que ela percebe na Faculdade. Mora com sua família no bairro da Pituba.

Reginaldo tem 20 anos e é originário da zona rural do interior do Estado da Bahia. Sua mãe é dona de casa e seu pai é lavrador, e ambos não concluíram o ensino básico. Para complementar a renda, recebem ajuda do governo através do programa Bolsa Família. Tem um irmão de 16 anos que aos 14 abandonou a escola e decidiu trabalhar com o pai na lavoura, dizendo que não gosta de estudar. Cansado de “pegar na enxada”, Reginaldo decidiu estudar para ter um destino diferente dos pais. Ao vencer as olimpíadas de Matemática, percebeu que poderia cursar uma faculdade. No primeiro ano que tentou o vestibular, foi aprovado no curso de Direito na Universidade Católica de Salvador, cursando um semestre com a bolsa do PROUNI. No ano seguinte, prestou vestibular novamente para a Universidade Federal da Bahia e foi aprovado. No segundo semestre, foi contemplado com a bolsa residência da Universidade, que o possibilita morar em uma casa de estudantes próxima à faculdade e se alimentar sem nenhum custo. Durante o segundo semestre de 2009, trabalhou como recenseador do IBGE para ajudar nas despesas e comprar um notebook. Assim como Tânia e Danilo, ele encara a formação em Direito de forma pragmática. Para eles, a escolarização e a ascensão social estão diretamente relacionadas.

Ramona tem 20 anos, é originária de Salvador. Seu pai é major da Polícia Militar e sua mãe, dona de casa. O seu pai tem o terceiro grau completo, ele cursou a Formação de Oficiais da Polícia Militar, e a sua mãe estudou até o segundo grau. Ramona e suas duas irmãs estudaram da quinta a oitava série no Colégio Militar do Exército. A sua irmã mais velha

curso Medicina na UFBA e a mais nova está terminando o segundo grau no Colégio Militar. De certa forma, estudar no Colégio Militar é tradição na família. Seu pai e seus tios estudaram lá. Para manter essa tradição, aos onze anos, após terminar a quarta série, os pais a retiraram da escola e a colocaram num cursinho preparatório para o Colégio Militar, onde concorreu a vaga por dois anos, não obtendo sucesso. Aos treze anos, com a idade limite para o ingresso, foi aprovada no concurso da Escola. Para ela, foi como fazer vestibular para Medicina aos onze anos de idade. Mesmo originários de famílias humildes, essa é a terceira geração na universidade. Seu avô por parte de pai é formado em Biologia, mas trabalhava nos Correios, e todos os filhos cursaram a faculdade. Os seus avós por parte de mãe não possuem curso superior, uma tia é bióloga e o tio trabalha na Petrobras, mas não sabe a formação dele. A primeira tentativa de Ramona foi o curso de Jornalismo, mas não foi aprovada. Na sua segunda tentativa, escolheu Direito, porque não deseja passar a dificuldade financeira que os pais tiveram, que exemplifica citando o carro usado do pai, o financiamento do apartamento e as viagens muito planejadas com a família com o intuito de economizar. Atualmente, ela e os pais moram no bairro da Federação em uma rua de classe média alta e classe alta.

Fernando tem 22 anos e entrou na Universidade aos vinte anos. Originário do interior do Estado da Bahia, morou por um ano na Residência Estudantil do seu município para frequentar um curso preparatório para o vestibular. Essa mudança foi o resultado do incentivo de vários membros da sua família: pai, mãe, tia, prima e irmão. Durante esse período, a sua mãe ficou desempregada e trabalhava como babá para conseguir custear os estudos do filho. Como não se sentia confortável com esse esforço coletivo da família por ser muito pobre, decidiu estudar mais para ser imediatamente aprovado no vestibular. A sua rotina diária consistia em acordar às seis da manhã, ir para a biblioteca às sete e estudar até o meio-dia, assistir aulas no curso preparatório no turno da tarde, ir para a biblioteca à noite e estudar até às 22 horas, retornar pra casa, descansar e estudar das 23h30min às 24 horas. Foi aprovado no vestibular da Universidade Católica de Salvador e da Universidade Federal da Bahia. Não sabe qual o grau de escolarização do seu pai, que trabalha como motorista em sua cidade. A sua mãe cursou até a oitava série e trabalhou no mercado da cidade até ele falir, depois abriu um pequeno mercado em sua casa, no qual Fernando chegou a trabalhar no turno oposto ao que frequentava a escola. Seu irmão terminou o segundo grau, casou-se e trabalha na Prefeitura Municipal. No segundo semestre do curso de Direito, Fernando foi contemplado com a bolsa residência da Universidade Federal da Bahia, o que possibilitou desonerar a família.

3.5 A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Situada na Estrada de São Lázaro, a Faculdade de Filosofia possui 6.674,00 m² de área construída e oferece cinco cursos: Ciências Sociais, Filosofia, História, Gênero e Diversidade, e Museologia. No momento em que iniciei a pesquisa, a Faculdade estava em reforma e seu pátio estava desativado. Como a Faculdade tem uma ampla área verde, os estudantes ficavam dispersos, pulverizados no ambiente da instituição. Sem cantina ou pátio para conversar com os estudantes, solicitei a alguns professores acompanhar as suas disciplinas. Acompanhei, durante o segundo semestre de 2009, uma disciplina do curso de Filosofia, uma disciplina do curso noturno de História e uma disciplina do curso de Ciências Sociais. Em sala de aula, adotei a mesma estratégia que usei nos cursos de Medicina e de Direito.

Realizar a pesquisa no Campus da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi uma experiência familiar porque, de certa forma, eu já conhecia boa parte dos professores e a própria dinâmica da Faculdade. Considerando que há uma concentração de cursos voltados para a licenciatura e o bacharelado, percebe-se que há uma alta demanda da classe média baixa e classe baixa. Na própria estrutura dos cursos, é possível verificar que a classe social também influencia as escolhas das habilitações. Filhos de acadêmicos ou jovens de classe média que estudaram em escolas particulares de Salvador direcionam o curso para o bacharelado, já os estudantes de baixo poder aquisitivo escolhem a formação em licenciatura, pois possibilita, de forma rápida, a inserção no mercado de trabalho como professores em escolas particulares ou como professores concursados do Município e do Estado.

Ao comparar com os cursos de Medicina e de Direito, sem dúvida, é possível perceber também que a maior busca por cursos de Filosofia e Ciências Humanas está entre a classe média baixa e baixa. É um fato que não se alterou com a implantação das cotas, assim, o perfil dos cursos segue sem muitas modificações. Talvez o maior impacto que se pode notar tenha sido a criação do curso noturno de História e do curso de Gênero e Diversidade, por atraírem estudantes que já possuem uma graduação e alunos inseridos no mercado de trabalho sem qualquer habilitação.

Ao analisar o perfil dos estudantes durante a pesquisa no campo, percebi que a busca por esses cursos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas se dá entre os estudantes de colégio Estadual, público que é minoritário nos cursos de Medicina e de Direito. Nesses cursos de alto prestígio, existe a prevalência dos estudantes do Colégio Militar do Exército e

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia⁵⁸. Nesse caso, mesmo com a adoção das ações afirmativas, os cursos de alto prestígio, como Medicina e Direito, são ocupados por estudantes das melhores escolas da região. Enquanto nos cursos de baixo prestígio, principalmente nos cursos de licenciatura, predominam os estudantes oriundos das Escolas Estaduais do Estado.

3.5.1 Os estudantes entrevistados

3.5.1.1 Licenciatura em História (noturno)

Anderson tem 21 anos, é natural de uma cidade da região metropolitana de Salvador. Sempre estudou em escola pública, e, por ser muito popular na escola durante o ensino médio, “filava” aula para tocar violão e frequentar bares, tendo sido reprovado no final do ano. No ano seguinte, decidiu estudar à noite e trabalhar, apesar dos apelos da família. Tem quatro irmãos, o mais velho cursou dois semestres de Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Bahia, mas abandonou o curso e, atualmente, trabalha criando projetos para organizações não governamentais. O segundo concluiu o ensino médio e trabalha como técnico em logística. Os outros dois irmãos, mais novos, cursam o ensino fundamental em escola pública da região. Anderson mora com a mãe e o padrasto, ambos cursaram o ensino médio. A sua mãe trabalha com encomendas de *buffet* para festas e tem uma pequena lanchonete em sociedade com a irmã dela. O padrasto trabalha como empilhador. Desde o início do curso, Anderson trabalha na empresa do irmão, e, segundo informa, é dessa maneira que consegue manter um horário flexível de trabalho e se manter financeiramente nesse período de formação. Durante o ensino médio, não imaginava estudar na UFBA.

Bernardo tem 19 anos e é natural do interior do Estado da Bahia. No ensino médio, cursou o normal em magistério, o que dificultou seu acesso à faculdade, pois não havia estudado matérias como física e química. Para se preparar para o vestibular, estudou em casa e cursou o preparatório para o vestibular na comunidade de estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana, curso esse oferecido sem nenhum custo para os vestibulandos.

58 O Colégio Militar do Exército e o Instituto Federal de Educação da Bahia foram bem avaliados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2009. Nessa avaliação, o Colégio Militar recebeu a segunda melhor nota em Salvador e na Região Metropolitana; e o Instituto Federal de Educação da Bahia obteve a terceira maior nota, ultrapassando muitas escolas particulares tradicionais de Salvador, somente sendo superados pelo Colégio Anchieta. Já o Colégio Estadual melhor avaliado obteve a quinquagésima primeira posição. Para maiores informações, verificar: <http://sistemasenem4.inep.gov.br/enemMediasEscola/>.

O pai iniciou a graduação em Ciências Contábeis, mas não concluiu o curso, e trabalha no comércio da cidade. A mãe cursou o ensino médio e é dona de casa. Os pais sempre o incentivaram a cursar uma universidade. Fez a seleção para o curso de História na Universidade Estadual de Feira de Santana por duas vezes, e foi reprovado. Posteriormente, tentou a seleção na UFBA e na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tendo sido aprovado nas duas instituições. No segundo semestre do curso na UFBA, Bernardo conseguiu uma bolsa residência da universidade e desde então mora na Residência Universitária. Trabalha como estagiário no Memorial da Câmara de Salvador.

3.5.1.2 Filosofia – licenciatura e bacharelado

Kauã tem 22 anos e é natural do interior do Estado da Bahia. Cursou o ensino médio no Instituto Federal Baiano, no curso de Agronomia, em sua cidade. O pai estudou até a sétima série do ensino fundamental e trabalha como relojoeiro, e a mãe cursou o magistério e trabalha em uma escola de pequeno porte do bairro. Tem duas irmãs: a mais velha cursa Administração em faculdade particular e a mais nova quer cursar Veterinária. Faz parte da primeira geração que cursa o ensino superior. Participa do Diretório Acadêmico de Filosofia e mora na Residência Universitária da UFBA, tendo direito à moradia e alimentação. Até o período da entrevista, não desenvolvia nenhuma atividade remunerada, se dedicando exclusivamente ao curso de Filosofia.

Ítalo tem 25 anos, é filho único, natural de Salvador. Estudou no Colégio Estadual Manoel Novaes no ensino médio. Cursou dois semestres de Direito na Universidade Católica de Salvador por pressão da família, que por parte de pai tem muitos advogados, mas não conseguiu terminar o curso. Depois, cursou, por dois semestres, Física na Universidade Federal da Bahia, mas desistiu, pois não estava satisfeito. Seus pais são separados e ele, conforme define, tem dois tipos de família: a pobre e a rica. A sua avó materna trabalhou como empregada doméstica e a sua mãe cursou o ensino médio. Não sabe informar o nível de escolaridade de seu pai, dizendo que ele, muito novo, abandonou os estudos. Ao escolher o curso de Filosofia, Ítalo rompeu com a família paterna, devido ao *status* que o curso escolhido possui. Atualmente, mora em uma área pobre do bairro da Federação. Depois de tantas mudanças de cursos, Ítalo está feliz com a sua escolha e participa de um grupo de pesquisa em Filosofia, sendo também integrante da atual gestão do Diretório Acadêmico.

Lara tem 48 anos, e conta que entrou em Filosofia como “uma grande brincadeira”. Antes de cursar Filosofia, cursou Pedagogia a distância. Filha de empregada doméstica, morou em muitas casas onde a mãe trabalhava. Engravidou muito cedo e decidiu se casar, só conseguindo concluir o ensino médio em escola pública após o nascimento dos seus filhos. O marido trabalhava como guia de turismo. Atualmente, ela e o marido possuem uma agência de turismo no Pelourinho. Tem uma filha, de 32 anos, que é assistente social e está fazendo mestrado no Instituto de Saúde Coletiva/UFBA; outra, de 29 anos, que é terapeuta ocupacional e trabalha em Feira de Santana; e um filho mais novo, com 22 anos, cursando a Faculdade de Letras na UFBA.

Artur tem 25 anos, é natural de Salvador, e sempre estudou em escolas particulares da cidade. Tem uma irmã mais velha, formada em Odontologia pela Faculdade Bahiana de Salvador. É graduado em Psicologia e há mais de um ano está inserido no mercado de trabalho. A mãe é graduada em Biologia e é professora do Estado, e o pai fez curso técnico e trabalha no Polo Petroquímico de Camaçari. Enquanto cursava Psicologia, Artur decidiu prestar o vestibular para Filosofia, tentando conciliar os dois cursos, mas ficou estressado com a carga de estudos. Após terminar a sua primeira graduação, dedicou-se à sua segunda formação. Enquanto cursava Psicologia, ele não trabalhava, participando de um grupo de pesquisa e do Diretório Acadêmico. Nesse período, durante o ano de 2004, realizou uma pesquisa na sua faculdade sobre cotas. A partir dessa experiência, se aproximou do movimento negro, mas decidiu se afastar, relatando que, por ser de classe média, sofreu preconceito nesse ambiente. Mora com seus pais no bairro de Brotas.

Danilo tem 25 anos, e fez três seleções: na primeira, para Jornalismo, foi reprovado; na segunda, para Psicologia, foi aprovado para a segunda chamada, mas perdeu o prazo da matrícula; na terceira, foi aprovado para o curso de Filosofia. Sempre estudou em colégios públicos da cidade de Salvador. Tem dez irmãos, desses apenas dois ingressaram em curso superior. A mais velha cursava uma faculdade particular, mas foi obrigada a abandonar por não poder pagar o curso; o outro irmão é formado em Teologia por uma faculdade particular. A mãe era cozinheira e o pai, funcionário público. O pai mantinha duas famílias, sendo a de Danilo a segunda. Ele relata que seus irmãos por parte de pai têm boas profissões, mas não conhece nenhum deles. Na infância, seus pais romperam o relacionamento e a situação financeira da sua mãe e dos seus irmãos se agravou. A mãe e as irmãs mais velhas trabalharam para manter a família, e, após a separação dos pais, não teve mais notícias do seu progenitor. Danilo é casado e tem um filho de dois anos. No turno oposto ao do curso de

Filosofia, trabalha como operador de telemarketing e mora no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

3.5.1.3 Ciências Sociais – licenciatura e bacharelado

Jorge tem 23 anos e é filho único. Até a oitava série do ensino fundamental, estudou em escolas particulares e, para manter o nível de formação, prestou seleção para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Durante o curso, percebeu que não se interessava pela área técnica. Aos 16 anos, enquanto cursava o ensino médio, trabalhou como menor aprendiz. A falta de interesse pela formação técnica, somada às atividades laborais, desencadeou notas baixas e ele foi reprovado algumas vezes, até que, por fim, foi jubilado. Para concluir o ensino médio, Jorge cursou o ensino supletivo. Os pais possuem o ensino médio. Sua mãe trabalha na Secretaria de Educação da Bahia, e seu pai é aposentado e trabalhou com vendas no comércio de Salvador. Jorge faz parte da primeira geração que cursa o nível superior, mas é o único que cursa uma faculdade pública. Não sabe informar o nível de escolaridade de seus avós, e seus tios e tias estudaram até o ensino médio, mas desenvolvem atividades não especializadas e pouco remuneradas. Atualmente, Jorge mora com os pais em um bairro popular da cidade de Salvador.

Gabriela tem 58 anos. Estudou no colégio de aplicação da UFBA, mas abandonou a escola aos 17 anos. Casou, teve filhos e, após alguns anos, retornou aos estudos em uma escola profissionalizante, mas não concluiu o curso. Finalizou o ensino médio no Colégio Central da Bahia. Após terminar o segundo grau, na década de 1980, foi aprovada no vestibular para o curso de Geologia da UFBA. Não se adaptou ao curso por ser muito voltado às ciências naturais e decidiu abandoná-lo. Após 11 anos sem estudar, decidiu prestar vestibular para o curso de Ciências Sociais e, aprovada, retornou à faculdade. Gabriela tem três irmãos, desses, apenas um concluiu o terceiro grau, tendo trabalhado como engenheiro da IBM até se aposentar. Os seus pais eram naturais do interior do Estado da Bahia e não possuíam instrução. Os seus dois filhos estudaram durante o ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e concluíram a graduação na Universidade Federal da Bahia. Atualmente, Gabriela mora num bairro popular da Cidade de Salvador e, no período da entrevista, estava finalizando o curso de graduação.

Léo tem 19 anos, morou em Salvador até os 13 e, por problemas familiares, se mudou com a mãe e o irmão para o interior da Bahia. Ao mudar de cidade, foi matriculado em uma escola pública, na qual cursou o ensino médio. Até esse momento, só tinha estudado em

escolas particulares. O pai concluiu o ensino médio e a mãe cursava Letras, mas abandonou o curso ao engravidar. Ao terminar o ensino médio, Léo mudou-se para Salvador e cursou seis meses de curso preparatório para o vestibular. Desde então, mora com a avó num bairro de classe média baixa em Brotas. Na faculdade, participa de um grupo de pesquisa em Sociologia, não trabalha e tem a ajuda da mãe e da avó para se deslocar na cidade e pagar as despesas básicas do curso.

Lídia tem 37 anos, foi aprovada no vestibular de Ciências Sociais aos 23, curso que começou e não concluiu. Retornou para terminar a sua graduação em Sociologia. As famílias materna e paterna são naturais de Pernambuco, e seus pais mudaram-se para a Bahia devido à aprovação do pai no concurso da Petrobras. Ele havia concluído o ensino médio e se formado na Escola Técnica Federal, conhecida atualmente como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Já a mãe, havia estudado num internato confessional, tendo sido impedida de continuar os estudos por apresentar um quadro de estafa. Lídia e seus irmãos sempre estudaram em escolas públicas. Dos seus seis irmãos, as duas mulheres estudaram no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, uma trabalha no Polo Petroquímico da Bahia desde o final da década de 1980 e a outra está terminando o curso superior de Arquitetura. O irmão mais velho abandonou os estudos e é pastor religioso; o outro irmão também estudou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, mas abandonou o curso. Os outros dois não fizeram o curso superior, sendo o mais novo eletricitista autodidata, e o outro motorista e proprietário de uma pequena empresa de construção civil. O pai de Lídia “tinha um ressentimento muito grande” devido à falta de interesse dos filhos homens pelo estudo, pois em sua casa havia o discurso de “estudar pra ser gente”. Lídia mora no bairro da Federação e, no período da realização da entrevista, trabalhava num projeto da Universidade Federal da Bahia.

Janaína tem 22 anos e é natural de Salvador. Sempre estudou em colégio particular. Tem dois irmãos que são formados pela Academia de Polícia. O mais velho tentou cursar mestrado, mas não teve tempo devido ao trabalho. Antes de estudar na UFBA, Janaína cursou um ano de Jornalismo na Universidade Católica de Salvador, desistiu do curso e optou por Ciências Sociais. A mãe queria que ela fizesse Enfermagem para se inserir logo no mercado de trabalho. O seu pai se formou no ensino médio em Contabilidade e trabalhava, até o seu falecimento, como contador de uma editora. A sua mãe não concluiu o ensino fundamental e é dona de casa. Janaína participou de um grupo de pesquisa em Sociologia, embora estivesse se habilitando em Antropologia. Não trabalhava enquanto cursava a graduação e estudava francês. Mora com a mãe no Bonfim, um bairro de classe média baixa de Salvador.

Eric tem 33 anos e é natural de São Paulo, mas a sua família é natural da Bahia. Os seus pais se conheceram em São Paulo, para onde migraram à procura de emprego. O seu pai não terminou o ensino médio e é rodoviário, e a sua mãe cursou só o ensino básico e é dona de casa. Eric tem dois irmãos. O primeiro, que mora em São Paulo e é filho do primeiro casamento de sua mãe, terminou o segundo grau recentemente e trabalha em *call center*. O outro irmão cursou o ensino médio e seguiu a profissão do pai, sendo também rodoviário. Eric sempre estudou em colégio público. Durante o ensino médio, frequentava o curso noturno de Contabilidade e trabalhava durante o dia. Ao se formar, percebeu que não sabia nada e decidiu retornar ao ensino médio para cursar outra habilitação, mas não concluiu, decidindo então se matricular num curso preparatório para o vestibular. No ano de 1998, foi aprovado na Universidade Católica para o curso de História, mas como não tinha dinheiro para pagar o financiamento, abandonou o curso com 60% das disciplinas cursadas. No ano 2000, foi aprovado em Ciências Sociais na UFBA, porém, devido à falta de dinheiro, resolveu prestar concurso para a Polícia Militar e foi aprovado. Atualmente, está terminando o curso na UFBA e exerce a atividade de Policial Militar, profissão que não lhe agrada muito. É casado e mora em um bairro popular na cidade de Salvador.

3.5.1.4 Geografia – licenciatura e bacharelado⁵⁹

Otelo tem 22 anos e é natural de Ilhéus, tendo sido criado no interior do Ceará, onde ainda residem seus pais e seu irmão. Na época em que seus pais se conheceram, o seu pai era crediário e a mãe preparava-se para ingressar numa universidade em Fortaleza, tendo desistido de prestar o vestibular após o casamento. Por não ter uma boa relação com seu pai, Otelo decidiu morar com a sua avó no interior da Bahia. Otelo sempre estudou em colégios públicos e prestou vestibular para a UFBA e para a Universidade Estadual de Santa Cruz, sendo aprovado em ambos. Ao decidir cursar a UFBA, ele mudou-se para Salvador e conseguiu auxílio para se manter na cidade nos primeiros semestres como bolsista em um programa para cotistas. Atualmente, divide apartamento com uma amiga e não tem auxílio econômico da família, recebendo uma bolsa de iniciação científica e uma bolsa de auxílio

⁵⁹ Apesar de ter entrevistado um estudante de Geografia, não realizei pesquisa de campo no Instituto de Geociências. No período em que realizei a pesquisa de campo na Faculdade de Direito, conheci esse estudante de Geografia que participava de um grupo de pesquisa nessa instituição, no segundo semestre do ano de 2009. Como se encaixava no perfil da pesquisa, decidi entrevistá-lo.

moradia (no valor de 250 reais por mês). Ele encara a formação universitária como um processo libertador.

3.6 Discursos sobre “Cor/raça”

A opção por trabalhar, inicialmente, com a heteroidentificação a partir da pertença desses colaboradores nas categorias intermediárias do *continuum* de cor me possibilitou acessar uma diversidade de discursos sobre a construção de identidade e questionar se a identidade “racial” possui um lugar preponderante em suas vidas.

Considerando que a identidade possui um caráter inacabado (SILVA, 2009: 97), procurei não limitar a interpretação apenas aos discursos relativos à “cor/raça”, pois muitos estudantes demonstraram que esse tema não é central na construção das suas identidades. Em muitos casos, a sexualidade e a classe se tornaram centrais nas suas narrativas. O que pretendo verificar são as motivações que levam a centralidade desses aspectos, que pode ser a “cor/raça”, a sexualidade ou a classe. Essa seção pretende analisar como esses estudantes se identificam, verificar como utilizam o sistema de classificação e quais categorias “nativas” apontadas por Harris são acionadas em seus discursos e em quais momentos.

Dos vinte e oito estudantes heteroidentificados por mim como mestiços, ou situados nas categorias intermediárias do *continuum* de cor, três se identificaram como brancos, quatorze se identificaram como pardos, dez se identificaram como negros, e um aluno se identificou como “outros”, no sentido da negação de uma classificação. Ao quantificar essas autodeclarações, apenas estou simplificando uma complexa teia de relações que se fortalece pelas dinâmicas das imposições e escolhas que esses estudantes vivenciaram até o momento nas suas trajetórias de vida.

Durante as entrevistas, utilizei duas estratégias para abordar os colaboradores sobre auto e heteroidentificação: questionava sobre a identificação “cor/raça” no questionário socioeconômico da inscrição do vestibular e sobre a ancestralidade, perguntando-lhes a qual membro da família se assemelham fisicamente. Assim, foi possível verificar quais categorias utilizam para se identificar e identificar os outros em diversas esferas das suas vidas e compreender a relação entre ancestralidade e discursos sobre “cor/raça”.

A interpretação clássica da mestiçagem, na qual há a junção de duas ou três “raças puras”, foi recorrente nas narrativas de todos os entrevistados em dois momentos: quando se falava da nação e quando se falava da família. Pais, avós, bisavós e tataravós vivenciaram a mestiçagem de uma forma diferente do discurso de embranquecimento e violência, ou seja, a

reprodução do discurso da mestiçagem como uma prática violenta, hierárquica e impositiva não encontra respaldo nas narrativas familiares desses estudantes. Pelo contrário, nas histórias de família, há narrativas de encontros, e nesses discursos da vida privada, a mestiçagem se apresenta de forma “inclusiva” (WADE, 2005).

Ao realizar a inscrição para o vestibular da Universidade Federal da Bahia, o estudante é obrigado a responder um questionário socioeconômico. Nesse instrumento, as questões vão desde a ocupação dos pais à posse de telefone celular e ao acesso à internet. A última questão, de número 34, pede para o aluno escolher entre as opções listadas a que mais “corresponde a sua cor ou raça”. As opções são: branca, parda, preta, amarela, indígena⁶⁰. A inclusão da questão “cor” e “raça” nesse questionário corresponde a um esforço dos pesquisadores brasileiros em descobrir como se operam as desigualdades “raciais” no país (SANTOS, 2002), prática adotada em outros setores da sociedade, como na área de saúde (DIAS; GIOVONETTI; SANTOS, 2009: 13) e na educação infantil e no ensino básico (ROSEMBERG, 2006).

Com o aumento de pesquisas utilizando as categorias de “cor/raça” do IBGE, em diversas instâncias da sociedade, a população tende a apreender essas categorias e eliminar as formas de classificação diversificada que imperavam na sociedade brasileira. Sansone já apontava para esse processo de mudança ao confrontar as autotranscrições de duas gerações de entrevistados (SANSONE, 2004), enquanto Fry (2005a: 194), ao analisar os discursos nativos, apresenta três formas de classificações: “estilo binário”, “estilo múltiplo” e a “redução do tipo múltiplo ou ampliação do tipo bipolar”.

Nesse sentido, ao realizar a inscrição no vestibular, os estudantes já manifestam a sua preocupação pela identificação “racial”, pois, por mais que as ações afirmativas da Universidade Federal da Bahia tenham sido debatidas nos meios de comunicação e em Escolas Públicas e Particulares de Salvador, muitos estudantes estabelecem relação entre as cotas nessa instituição e as cotas raciais. É recorrente a presença da dúvida sobre a aceitação por terceiros das suas escolhas. A tensão gerada sobre a possibilidade do questionamento ou a verificação da instituição⁶¹ para validar a autoidentificação muitas vezes leva o estudante a

60 Para maiores informações sobre o questionário, conferir:

http://www.vestibular.ufba.br/manual/anexo_complementar_I_2008.htm. Desde o ano de 1998, a Universidade Federal da Bahia incluiu o quesito “cor/raça” no questionário socioeconômico da instituição (QUEIROZ; SANTOS, 2005-2006: 67).

61 Quando questionados sobre qual o motivo que os levaram a temer a verificação dos seus dados pela instituição, os estudantes citam o exemplo de outras Universidades que adotaram esse método, principalmente a Universidade de Brasília, devido à repercussão do caso dos irmãos gêmeos idênticos, no qual um foi aceito como cotista e o outro não.

conceitualizar o que seria cada categoria apresentada no questionário e a se identificar por exclusão. Essa relação gera uma tensão e, de certa forma, um policiamento sobre a autoidentificação do estudante. Em alguns casos, essa é a primeira vez que respondem um questionário desse tipo, ou que pensam sobre a autoidentificação “cor/raça”. Dessa forma, as categorias analíticas do IBGE são incorporadas aos discursos escolarizados dessa fatia da população.

No decorrer das entrevistas, percebe-se que essas categorias não são as únicas utilizadas nas classificações, existindo uma persistência da característica relacional apontada por Oracy Nogueira. O que é importante assinalar nesse panorama é como e de que forma os estudantes utilizam essas diversas classificações. No primeiro momento, as categorias do IBGE são acionadas para a autoidentificação, mas, ao situar a família ou as pessoas íntimas, há uma expansão na forma de classificação.

Os colaboradores utilizam duas formas distintas de interpretar a mestiçagem e de classificar “racialmente” que levam em consideração as relações pessoais e impessoais, são dois âmbitos que muitas vezes se mostram contraditórios. O discurso bipolar pode ser utilizado para autoclassificação e a classificação de outras pessoas, mas para classificar o grupo familiar ou as pessoas de convivência próxima utiliza-se a lógica da mestiçagem. Ou, como foi apontado, os estudantes narram a mestiçagem de forma inclusiva e de forma exclusiva.

Esse breve panorama demonstrado reforça as teorias de complexidade das relações raciais no país, pois os diferentes sistemas de classificação podem funcionar paralelamente: um estudante pode ter um discurso bipolar para si e utilizar o sistema múltiplo para realizar heteroidentificações. Na próxima seção sobre discursos de “cor/raça”, apresentarei as autoidentificações dos estudantes para além dos dados quantitativos. De modo a organizar os discursos ou torná-los inteligíveis, irei dividir a próxima seção em quatro subitens, a saber: “brancos”, “negros”, “pardos” e “outros”. Essa divisão aponta, também, para a prevalência da utilização das categorias oficiais no ambiente da Universidade Federal da Bahia, mas não significa que os colaboradores não utilizem outras categorias para se identificarem e identificarem os outros.

3.7 A Autoidentificação: Motivações e Construções de Identidades

3.7.1 Brancos

A incidência da categoria “branco” na autoidentificação nos cursos de alto prestígio contrariou a lógica das interpretações clássicas sobre “relações raciais”. Nessas interpretações, os autores apontavam que indivíduos que frequentavam ambientes de classe média e classe alta geralmente se identificavam utilizando categorias que amenizassem as marcas fenotípicas negras (PIERSON, [1939], 1971; AZEVEDO, [1953] 1996). Para elas, havia uma relação entre a ascensão social e o embranquecimento.

Considerando essas interpretações, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, reconhecidas como espaços majoritariamente frequentados pela classe média e alta, levariam os estudantes de classe baixa a se identificarem como brancos, o que não ocorreu. Também seguindo essas interpretações, os estudantes da classe média e alta deveriam se identificar como brancos devido à posição social que ocupam, outro aspecto de não correspondência entre o resultado da pesquisa e as interpretações clássicas.

Apenas um estudante do curso de Medicina se identificou como branco. Já nos cursos de baixo prestígio, um estudante de Ciências Sociais se identificou dessa forma e um estudante de Geografia também se autoidentificou utilizando essa categoria.

Os estudantes Diogo⁶² e Jorge⁶³ pertencem a diferentes classes sociais, mas possuem duas características que os aproximam: a indiferença em relação à identificação “racial” e a influência da classe social para a determinação dessa identificação. Ao se identificar como branco, Diogo deixa claro que toda a sua família se identifica dessa forma e que esse tema nunca foi uma preocupação para eles. Argumento similar é utilizado por Jorge, que afirma:

Eu sempre me identifiquei como branco, essa questão nunca foi tão importante pra mim, não. Não sei... De família toda branca, então nunca tive... É porque tem pessoas que levam em consideração essa coisa da cor da pele, textura de cabelo... Eu sou branco, eu sempre fui branco, era conhecido como parmalat, amarelo, na escola, na rua... Mas é normal, um é sarará, outro é parmalat, o outro é negão, cada um tem... Eu nunca tive trauma por isso não.

Enquanto Jorge, durante a infância, colecionava apelidos sobre a sua aparência num bairro popular de Salvador por ser mais “claro” que os colegas, Diogo constrói a sua identidade baseada na origem portuguesa de seu avô paterno, mesmo havendo a presença de uma bisavó “de pele mais escura”:

62 Estudante cotista da Faculdade de Medicina.

63 Estudante de Ciências Sociais.

[...] a minha avó de sangue disse que a avó dela de sangue mesmo era morena, não sei como ela falava, morena ou mulata, mas uma pessoa de pele mais escura. A única pessoa na família que vejo que é um pouco mais escura, por exemplo, a minha tia, irmã da minha mãe [...]

A influência portuguesa em sua família é amplamente revivida através de histórias contadas por seus familiares, enquanto a lembrança de sua bisavó é evocada sem rosto e sem história. Para esses estudantes, “ser branco” é uma sentença, no caso de Jorge, dada pelos colegas do bairro popular, e para Diogo, revivida na sua ascendência portuguesa.

Já o estudante de Geografia, Otelo, se identifica dessa forma por uma opção política. Ao realizar a inscrição do vestibular, Otelo se identificou como pardo e disse que até o ano de 2008 se identificava dessa forma. Ao iniciar o curso de graduação, foi indicado por um amigo para a seleção de um projeto que destinava oitenta bolsas para estudantes cotistas. Nesse ambiente, o estudante leu Abdias do Nascimento e as críticas à democracia racial brasileira. Ele relata que, nesse período, foi “tratado com muita indiferença” no programa, devido ao seu tom de pele, e, a partir da sua experiência nesse projeto, passou a negar a categoria intermediária. Todavia, como acredita que nunca seria aceito como negro, decidiu se identificar como branco:

Antes eu falava com facilidade: eu sou pardo! Depois que descobri que esse pardo é algo tão mentiroso, tão falso... Eu deixei o pardo e assumi o branco, mas assumi o branco exatamente nesse conflito de que se você assumir o branco você vai ter que agir de acordo com os comportamentos do branco, que é o branco europeu. Você pode assumir que sou branco e agir de forma dos três povos se unindo. Você pode ser branco de forma de não ser europeu e de não ser norte-americano? É isso aí que estou agora. Não sou mais pardo, sou branco mesmo.

[...]

Eu só me considero como branco porque foi construído na minha cabeça... Porque eu não sou aceito como africano, se eu pudesse ser aceito como africano, eu me identificaria como africano.

Ao se identificar como branco, Otelo pretende negar a categoria intermediária, mesmo que o custo seja se identificar como branco e se situar no topo da “hierarquia racial”. Ao realizar o processo de “desmestização” (VÉRAN, 2010: 12) no momento que se identifica como branco, Otelo reifica a mestiçagem ao argumentar que não é um branco europeu ou norte-americano, é um branco brasileiro, resultado da composição dos “três povos”. Diogo também faz essa diferenciação ao classificar a categoria “branco” como “branco” e “branco que chega arder de olhar aquela branquura toda”. A interpretação da branquidade para esses dois estudantes passa obrigatoriamente pelo mito de origem nacional, a mestiçagem.

A diferença significativa dos discursos sobre “cor/raça” dos estudantes Jorge e Diogo para o discurso do estudante Otelo é que, enquanto os primeiros não enfatizam a composição de suas famílias, Otelo desenvolve a sua narrativa a partir da contribuição do indígena e do branco. Para esse estudante, o embranquecimento não leva à negação da origem, pois, ao afirmar que ele é um branco brasileiro com a formação de “três povos se unindo”, ele dissipa qualquer possibilidade de pureza na sua branquidade.

3.7.2 Negros

A pergunta que eu fazia para iniciar o bloco de questões sobre identificação “racial” era: “como você se identificou no questionário socioeconômico da UFBA em relação à ‘cor/raça’?”. Os estudantes situados nesse bloco responderam: “negra”. É interessante pontuar que a UFBA utiliza as categorias do IBGE: branca, preta, indígena, amarela e parda, ou seja, a categoria “negra” não é uma opção de escolha no questionário. Muitas vezes, embora eu reafirmasse que estava perguntando sobre o questionário socioeconômico da UFBA, a resposta continuava a mesma: “negra”. Desses onze colaboradores que se identificaram como “negros”, apenas um respondeu “preto” no questionário socioeconômico e “negro” ou “negão” no seu cotidiano.

Meu pai era branco [dá ênfase no branco], sabe? Meu pai era muito claro, aquela cor... E a minha mãe era negra. Então, assim, eu me assumo como preto, não digo que sou mestiço, mistura. Se você me perguntar, sou preto. Por isso que eu acho que isso é construção. (Danilo, aluno cotista de Filosofia).

Os colaboradores utilizam a categoria política “negro” (DOMINGUES, 2007: 115) para se identificar e relacionam essa categoria política à categoria analítica “preta”, utilizada no censo do IBGE. Entre esses estudantes que se identificaram como “negros”, há uma grande rejeição à utilização da categoria “parda” e das categorias intermediárias para se identificar, por considerarem que “pardo” não é uma “cor/raça”, encarando-a como uma categoria indefinida, ou vendo-a como uma categoria que enfraquece as organizações negras e a formação da consciência identitária da comunidade pobre e negra.

Eu sou negra! Eu me identifico como negra. Meu pai odeia! Acho que meu pai é preconceituoso. Ele diz: “– Você não é negra, você é morena!” “– Meu pai, fugiu de branca é preto, de cabelo liso, é cabelo duro”. Eu não me importo, não! Eu sou negra. (Ramona, aluna cotista de Direito).

Pardo, que Pardo? Ou você é preto, ou você é branco ou se quiser se identifique como índio. Tem gente que fala moreno jambo. Não! Ou tem cabo verde, negro do cabelo liso. Então eu concebo essas raças no Brasil: negro, brancos, que são poucos, e índios. Eu só trabalho com essas três. (Danilo, aluno cotista de Filosofia).

Mas eu acredito que o pardo é... Uma invenção para amenizar as coisas, sabe? De dizer que você não é lá nem cá, que você está no meio. Acho que é isso. (Léo, aluno de Ciências Sociais).

Eu acho que por essa tomada de consciência mesmo. Pardo, moreno e mestiço são formas de atenuar, eufemísticas, de tratar o negro em contexto de uma sociedade que há discriminação, que o preconceito é latente. Se for uma forma de amenizar uma coisa, na qual reconheço que faço parte, eu dispenso o uso. Negro, tranquilamente... É uma tomada de posição política. É uma demarcação do seu espaço, do seu lugar no mundo, na sociedade de qual você faz parte. (Fernando, aluno cotista de Direito).

Pardo, eu nem sei o que é pardo! Conheço o pardal, um pássaro, mas pardo... Porra! E negro é negro! [...] Eu acho que pardo é uma cor que não é cor, sabia? Meio pra lá do quê pra cá, meio branco, meio preto, meio pardo... (Tânia, aluna cotista de Direito).

Desses onze estudantes que se identificaram como “negros”, três estudantes são do curso de Direito e todos são cotistas; dois alunos são do curso de Medicina, sendo apenas um cotista; três estudantes do curso de Filosofia, sendo dois cotistas; e três do curso de Ciências Sociais, sendo que não há cotistas nesse grupo.

Entre esses colaboradores, foi recorrente a presença de histórias sobre relações interraciais. O mito de origem da nação se apresentou nas histórias de avós índias que “vivia[m] no mato”, imigrantes e negros que se cruzaram em algum momento na trajetória de suas famílias. Nesse sentido, a busca da origem é fundamental para traçar a ascendência não branca. Em tempo de “novas etnicidades”, a história da família é recontada com a perspectiva de valorizar os ancestrais e dar-lhes agência para reforçar o pertencimento “racial”⁶⁴.

Na verdade, é uma mistura, porque a minha avó é filha de uma negra e meu avô era branco, descendente de... Na verdade, nem sabemos contar a história da família direito, mas assim, pela fotografia, meu avô era bem branquinho de cabelo liso e a minha avó negra, de traços negros, e meu pai nasceu o que se chama de mulato, nem sei se é isso hoje, mulato, a mistura... A minha tia

64 Essas narrativas seguem a mesma lógica verificada por Santos, Bortolini e Maio (2005-2006), da relação entre a busca da ancestralidade, nesse caso, a ancestralidade genômica, e o fortalecimento das identidades “étnicorraciais”.

também, na verdade, a minha tia é mais um pouco clarinha do que meu pai é... Eu não cheguei a conhecer o meu avô, mas a minha avó era sertaneja bem branquinha, com os traços... De olhos claros, com cabelos bem lisos... Só que dessa mistura de minha mãe com meu pai os filhos nasceram, os filhos meio que não sei... Não sei se somos pardos... Quando as pessoas me perguntam, eu falo que sou negra. Pelos discursos que tem na mídia, se você tem alguma afrodescendência direta de um negro, você é negra. (Janaína, estudante de Ciências Sociais).

Porque a família da minha mãe vem de uma matriz indígena e africana, os pais do meu avô materno foram escravos, os avós do meu avô foram escravos e a família da minha avó era indígena, então juntou índio e negro. Já a família de meu pai, o que houve foi uma junção de europeus aqui no nordeste mesmo. Porque a família materna, da minha avó, veio da Espanha, que inclusive até o bisavô dela só falava espanhol em casa, o nome da fazenda se chamava Nova Espanha. E a família do pai dele veio de Portugal, que são os Martins... Sei que juntou os espanhóis e portugueses e deu lá meu pai e os africanos deu a minha mãe. Aí eu o brasileiro, né? O Iracema! O Iracema que saiu disso tudo! (Fernando, estudante cotista de Direito).

Da parte da minha mãe... A mãe dela e meu avô são descendentes de italianos, são brancos. Minha vó era branca, tipo clássico de italianos, olhos verdes ou azuis, não me recordo agora e a minha mãe também clarinha, né? Cabelo liso, bem lisinho. Mas meu pai é negrão! Minha avó por parte de pai era filha de escravo, pelo menos é o que contam, né? (Eric, estudante de Ciências Sociais).

A minha família sempre foi muito diversa, sempre teve todos os tipos, todas as pessoas, desde parda, branca, negra, índio... Eu nunca tive essa crise, eu cresci com isso e aceitando que eu era uma mestiça, na verdade, né? Que eu tenho influência de várias outras... Eu tenho de branco, de índio e tenho de negro, por isso que nunca tive conflito. (Tatiana, estudante cotista de Medicina).

A minha mãe é negra, tanto que a minha mãe tem o cabelo muito mais... Eu não sei porque eu nasci com esse cabelo fino porque a minha família toda tem o cabelo duro mesmo, duro mesmo. A minha mãe tem o cabelo duro que ela alisa o cabelo. Porque todo o negro quer ser branco. Meu pai é moreno, negro. A minha avó é negra, negra mesmo. Agora a minha tataravó, da parte da minha mãe, a mãe da minha bisavó tinha o olho azul e o cabelo loiro e a minha bisavó era negra. Vá entender! [ri] (Tânia, estudante cotista da Faculdade de Direito).

O discurso de “negritude” se intercala com o de classe. Para esses colaboradores, pobreza e negritude são sinônimos. Em muitos casos, a situação financeira do estudante é acionada para justificar a autoidentificação como negro. Uma colaboradora, ao ser questionada sobre a sua identificação no questionário socioeconômico da UFBA, respondeu:

Eu estou numa classe social que é o negro que ocupa, entendeu? A classe pobre que não tem dinheiro, que não tem eira nem beira, quem ocupa hoje é o negro. Por isso que me acho negra, porque eu estou nesse patamar, entendeu?

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a tensão entre a autoidentificação e a heteroidentificação. Muitas vezes, a autoidentificação é colocada em prova através de dois argumentos: que não possuem característica de negros, por isso deveriam se identificar como “pardos” ou “morenos”; ou que estão se identificando como “negros” de forma instrumental para obterem vantagens no sistema de ações afirmativas da Universidade. Essa tensão gerada entre a auto e heteroidentificação se intensifica ao serem questionados sobre as suas escolhas para a inscrição no vestibular.

Muitas pessoas me dizem: “– Você colocou como negra para entrar em cotas”. Que porra de cotas! Eu me identifico como negra, eu tenho características de negra, eu tenho jeito físico de negra, a minha família é negra, a minha avó é negra, meu cabelo é duro, eu não gosto, mas é. É um fato. (Ramona, estudante cotista de Direito).

O meu ex-namorado, ele dizia: “– Você tem vontade de ser negra, você tem vontade de ser negra! Você não é negra, você é parda! Olhe pra sua cor! Olhe pra sua mãe!” (Janaína, estudante de Ciências Sociais).

Curso de inglês, prédio, tudo era tudo muito branco e todo mundo dizia que eu era branco. “– Você não é negro, você é moreninho, tá vendo aí?”. Você ouvia em todos os cantos... sempre, todos os cantos. E quando eu dizia que era negro, as pessoas sempre diziam que eu não era negro porque “seu cabelo não é tão duro e sua pele não é escura”. Porque a minha mãe é branca mesmo e meu pai é negro. (Artur, estudante de Filosofia).

Na verdade, uma vez me perguntaram o que coloquei na UFBA e eu falei negra. “– Ah! Porque você colocou negra, você é negra? pelo amor de Deus! Tem cabelo liso, olho puxado”. “– Gente, mas eu me identifico assim e meu ponto de referência são vocês, se vocês são pardos, eu sou negra”. As pessoas me identificam como parda, não me identificam nem como negra, nem como branca. (Tatiana, estudante cotista da Faculdade de Medicina).

Eu me acho negra e quem contestasse seria uma polêmica muito grande. Já que não sou negra, tinha que me provar com que cor eu era. O meu tipo de sangue é “o positivo”, mas junto com o tipo de sangue não sai a minha cor, como eu vou saber qual a minha cor? Eu acho que a UFBA realmente não pergunta isso porque ela quer que você diga como você se vê, não como a sociedade lhe enxerga. E como eu me vejo pode ser que seja diferente como a sociedade me enxerga. Como eu vou saber a opinião da sociedade? E ela não especificou isso no Manual e no Edital de inscrição. Ela colocou lá: cor e etnia. A pergunta não é: como você se enxerga? Qual a cor e etnia que a

sociedade lhe vê? Existe muita diferença! Iria ser uma polêmica muito grande em relação a isso. Tanto é que nem dormi na noite anterior da matrícula, se alguém contestasse que eu era negra, seria uma polêmica muito grande... Bocão⁶⁵... Imprensa do que você pensar... “Eu não sou negra, Bocão”? (Tânia, estudante cotista de Direito).

Narrativas sobre a tensão entre a auto e a heteroidentificação apareceram em diversos momentos durante as entrevistas, e, geralmente, possuíam a função de justificar a aprovação no vestibular através do sistema de ações afirmativas. O caso que será apresentado a seguir foi revelador da tensão que muitos desses estudantes vivenciam ao se identificar. Léo é estudante do curso de Ciências Sociais e não ingressou na Universidade pelo sistema de cotas. Ao ser questionado sobre a sua identificação no questionário socioeconômico, respondeu:

Rapaz, eu me identifiquei... Não sei se tinha pardo... Mas acho que tem pardo. Eu me identifiquei como pardo. Eu fiquei com medo de colocar branco ou colocar negro e não ser nenhuma das duas coisas e não ter como provar, entendeu? Aí eu coloquei pardo. (Léo, estudante de Ciências Sociais).

A entrevista seguia normalmente quando ele fez esta observação:

LÉO: Não, esse pardo que eu falei foi por uma questão de... [silêncio]. Eu coloquei o pardo porque eu não conseguia me identificar dentro... Não é identificar... É porque eu sabia que quando você me visse, você não ia falar que eu era negro, entendeu? Eu tinha esse pensamento. Mas eu acredito que o pardo é... Uma invenção para amenizar as coisas, sabe? De dizer que você não é lá nem cá, que você está no meio. Acho que é isso.

VERA: Porque você acha que eu não te identificaria como negro, ou esse “outro” não te identificaria como negro?

LÉO: Acho que por uma construção social mesmo, sabe? De um estereótipo do que seria uma pessoa negra, acredito que por isso. Que por achar... Que poderia alguém olhar pra mim e dizer assim, já aconteceu muito. “– Ah! Mas você não é negro, você é moreninho”. “– Você é quase da minha cor”. Sabe? Essas coisas assim. Então eu sempre espero que as pessoas falem coisas desse tipo.

Como visto no primeiro capítulo, a partir da década de 1970, cientistas sociais utilizavam, em suas análises, categorias bipolares: brancos e não brancos (HASENBALG, 2005). Nesse mesmo período, o Movimento Negro Unificado adotou oficialmente o termo “negro” “para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país” (DOMINGUES, 2007: 115). Atualmente, a categoria “negro” abarca as categorias “preto” e

65 “Se Liga Bocão” é um programa sensacionalista de denúncia, apresentado por José Eduardo, transmitido no Estado da Bahia.

“pardo” nas análises estatísticas. Ao se identificarem como “negros”, os estudantes estão reproduzindo a lógica do Estado e do Movimento Negro, pois, ao justificarem as suas escolhas, referem-se a dois argumentos: estarem situados em classes baixas e possuírem ascendência negra. Além disso, o nível de rejeição das categorias intermediárias na autoidentificação reforça o argumento da reprodução da lógica dessas instituições.

3.7.3 Pardos

Dos treze estudantes autodeclarados pardos, quatro são estudantes de Medicina, quatro são estudantes de Direito, um de Filosofia, dois de História e dois estudantes de Ciências Sociais. Nessa amostra, destaco os estudantes cotistas em cada curso: dois estudantes em Medicina, dois estudantes em Direito, um em Filosofia e dois em História.

Entre os colaboradores que se identificaram nas categorias intermediárias do *continuum* de cor, duas estudantes não se autodeclararam utilizando a categoria “pardo”, elas empregaram as categorias “mestiço” e “mistura”.

Olhe Vera, hoje eu me identifico como mestiça. Por que... Na verdade, eu acho isso muito complicado no Brasil, porque somos um povo mestiço, tem a pele branca... Tem a pele parda, tem a pele preta... É todo mundo mestiço... Uns com uma variação menor e outros com uma variação maior. [...] Pardo é um moreno em várias gradações. (Gabriela, estudante de Ciências Sociais).

Eu não sou branca, nem sou negra... Eu não sei, eu sou uma mistura. (Maria, estudante de Direito).

Muitos colaboradores criticaram a categoria “parda” utilizada no questionário socioeconômico da Universidade Federal da Bahia e nos censos nacionais, principalmente por sua característica indefinida e pouco esclarecedora: “Pardo eu nem sei o que significa, o que é pardo, acredita?”⁶⁶. A escolha da “cor/raça” no questionário socioeconômico da UFBA gerou apreensão entre os estudantes. Eles acreditavam que a autodeclaração seria colocada à prova pela Instituição através da realização de avaliações fenotípicas e sabatinas sobre a categoria

66 Bernardo, estudante cotista do curso de História.

escolhida⁶⁷. Ao abordarem esse temor, os estudantes questionam a definição da categoria “parda” e não encontram respostas, enquanto as categorias “branca” e “negra” são bem definidas socialmente.

Esses colaboradores reverberam a lógica de Harris et al. (1993) ao argumentar que a categoria “parda” é muito específica e não representativa para ser utilizada nas pesquisas oficiais do Estado. Por ter uma característica muito peculiar, o termo “pardo”⁶⁸ é utilizado em situações formais. Nas identificações informais, termos como “moreno”, “morena”, “mestiço”, “mestiça” são mais utilizados.

O “não lugar” do mestiço é vivenciado de forma intensa por estudantes que possuem o tom de pele mais “claro”, principalmente por aqueles que buscam inserção em organizações negras, experiência que não é sentida com tanta intensidade à medida que o tom da pele “escurece”. Para esse grupo, o reconhecimento da identidade negra⁶⁹ e das desigualdades “raciais” não é excludente da assunção da mestiçagem.

Eu fui com uma amiga para uma reunião do movimento negro e as pessoas ficavam me olhando, as pessoas ficavam: “– Tá fazendo o quê aqui?”. Parecia que estava olhando assim. É bizarro isso! Quando eu faço essas coisas, eu sou muito revoltada. “– Eu estou aqui porque estou aqui, se não gostou venha tirar pergunta”. E aí assim, isso é um processo pra mim difícil e até hoje é, eu não sei dizer pra você, eu sou assim, não sei, não sei. Não sei se sou negra ou se sou branca, eu sou mestiça. Agora eu acho que o que mais precisa de mim é o lado negro, principalmente aqui na Bahia, a maioria negra e ninguém se assume. Eu prefiro dizer que sou negra em determinadas situações. Inclusive eu já falei: eu sou negra. E o povo ria. (Carla, estudante de Direito).

Já fui chamado de Sarará de formas depreciativas. Uma vez me chamaram de branca e a Ialorixá respondeu: “– Branco, que branco? Ela é sarará e sarará é dos piores pretos que tem”. Eu acho que sarará é o preto que não deu certo, porque o próprio preto tem preconceito com ele. Na hora de compartilhar eu era branca, mas na hora de trabalhar eu era negra. Eu convivi com esses dois mundos. (Gabriela, estudante de Ciências Sociais).

Pois é, eu sou mestiça que quero empretecer. Eu passei por várias situações quando eu deixei o meu cabelo rasta. Passei uma situação... Um cara falou assim: “– Pra ser rasta, minha filha, vai ter que nascer de novo!”. O outro

67 Os estudantes acreditavam que seriam entrevistados por uma comissão similar às comissões encontradas nas Universidades UNB e UFSC.

68 A definição da categoria “pardo” no dicionário Houaiss está assim expressa: 1 de cor escura, entre o branco e o preto. 2 branco sujo, escurecido. 3 de cor fosca e que pode variar do amarelo ao marrom escuro. substantivo masculino 6 a cor escura, entre o branco e o preto. 7 m.q. *mulato*.

69 Segundo Pinho (2004: 79), o fenótipo, a cor de pele e a textura de cabelos, “exerce[m] um papel identificador fundamental” na constituição da identidade negra de cunho essencialista.

passou e disse: “– Seu cabelo tá lindo!”. “– Eu sou rasta, meu irmão, sacou? Não é você que vai dizer o que eu sou, o que eu não sou”. Isso é do lado de um negro que me vê como intrusa, não é? Por outro lado, eu já ouvi de uma pessoa aqui, que eu não vou citar nomes, que ela falou assim: “– Lídia mesmo, se ela quiser, ela pode passar por branca”. Eu respondi: “– Ainda bem que não estamos no século XIX, né? Porque eu não tenho interesse nenhum de passar por branca. Eu quero passar pelo que eu sou e é isso aí mesmo”. E ela estava me usando como exemplo... (Lídia, estudante de Ciências Sociais).

A inserção nesses espaços de negritude baiana potencializa situações conflitantes entre as motivações pessoais e, por outro lado, a representação que persiste na sociedade do mestiço ambíguo e individualista. Essas experiências desenvolvem o sentimento de “não lugar” na sociedade, pois, ao se posicionarem criticamente contra o racismo e as desigualdades “raciais”, os sujeitos buscam essas instituições “negras” com o sentimento de pertencimento, de compartilhamento das desigualdades vividas.

A crítica aos mestiços na sociedade tem resistido às mudanças apontadas pelo censo brasileiro, que indica o aumento do número de pardos autodeclarados no território nacional. O crescimento desses números é o resultado do processo de valorização da negritude, iniciada na década de 1970 com os movimentos sociais e, a partir do século XXI, pelo Estado com a implementação de várias políticas públicas voltadas para a população “negra”. Nesse sentido, o crescente interesse de “pardos” ou “mestiços” por instituições negras é reflexo da própria mudança social ocorrida nessas quatro décadas.

Acho que enegrecer hoje é atividade política, acho que é muito mais você poder se posicionar frente à questão política, do que qualquer outra coisa, até porque essa é a medida possível, em termos práticos, né? Se eu não quis embranquecer, enegrecer vai ser mais difícil ainda, né? Então eu acho que é muito isso, entendeu? É no discurso. Eu acho que meu discurso é esse. E eu quero cada vez mais afinar o discurso nesse sentido, eu acho que você só quebra o racismo com o debate e o debate com criança. Essa é a minha meta. Mais nesse sentido de fortalecer um discurso político engajado com essa temática, de não discriminação, de não preconceito, de não valorar o que é negro, de matriz africana como uma coisa negativa, muito pelo contrário. (Lídia, estudante de Ciências Sociais).

Os estudantes autodeclarados como “pardos” estão divididos em dois grupos: o primeiro, minoritário, não considera a identificação “racial” preponderante em suas vidas; o segundo possui o discurso de nação mestiça, que considera todos os brasileiros, em última instância, frutos da mistura das “raças”.

O perfil dos estudantes que não consideram a identificação “racial” preponderante é predominantemente não cotista, e a inscrição do vestibular foi o primeiro e o único momento no qual pensaram sobre a identificação “racial”.

BENTO: Me identifiquei como pardo.

VERA: Porque você se identificou assim?

BENTO: [Ri] Porque não sou negro e nem [Gargalha]... Nem amarelo... Eu sou pardo mesmo, cara! (Bento, estudante de Medicina).

Sobre cor? Assim, eu nunca viajei muito na classificação se eu sou alguma coisa ou não, eu sempre me chamei de moreno. Eu lembro um dia que fui fazer um exame e a mulher estava preenchendo uma ficha e perguntou a minha cor, eu disse: “– negro”. Ela falou: “– negro? [ri] você não é negro, não. Você é pardo”. Então eu sou pardo! A minha mãe é neta de índio, a minha família é uma mistura muito louca. Eu tenho uma irmã negra, ela é negra e o cabelo é liso, ela é cabo verde e a outra é mais ou menos da minha cor, cabelão compridão, traços indígenas. Meu pai é branco, meu avô é branco, olho verde, cabelo liso. É uma mistura! (Kauã, estudante cotista de Filosofia).

MARIA: Eu não sou branca nem sou negra... Eu não sei, eu sou uma mistura.

VERA: Você pensava sobre isso, na escola, em casa com sua família?

MARIA: Não, não. Eu sei que branca eu não sou! Eu sempre digo que sou morena, mas morena também não é cor. Então não sei! (Maria, estudante de Direito).

A estudante Nicole, do curso de Medicina, ao falar sobre a sua autodeclaração, afirma que se identificou como parda. Ao ser questionada sobre o que motivou essa identificação, respondeu: “É o que geralmente tem pra você escolher, né?”. As identificações realizadas por esses estudantes cotidianamente são baseadas no *continuum* de cor, sendo recorrente a utilização do termo “moreno(a)” para se identificar.

O último grupo possui o discurso voltado para o conceito clássico de mestiçagem da nação brasileira, no qual todos seriam mestiços, independentemente da “cor” da pele. A mistura de “raças” que formou a nação é representada nas histórias de família de duas formas: com a representação das “três raças”, ou através de uma mestiçagem longínqua e imemorável, presente fenotipicamente através do *continuum* de cor familiar.

Rapaz, eu coloquei a minha cor com a cor que mais me identifico que é pardo. Primeiro lugar, a minha família... Eu não sou europeu! O Brasil é o país da miscigenação, se você for olhar não existe uma cor branco no Brasil exatamente, não existe uma cor negro aqui no Brasil exatamente. Primeiro lugar porque já misturou tudo, né? Oriental aqui pode existir alguns, mas

mesmo assim já deve ter sangue brasileiro, né? Porque a miscigenação corre na veia do brasileiro. Eu coloquei pardo, mas não tem uma cor pra mim assim.

[...]

Não sei toda história não. E tenho um ancestral que era italiano e ele veio para o Sul no ciclo do café. Não deu certo, ele veio para a Bahia e encontrou com uma mulata e se apaixonou pela mulata, como todo mundo sabe, aí misturou, né? Minha avó por parte de mãe conta que ela é descendente de índio, ela tem muito conhecimento com as ervas, ela é tipo um boticário, sabe? Ela aprendeu desde pequena com a mãe dela. A avó dela que era índia e se casou com um negro, aí virou... O que pode se chamar mesmo... Tem uma denominação, mas eu não me recordo. Aí ela herdou tudo isso... Ela tem uns traços de índio, um rosto meio balãozinho... (Bernardo, estudante cotista de História).

Já me identificava assim. Não foi questão de obter uma vantagem com isso, mas porque já me identificava assim. O meu pai é basicamente negro, não tanto...

[...]

Essa questão de cor... Eu levei mais pela questão da origem dos povos aqui no Brasil. Ninguém é totalmente branco, ninguém é totalmente pardo, ninguém é totalmente negro, ninguém é totalmente índio. Há uma miscigenação. E essa miscigenação que permite a você uma certa liberdade, de não... De escolher...

[...]

Na minha família mesmo, tem gente de todo tipo, tem descendentes de índios, tem brancos, tem negros, índios, tem brancos, brancos amarelos, entendeu? (Danilo, estudante cotista de Direito).

Meu pai era descendente de um italiano com uma negra e a minha mãe era a mestiça em milésima geração. Aquela mestiça, da mestiça, da mestiça, do mestiço, bororó. Que finalmente era uma mestiça! Uma pessoa de pele branca, cabelo encaracoladinho como o meu, não era essa pele branca vermelha, mas era uma pele branca. Você vê que vários graus de miscigenação. Meu pai tinha uma pele branca, um cabelo assim [encaracolado], ele tinha uma pele branca pálida. Muitos pobres, muitos simples.

[...]

Olhe, Vera, hoje eu me identifico como mestiça. Porque... Na verdade, eu acho isso muito complicado no Brasil, porque somos um povo mestiço, tem a pele branca... Tem a pele parda, tem a pele preta... (Gabriela, aluna de Ciências Sociais).

3.7.4 Outros

Eu não me sinto nem negro e nem branco, não me sinto nem europeu, africano... Eu me sinto brasileiro, baiano... Ainda mais que a minha família tem os dois extremos, tem um pouquinho de tudo. Aí, não me sinto negro... As pessoas falam que eu sou preconceituoso, mas eu não sou! Eu não me sinto negro, não me sinto branco, não me sinto, não. Eu não vivo na África, entendeu? Eu não vivo na África! Claro que por parte da minha mãe... Até a minha avó, minha avó que era negra assim, que ia pra samba, pra

candomblé... De vez em quando, ela ia pro candomblé e quando dava na telha dela, ela ia pra missa também. É bem eclética! Aí o ambiente do meu pai é altamente conservador, assim. E, definitivamente, eu cheguei à conclusão que eu não sou nada disso. (Ítalo, estudante cotista de Filosofia).

Ítalo é visto como “reacionário” no seu grupo de amigos por não se identificar com nenhuma categoria de “cor/raça”, e, quando questionado sobre qual a sua identificação, responde com naturalidade: outros. Ele optou por não se identificar nos censos oficiais e nas classificações cotidianas por não se sentir contemplado por essas categorias. E declara que, por sempre ter vivido em dois mundos opostos, no caso, o da família do pai e o da família da mãe, não se sente confortável em escolher uma identificação que restrinja a sua identidade. Em suas narrativas, a mestiçagem em sua família é retratada a partir do mito fundacional das “três raças” formadoras da nação.

3.8 A “Experiência Vivida” e as Relações Raciais Brasileiras

Ao analisar os dados quantitativamente, poderia afirmar que, em relação à “cor/raça”, os dados encontrados correspondem às taxas do censo, no qual se verifica o crescimento de autodeclarados como pardos e pretos. Além disso, a baixa taxa de estudantes identificados como brancos contraria as interpretações sobre o embranquecimento no Brasil. Mas, ao analisar os dados qualitativos, percebe-se a tensão entre a hetero e a autoidentificação desses colaboradores, principalmente entre os estudantes cotistas autodeclarados “negros” e os estudantes que possuem o tom de pele mais “claro”, já que esses têm suas escolhas questionadas ou confrontadas.

É interessante pontuar que a Universidade é um ambiente no qual os discursos sobre “cor/raça” e o acesso ao ensino superior são fiscalizados pela sociedade. Os debates mediados sobre quem poderia ter ou não acesso ao sistema de ações afirmativas foram acompanhados exaustivamente pela parcela da sociedade potencialmente afetada, de forma positiva ou negativa.

É interessante pontuar também que, mesmo inseridos em ambientes, segundo Fry (2005a: 195), caracterizados pelo uso do sistema bipolar, no caso, os universitários e os do movimento negro, a “marca” (NOGUEIRA, 1998) ainda possui papel preponderante no

sistema de relações raciais brasileiro. A aparência permanece sendo sistematicamente utilizada, inclusive nesses ambientes onde o discurso de “origem” é estimulado. Em contrapartida, os estudantes enfatizam, em suas histórias de família, o encontro de “raças” para comprovar a ascendência não branca. Também é comum relacionarem classe à “raça”, utilizando o argumento da manutenção de desigualdades estruturais destinadas ao povo “negro” na sociedade brasileira. Dessa forma, eles “demarcam fronteiras” e estabelecem a identidade não branca (SILVA, 2009: 82).

3.9 Categorias “Nativas” Revisitadas

Como visto, o ambiente da Universidade Federal da Bahia é diretamente influenciado pelos discursos de identidade “racial”, uma vez que, a partir do momento da inscrição no vestibular, o estudante deve autodeclarar a sua “cor/raça”. Como a autodeclaração é diretamente relacionada aos debates sobre ações afirmativas, há um autopolicimento em relação à escolha da identificação oficial realizada no processo seletivo dessa Universidade.

Ao analisar as auto e heteroidentificações no âmbito da Universidade Federal da Bahia, foi possível verificar que os colaboradores utilizam a classificação bipolar concomitantemente à classificação de estilo múltiplo (FRY, 2005a: 194), reforçando as interpretações que apontam para a persistência dos sistemas “tradicionais” de classificação.

Com intuito de examinar o grau de mudança no sistema de classificação “racial” brasileiro, utilizei as categorias “nativas” encontradas na pesquisa de Marvin Harris (1970) para verificar quais são utilizadas e em qual contexto. Assim, foi possível verificar quais categorias “nativas” encontradas por Harris são utilizadas em um ambiente influenciado diretamente pelo sistema de classificação oficial. Em sua pesquisa, Harris encontrou os seguintes termos: “preta”, “branca”, “sará”, “morena”, “alvo”, “claro”, “cabo verde” e “mulato”.

Após analisar as entrevistas, inventariei cada categoria seguindo o critério de utilização para auto e heteroidentificação. A partir desses dados, obtive o seguinte resultado. Dos termos listados, verifiquei que em nenhum momento foi utilizada a categoria “alvo”; a categoria “sará” foi utilizada por dois colaboradores: o primeiro, para informar sobre as possíveis classificações que existem num bairro periférico de Salvador e o segundo, ao listar as formas com que já foi identificado “racialmente” em alguma ocasião da sua vida, mas em nenhum momento foi utilizada para auto ou heteroidentificação.

É comum a utilização do *continuum* de cor para realizar identificações relacionais com os membros da família. Nesse caso, foram utilizados os termos “cabo verde” e “mulato”. O termo “cabo verde” foi citado por três colaboradores, enquanto o termo “mulato” foi citado por quatro. Em relação à categoria “preto”, apenas um aluno se autodeclara a utilizando, e cinco alunos a utilizam de forma relacional para indicar a tonalidade da pele. Onze estudantes utilizaram a categoria “moreno”, três para se identificar e identificar membros da família, e oito estudantes a utilizaram para identificar outras pessoas. Quinze estudantes utilizaram a categoria “claro” ao realizar identificações relacionais com base no *continuum* de cor: eles se identificam e realizam identificações utilizando essa categoria. E vinte e sete estudantes utilizaram a categoria “branca”, mas somente três se autodeclararam “branco”.

Os termos que representam o caráter multiestratificado do *continuum* de cor, como sarará, “alvo”, “cabo verde” e “mulato” são substituídos por categorias oficiais menos estratificadas. É interessante sinalizar o baixo índice da categoria “preto”, considerando que, como é um termo oficial do censo brasileiro, esperava-se um maior uso. As categorias utilizadas de forma relacional nas identificações persistem no sistema de classificações, independentemente de o interlocutor utilizar o sistema bipolar de classificação ou o sistema múltiplo. Nesse sentido, os termos “moreno” e “claro” são usualmente utilizados para indicar a posição do identificado no *continuum* de cor.

As únicas categorias oficiais do censo brasileiro, “branco” e “preto”, são utilizadas de formas discrepantes. Enquanto a categoria “branco” é usualmente utilizada, principalmente para realizar heteroidentificações, a categoria “preto” tem sido substituída pela categoria “negro”, cuja definição, como visto, abarca desde a cor de pele e a classe social, até o posicionamento político.

Ao analisar os discursos sobre “cor/raça” em uma revista nacional, Fry (2005a: 194), chega à conclusão de que atualmente utilizam-se no país três modos de classificação: “estilo múltiplo”, “estilo binário” e “redução do tipo múltiplo ou ampliação do estilo bipolar”. Segundo o autor, o estilo múltiplo se caracteriza por utilização ampla das categorias; o estilo binário ou bipolar utiliza apenas duas categorias: “branca” e “negra”; a redução do tipo múltiplo ou ampliação do estilo bipolar faz uso de três categorias: “branca”, “preta” e “parda” ou “negro”, “branco” e “mulato”.

A utilização das categorias “nativas” analisadas demonstra que, entre esses colaboradores, há o uso simultâneo da “redução do tipo múltiplo ou ampliação do estilo bipolar” e do “estilo múltiplo”, visto que, mesmo os colaboradores que se identificavam através da lógica bipolar, utilizavam categorias diversas para realizar heteroidentificações,

principalmente quando se tratava de membros da família. As categorias “claro” e “escuro” são sistematicamente acionadas para situar relacionalmente os indivíduos heteroidentificados.

3.10 O Olhar dos Discentes: a Vivência em uma Instituição com Ações Afirmativas

O tema ações afirmativas nas Universidades brasileiras tem sido objeto de discussões em diversas esferas da sociedade desde o final da década de 1990, mas o debate se intensificou nos primeiros anos da década de 2000. A adoção das ações afirmativas gerou uma série de pesquisas nas Universidades brasileiras para se medir o impacto da adoção das cotas nessas instituições.

Ciente do farto material existente sobre as ações afirmativas, iniciei o trabalho de campo sem nenhum interesse em pesquisar esse tema na Universidade Federal da Bahia. No período da realização das entrevistas e durante as conversas nos corredores das Faculdades dessa Universidade, verifiquei que havia duas questões recorrentes suscitadas pelos alunos, independentemente de serem cotistas ou não: 1) a segregação existente entre estudantes cotistas e não cotistas na Faculdade de Direito; 2) a presença maciça dos estudantes do Colégio Militar do Exército e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia nos cursos de Direito e de Medicina.

Em contrapartida, verifica-se que o acesso a esses cursos de estudantes de Escolas Estaduais tem sido ínfimo, comparado com o ingresso dos estudantes do Colégio Militar e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Em compensação, nos cursos de baixo prestígio, percebe-se a prevalência dos estudantes oriundos das Escolas Estaduais do interior e da capital do Estado. É importante salientar novamente que o Colégio Militar e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia estão situados nas primeiras colocações das Escolas de Salvador e da Região metropolitana, enquanto o melhor colégio Estadual avaliado encontra-se na quinquagésima primeira colocação no *ranking* do ENEM. Em conversa com uma estudante cotista de Medicina que estudou no Colégio Militar, ela afirma:

A intenção das cotas eu acho legal, mas, na prática, acho totalmente errada. Cotas pra Medicina e pra Direito não existe! As pessoas que estão dentro da faculdade... Eu não sei, que não posso falar dos outros cursos, mas aqui em Medicina e em Direito, porque a minha irmã faz Direito, não é inclusão social. Acho que é muito pouco dizer que as cotas é pra quem veio do Colégio público, pra quem se considera negro ou pardo... Acho que deveria ser por condições financeiras, sabe? Porque no Colégio Militar os carros não são tão diferentes dos carros da Faculdade de Medicina, não. Todo mundo permanece estudando, todo mundo pratica esporte, todo mundo faz curso de

inglês, tem uma qualidade de vida muito diferente. Inclusão social? Tinha que ter uma reformulação do que são as cotas hoje, sabe? (Flávia estudante cotista da Faculdade de Medicina).

Eu aprendi muito na faculdade. Eu entrei na faculdade, eu não sabia escrever direito, a minha visão política mudou... E, às vezes, o pessoal que não é cotista que pegam o texto lê num minuto e em dois minutos já está discutindo. Tem diferença. As minhas amigas do Viera, é diferente. Pegavam a minha redação e cortavam com caneta vermelha, entendeu? E só faziam isso porque eu era cotista. Eles tinham o prazer de mostrar “– você não consegue fazer isso”, sabe? E quando eu ia escrever a minha redação, vinha cheia de erros, de concordância... E eu sei que muitos colegas meu sentem a mesma coisa! Eu passei por várias dificuldades, de precisar [de] um livro e não ter o livro, e os colegas que compravam sacaneavam você por ter que depender da biblioteca. São coisas assim que eu procuro não me preocupar. No primeiro semestre, foi um trabalho de Constitucional, foi um trabalho que me marcou muito. A gente fez um trabalho e como achávamos que estava todo mundo no mesmo nível, a gente fez o trabalho separado pra depois condensar, quando o pessoal que não era cotista que pegou o texto, que eram um pessoal com um nível diferente do nosso. Porque há diferença realmente entre cotista e não cotista. O cotista quando pegava o erro abordava de uma forma diferente, mas os que não eram cotistas escaldavam: “– Não acredito! Olha o que você escreveu aqui”! Realmente, o cotista passa por dificuldades e eu acredito que outras pessoas sintam dificuldades. E raramente você vê um desses meninos que são cotistas fazer uma pergunta e o professor falar assim: “que boa pergunta”! Lá quem não é cotista é filho de gente rica. Rico, Rico mesmo. Muito filho de Juiz, filho de desembargador, rico mesmo. Hoje eu acho que sou classe média porque meu pai não tem outras preocupações. (Ramona, estudante cotista da Faculdade de Direito).

É importante abordar essas questões de diferença e preconceito social no presente trabalho porque é a partir dessas experiências que os estudantes constroem a sua identidade. No caso da identidade “racial”, verifica-se que o confronto dos estudantes cotistas com a realidade economicamente excludente vivenciada em suas instituições de ensino tem contribuído para que esses estudantes se posicionem em categorias que historicamente vivem em desvantagem social, como é o caso das categorias dos “negros” e “pardos”. Ao analisar as autodeclarações, verifiquei que uma parcela significativa de estudantes dos cursos de Medicina e de Direito pontua que nunca pensou sobre “cor/raça” até o momento do vestibular. No decorrer das entrevistas, percebe-se, em seus discursos, a estreita relação entre classe e “raça”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como intenção discutir as “relações raciais” na perspectiva das categorias intermediárias do *continuum* de cor. Para isso, realizei vinte e oito entrevistas semiestruturadas com estudantes de cursos de alto e baixo prestígio da Universidade Federal da Bahia para verificar como pensam e vivem a identidade “racial”.

Ao analisar a mestiçagem para além da ideologia escamoteadora de diferenças, foi possível construir o campo baseado na complexidade das relações raciais locais. Dessa forma, foi possível compreender os processos de mudança e persistência que ocorreram nesse campo de estudo. Estructurei a pesquisa a partir da heteroidentificação para verificar como esses estudantes situados no *continuum* de cor se identificam “racialmente”.

Durante a realização da pesquisa de campo, a relação entre cotistas e não cotistas foi abordada pelos estudantes dos cursos, inquietação “nativa” que incorporei ao texto. O acesso de escolas públicas federais aos cursos de alto prestígio suscitou o questionamento sobre o caráter “inclusivo” das ações afirmativas nos cursos de Medicina e de Direito. Nesses cursos, as cotas estão “destinadas” às melhores escolas públicas do ensino médio: o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, e o Colégio Militar, criando uma nova barreira para os estudantes de escolas públicas estaduais.

Ao analisar o sistema de classificações “raciais”, fica evidente que, com a popularização dos censos nas áreas da educação e da saúde, os termos oficiais de classificação serão paulatinamente assimilados pela população, visto que a autoidentificação desses alunos atualmente é realizada a partir dessas categorias oficiais. Ainda em relação ao sistema de classificação, foi observada a utilização de dois estilos de identificação: a redução do tipo múltiplo ou ampliação do estilo bipolar e o estilo múltiplo. Dessa forma, os estudantes realizam a autoidentificação utilizando as categorias oficiais e, ao identificar amigos ou familiares, utilizam as categorias do *continuum* de cor.

Mesmo ocorrendo transformações no sistema de classificação, a aparência ainda mantém um papel preponderante no processo de heteroidentificação, inclusive em espaços onde há o predomínio de discursos bipolares baseados na ascendência. A coexistência dessas duas formas de classificação, baseadas na “marca” e na “origem”, é vivenciada de forma intensificada por mestiços com o tom da pele mais “claro”.

É importante pontuar que as autodeclarações desses estudantes refletem as transformações ocorridas nessa última década, motivadas a partir das discussões sobre

desigualdades e “raça” na sociedade brasileira⁷⁰. O baixo índice de autodeclarados como “branco” em espaços de classe média e alta reforça essa tese. Acredito que as motivações que levam a essas declarações estão diretamente voltadas para as discussões sobre desigualdade e “raça” promovidas pelo Estado, aliadas ao esforço do movimento negro, nessas últimas décadas, em valorizar o “negro” na sociedade brasileira.

Retornando à discussão sobre a identificação baseada em interesses pessoais, no caso, ser beneficiário das ações afirmativas, acredito que a delimitação das fronteiras identitárias se constrói pela exposição ao discurso sobre “raça, cor e identificação” na sociedade. Dessa forma, os estudantes, em algum momento, serão obrigados a se questionar sobre a identidade “racial”, seja no momento da inscrição no vestibular, ao responder o censo, ou em alguma discussão nas salas de aula ou nos corredores da universidade.

70 Durante o ano de 2010, foi veiculada a campanha “Censo 2010 Declare a sua cor!” promovida pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O objetivo dessa campanha era estimular os brasileiros a responderem corretamente a questão sobre “cor/raça”. Dessa forma, contribuiriam com as pesquisas com recorte “racial”. Essa campanha foi veiculada em todo o país, o que mostra uma maior exposição da sociedade a esses temas.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Geopolítica da mestiçagem. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 11, p. 49-63, jan. 1985.
- ALMEIDA FILHO, Naomar et al. *Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.
- AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ANJOS, José Carlos dos. O tribunal dos tribunais: onde se julgam aqueles que julgam raças. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 232-36 2005.
- ARAÚJO Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006. 195-203.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes. Vocação científica e compromisso de vida. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 310-323.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. A recusa da “raça”: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 297-320, jul./dez. 2005.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos? *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 222-4, 2005.
- AZEVEDO, Thales de (1953). *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio*. 2. ed. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.
- AZEVEDO, Thales de. *Civiliza o e mestiçagem*. Ensaios – Série em miniatura. Salvador: Progresso, 1951. v. 6.
- AZEVEDO, Thales de. Mestiçagem e status no Brasil. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, Coimbra, v. I das ACTAS do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. 1964. 5-30.
- BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BAKKE, Rachel Rua Baptista. Tem orixá no samba: Clara Nunes e a presenç  do candomblé e da umbanda na música popular brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 27(2): 85-113, 2007.

- BARAN, Michael D. “Girl, you are not morena. We are negras!”: questioning the concept of “race” in southern Bahia, Brazil. *ETHOS*, v. 35, Issue 3, p. 383-409, 2007.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (1955). *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008.
- BOLÍVAR, Adriana et al. Venezuela: país ‘café com leite’. In: DIJK, Teun A. Van (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008. 328-377.
- BOMFIM, Manuel (1929). *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BOMFIM, Manuel (1905). A América Latina: males de origem. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 1. 627-895.
- BORTOLINI, Maria Cátira. A genética e a peritagem racalista. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 262-3, 2005.
- BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso de cidadania no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 118-131.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estud. Afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 15-33, 2002.
- BOXER, C. R. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOXER, C. R. *Relações raciais no império colonial português: 1415-1825*. Tradução de Elice Munerato. Biblioteca Tempo Universitário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. *Educação de mestiços em famílias inter-raciais*. 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2004.
- BYRNE, Bryan et al. What’s in a name? The consequences of violating Brazilian emic color-race categories in estimates of social well-being. *Journal of Anthropological Research*, University of New Mexico, v. 51, n. 4, 1995.
- CALVO-GONZÁLEZ, Elena; ROCHA, Vera. “Está no sangue”: a articulação de idéias sobre “raça”, aparência e ancestralidade entre famílias de portadores de doença falciforme em Salvador, Bahia. *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, v. 53, n. 1, 276-320, 2010.
- CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- CARELLI, Mario. *Brésil, épopée metisse*. Italie: Editoriale Lloyd, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 237-246, 2005b.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005a.

CARVALHO, J. M. D. Genocídio racial estatístico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7, 27 dez. 2004.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. Breves reflexões suscitadas pelo artigo "Política de cotas raciais, os 'olhos da sociedade' e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)". *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 264-7, 2005.

CASTILLO, Soler Sandra; ABRIL, Neila G. Pardo. Colômbia: invisibilidade e exclusão. In: DIJK, Teun A. Van (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008. 159-201.

CHAVES, Wanderson da Silva. *Entre Mendel e Lamarck: o discurso acadêmico sobre raça e a polêmica em torno do gradiente de cor. Brasil (1990-2005)*. 2007. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

COMBÉS, Isabelle; VILLAR, Diego. Os mestiços mais puros: representações Chiriguano e Chané da mestiçagem. *MANA*, 13(1): 41-62, 2007.

CORREA, Mariza. Os ciclistas de Brasília. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 268-70, 2005.

COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a "impertinência" bomfiniana em torno da identidade nacional. *Cronos*, Natal-RN, v. 9, n. 2, p. 417-438, jul./dez. 2008.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-coloniais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 1. 193-606.

DaCOSTA, Kimberly McClain. *Making multiracials: state, family, and market in the redrawing of the color line*. California: Stanford University Press, 2007.

DaMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DaMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 58-85.

DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 67-90, 2009.

DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DIAS, Jussara; GIOVANETTI, Márcia R; SANTOS, Naila J. Seabra (Org.). *Como e para que perguntar a cor ou raça/etnia no Sistema Único de Saúde?* São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2009.

DIJK, Teun A. Van (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Pungente retrato do universalismo apunhalado. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 255-7, 2005.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 17-34.

ENGLANDER, Alexander David Anton Couto. O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil – de 1920 ao fim da década de 1940. *Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-23, dez. 2009.

FARIA, Luis de Castro. *A contribuição de E. Roquette-Pinto para a antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Publicações Avulsas, n. 25, 1959.

FERNANDES, Florestan (1965). *A integração dos negros na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FIRST Universal Races Congress: University of London, July 26-29. 1911.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002a. v. 2. 121-645.

FREYRE, Gilberto. Homem situado no trópico. In: COUTINHO, Edilberto (Org.). *Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Agir, 1994. 69-86.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002b. v. 2. 646-1379.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

FRY, Peter. Ossos do ofício. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 271-272, 2005b.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GASKINS, Pear Fuyo. *What are you?: voices of mixed- race young people*. New York: Henry Holt and Company, 1999.

GRUZINSKI, Serge. *El pensamiento mestizo: cultura ameríndia y civilización del renacimiento*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.

GUERRERO, C. Alicia; IZQUIERDO, Jorge G.; PINEDA, Francisco. México: o racismo mestiço. In: DIJK, Teun A. Van (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008. 249-292.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 29, n. 1, 93-107, 2003.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 215-7, 2005.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. A. Manoel Querino e a formação do "pensamento negro" no Brasil, entre 1890 e 1920. Comunicação apresentada no 28o Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, outubro de 2004. Disponível em: <http://svn.br.inter.net/5star/blogs/mqpensamentonegro.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 103-133.

HARRIS, Marvin et al. Who are the whites?: imposed census categories and the racial demography of Brazil. *Social forces*, University of North Carolina Press, 72(2): 451-462, 1993.

HARRIS, Marvin. Referential ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 26, n. 1, 1-14, 1970.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HENRIQUE, Márcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*. 2003. 102 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2003.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciência, Saúde, Manguinhos*, RJ, v. 5 (supplement), p. 217-235, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 3. 929-1102.

IFEKWUNIGWE, Jayne O. (Org.). *Mixed race studies: a reader*. London/New York: Routledge, 2004.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KINZO, Maria D'alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspec.* [online], v.15, n. 4, p. 3-12, 2001

KOTTAK, Conrad Phillip. *Assault on paradise: social change in a Brazilian Village*. Washington: Library of Congress, 1992.

KOTTAK, Conrad Phillip. Race relations in a Bahian fishing village. *Luso-Brazilian Review*, v. 4, n. 2, 35-52, 1967.

KROPF, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, RJ, v.16, supl.1, p. 205-227, jul. 2009.

KROPF, Simone Petraglia; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Doença de Chagas: a construção de um fato científico e de um problema de saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [online], v. 5, n. 2. p. 347-365, 2000.

KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. *A doença de Chagas e o movimento sanitário da década de 1910*. 2007. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/chagas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=57>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

LACERDA, Joao Batista de. *O Congresso Universal das Raças, reunido em Londres (1911)*. Apreciação e comentários. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

LACERDA, Joao Batista de. *Sur les métis au Brésil, Congrès Universel des Races*, Paris, Imprimerie Devouge. 1911.

LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis. *A mestiçagem*. Lisboa: Edições Piaget, 2002.

LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis. *Mestizajes: de Arcimbo a zombi*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

LEHMANN, David. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 14, n. 29, 369-85, jun. 2008.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, 22 (62), 237- 256, 2008.

LEWGOY, Bernardo. Cotas raciais na UnB: as lições de um equívoco. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 218-21, 2005.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Márcia. Ser negro no Brasil: do ônus ao bônus? *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 258-62, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 104-117.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenados pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marco Chor (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006. 23-40.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2): 313-332, 2000.

MAGALHÃES, General Couto de (1876). *O selvagem*. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

MAGGIE, Yvonne. Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 58, 5-26, 2005a.

MAGGIE, Yvonne. Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 286-91, 2005b.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcelos (Org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAIO, Marco Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, 141-158, 1999.

MAIO, Marco Chor. Relações raciais e desenvolvimento na sociologia de Costa Pinto. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 324-337.

MAIO, Marco Chor. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 127-162, 1997.

MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006.

MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. As cotas raciais nos horizontes da antropologia: tréplica a dezoito comentaristas. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 292-308, 2005.

MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 181-214, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril, 1976.

MARQUES, Xavier (1930). *As voltas da estrada*. Edição crítica David Sales. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual da Cultura, Academia de Letras da Bahia, 1998.

MARTIUS, Carlos Frederico de. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

MELATTI, Julio Cezar. *A antropologia no Brasil: um roteiro*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.unb.br/ics/dan/Serie38empdf.pdf>.

MICELI, Sergio. Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 160-173.

MONTEIRO, Fabiano Dias. *Retratos em branco e preto, retratos sem nenhuma cor: a experiência do Disque-Racismo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. As ‘raças’ indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006. p. 15-22.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A Queiroz, 1985.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de. *Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e conseqüências opressivas do discurso nacional sobre raças*. *Estudos de Psicologia*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 10, n. 2, p. 247-253. 2005.

PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFGM, 2002.

PENA, Sérgio D. J. *O triste caso do vestibular da Universidade de Brasília*. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 283-5, 2005.

PEREIRA, Cláudio. *Elogio da mestiçagem*. *Afro-Ásia*, Salvador, 31, p. 375-379. 2004.

PIERSON, Donald (1939). *Branco e prêto na Bahia*. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1971.

PINHO, Patrícia de Santana. *Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, 37-50, out. 2005.

PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 3. 1122-1488.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 2. 25-104.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Org.). *O negro e a universidade brasileira*. *História Actual Online*. n. 3, p. 73-82. 2004.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Org.). *O negro na universidade*. Salvador: Novos Toques, n. 5, 2002.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. *Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 96, 717-37. out. 2006.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. *Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal*. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, 58-75, dez./fev. 2005-2006.

RAMOS, Arthur (1952). *A mestiçagem no Brasil*. Tradução e revisão de notas por Waldir Freitas Oliveira. Maceió: EDUFAL, 2004.

RAMOS, Jair de Souza. *Ciência e racismo: uma leitura crítica de raça e assimilação em Oliveira Vianna*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, v.10, n. 2, p. 573-601, 2003.

RAMOS, Jair de Souza. *Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20*. In: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006. p. 59-82.

REIS, Eneida de Almeida dos. *Mulato: negro-não-negro e/ou branco-não-branco*. São Paulo/ SP: Editora Altana, 2002.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SILVA, Nelson do Valle. *Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O mestiço no armário e o Triângulo Negro no Atlântico: para um multiculturalismo híbrido*. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 228-31, 2005.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, Edmar José da; ROSEMBERG, Fúlvia. *Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as)*. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 132, 759-99. dez. 2007.

RODRIGUES, Nina (1894). *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

RODRIGUES, Nina (1899). *Mestiçagem, degenerescência e crime*. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online], v.15, n. 4, p. 1151-1180, 2008. ISSN 0104-5970.

ROMERO, Nelson (Org.). *Coleção Documentos Brasileiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.

ROMERO, Sílvio. *Ethnographia Brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladisláo Netto*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C, 1888.

ROMERO, Sílvio (1888). *História da Literatura Brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. Tomo Primeiro. In: ROMERO, Nelson (Org.). *Coleção Documentos Brasileiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.

ROOT, Maria P. P. (Org.). *Racially mixed people in America*. London/California: Sage Publications, 1992.

ROQUETTE-PINTO, E. (1933). *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Brasileira, 1978. v. 22.

ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. [19--].

ROQUETTE-PINTO, E. *Seixos rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C, 1927.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estatísticas educacionais e cor/raça na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: um balanço. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 15-42, maio/ago. 2006.

SALZANO, Francisco M. Raça, racismo e direitos humanos. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 225-7. 2005.

SANSONE, Livio. O bebê e a água do banho - a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros da UnB!. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 251-4, 2005.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SANSONE, Livio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 1, p. 5-14. 2002.

SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 2.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Apresentação. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Org.). *O negro na universidade*. Salvador: Novos Toques, n. 5, 2002. 07-11.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Nação mestiça: discursos e práticas oficiais sobre os afro-brasileiros. *Luso-Brazilian Review*, v. 36, n. 1, p. 19-31, Summer, 1999.

SANTOS, Ricardo Ventura. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina- antropologia do Museu Nacional. *História, Ciência, Saúde, Manguinhos*, RJ, v. 5, p. 237-253, 1998.

SANTOS, Ricardo Ventura; BORTOLINI, Maria Cátira; MAIO, Marcos Chor. No fio da navalha: raça, genética e identidades. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 22-35, dez./fev. 2005-2006.

SCHMIDT, Nelly. *Histoire du métissage*. Paris: Éditions de la Martinière, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O retorno do objetivismo ou dos males de ser científico. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 247-50. 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007. 11-24.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 90-103.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Rita Laura. Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 273-82, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Raça e signo. In: *Série antropologia*. Brasília: UNB. 2005. (Série Antropologia nº 372).

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 2006. 41-58.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *MANA*, Rio de Janeiro, 3(1): 95-131, 1997.

SEYFERTH, Giralda. “A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda”. *Revista do Museu Paulista*. Volume xxx, São Paulo, pp. 81-98. 1985.

SHERIFF, Robin E. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcelos (Org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 213-243.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.73-102.

SKIDMORE, Thomas E. EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 34, p. 49-62, nov. 1992.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, 9 (1): 9-30, 2004.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1):15-42, jan./abr. 2006.

STOLCKE, Verena. Uma nação vista através da vidraça da raça. *Revista de Cultura Brasileira*. v. 1, p.207-222. 1997.

TIZARD, Barbara; PHOENIX, Ann. *Black, white, or mixed race?: race and racism in the lives of young people of mixed parentage*. London/New York: Routledge, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo*, Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.

VÉRAN, Jean-François. “Nação mestiça”: as políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, n. 9, p. 15-38, 2010.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

VIANNA, F. J. de Oliveira (1923). *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

WADE, Peter. Rethinking mestizaje: ideology and lived experience. *J. Lat. Amer. Stud.*, 37, p. 392-257, 2005.

WADE, Peter. *Race and sex in Latin America*. New York: Pluto Press, 2009.

WADE, Peter. *Race, nature and culture: an anthropological perspective*. London: Pluto Press, 2002.

WADE, Peter. Repensando el mestizaje. *Revista Colombiana de Antropología*. volumen 39, p. 273-296, enero-dic. 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 7-72.

ZAVALA, Virginia; ZARIQUIEY, Roberto. Peru: “Eu te discrimino porque a falta de educação me ofende”. In: DIJK, Teun A. Van (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008. 293-327.